

MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
1996

Estado do Rio Grande do Sul

ANTONIO BRITTO
Governador do Estado

VICENTE JOAQUIM BOGO
Vice-Governador do Estado

NELSON LUIZ PROENÇA
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil

CEL. MARCO ANTÔNIO GUTERRES COELHO
Chefe da Casa Militar

CEL. PM. CLEMOR ANTÔNIO BALEN
Comandante-Geral da Brigada Militar

DEL. JOSÉ RALDI SOBRINHO
Chefe da Polícia Civil

EUNICE NEQUETE MACHADO
Procuradora-Geral do Estado

MARIA DA GLÓRIA SCHILLING DE ALMEIDA
Defensora Pública-Geral

JOÃO CARLOS BRUM TORRES
Secretaria da Coordenação e Planejamento

JOSÉ FERNANDO CIRNE LIMA EICHENBERG
Secretaria da Justiça e Segurança

ANTÔNIO BERFRAN ACOSTA ROSADO
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

CÉZAR AUGUSTO BUSATTO
Secretaria da Fazenda

GILBERTO MOSMANN
Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

CEZAR AUGUSTO SCHIRMER
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

ASSIS ROBERTO SANCHOTENE DE SOUZA
Secretaria de Energia, Minas e Comunicação

GUILHERME SOCIAS VILLELA
Secretaria dos Transportes

IARA SÍLVIA LUCAS WORTMANN
Secretaria da Educação

CARLOS JORGE APPEL
Secretaria da Cultura

GERMANO MOSTARDEIRO BONOW
Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente

JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação

TELMO RUDI FRANTZ
Secretaria da Ciência e Tecnologia

OTOMAR VIVIAN
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos

ALBERTO WALTER OLIVEIRA
Secretaria do Turismo

ÍNDICE

1 - A SITUAÇÃO ANTERIOR.....	9
1.1 - AS FINANÇAS PÚBLICAS	9
1.2 - OS "DÉFICITS" OPERACIONAIS DAS ESTATAIS	12
1.3 - A ESTRUTURA DO SETOR PÚBLICO	13
1.4 - A DETERIORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E A PERDA DAS CONDIÇÕES PARA ATRair NOVOS INVESTIMENTOS PRIVADOS	14
1.5 - OS PROBLEMAS DA ÁREA SOCIAL.....	15
2 - AS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO GOVERNO	18
2.1 - A RETOMADA DO PLANEJAMENTO	18
2.2 - A ADEQUAÇÃO INSTITUCIONAL/ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	19
2.3 - A EXTINÇÃO, CAPITALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO PARCIAL DE ESTATAIS.....	19
2.4 - A GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES.....	20
2.5 - A GESTÃO ADMINISTRATIVA E A BUSCA DA QUALIDADE NOS SERVIÇOS	22
2.6 - A GESTÃO PATRIMONIAL	26
2.7 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO	26
2.8 - AS MEDIDAS PARA A RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO	28
2.9 - OS PROGRAMAS SOCIAIS E A MELHORIA DOS SERVIÇOS	31
2.10 - O INCREMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	33
2.11 - OS RESULTADOS FINANCEIROS DE 1995	37
3 - AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS NO ANO DE	
1995	39
3.1 - ÁREA ADMINISTRATIVA.....	39
3.2 - ÁREA ECONÔMICA.....	56
3.3 - ÁREA DA INFRA-ESTRUTURA	71
3.4 - ÁREA SOCIAL.....	84

1 - A SITUAÇÃO ANTERIOR

1.1 - AS FINANÇAS PÚBLICAS

Ao examinar o quadro abaixo observa-se que o comportamento das receitas públicas manteve-se quase que constante no período imediatamente anterior à atual administração.

QUADRO 1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1992-94

ESPECIFICAÇÃO	1992	1993	1994	(em R\$ 1.000 de dez/95)	
				93/92 (%)	94/93 (%)
RECEITA					
ICMs	3.182.186	3.109.912	3.672.461	-2,28	18,08
Transf. União	554.165	590.744	622.801	6,60	5,43
FGLTDPE	863.486	688.827	162.542	-20,23	-76,41
Outras	629.313	711.275	593.020	13,02	-18,63
RECEITA PRÓPRIA	5.229.120	5.100.759	5.050.824	-2,46	-0,98
OP. DE CRÉDITO	639.988	818.361	1.166.563	27,87	42,54
RECEITA TOTAL	5.869.108	5.919.120	6.220.449	0,85	5,09

Fonte: Proposta Orçamentária 1996 - SCP, SEFA/GOF

OBS: Valores deflacionados mês a mês pelo IGP-DI

Fruto da diminuição do prazo de recolhimento do tributo, da queda brusca da inflação e do aumento da produção industrial, o ICMS cresceu 18% reais em 1994 com relação ao ano anterior. Neste mesmo ano, melhorou, também, o comportamento das receitas estaduais provenientes das transferências dos impostos federais, tais como cota-parte do FPE, cota-parte do IPI dos estados exportadores, do Imposto de Renda Retido na Fonte e do Salário Educação, que registram, no total, um acréscimo de 5,43% comparativamente ao exercício de 1993.

No entanto, os rendimentos do Fundo de Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública registraram, em 1994, um decréscimo de 76% em relação a 1993, proporcionando a neutralização dos efeitos do crescimento real das Receitas Próprias.

Entretanto, apesar do aumento das receitas tributárias, foi ainda necessária a ampliação das operações de crédito para fazer frente ao pagamento dos serviços da rolagem da dívida.

Estes dados estavam a demonstrar uma constância nos montantes disponíveis para o enfrentamento das despesas governamentais. Também era razoável supor que o processo de estabilização da moeda já havia produzido os impactos mais significativos na geração das Receitas Próprias.

Quanto ao comportamento das despesas, neste mesmo período, pode-se verificar, no quadro a seguir, que há uma queda na maioria de seus principais agregados no ano de 1993 e uma elevação, destes, no transcorrer do ano de 1994.

QUADRO 2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1992 - 1994

(em R\$ 1.000,00 de dez/95)

ESPECIFICAÇÃO	1992	1993	1994	93/92	94/93
DESPESA					
Pessoal e Encargos	2.941.950	2.699.150	2.831.930	-8,26	4,91
Manutenção	532.314	474.028	487.094	-10,95	2,75
Investimento	651.752	474.630	544.041	-27,18	14,62
SIAC	1.227	245.143	95.348	19.879,05	-61,11
Trans. a Municípios	966.862	937.154	1.067.345	-3,08	13,89
DESP. OPERACIONAL	5.094.105	4.830.105	5.025.759	-5,19	4,05
Serviço Dívida	1.091.226	1.238.410	1.416.723	13,48	14,39
DESPESA TOTAL	6.185.331	6.068.515	6.442.482	-1,89	6,16

Fonte: Proposta Orçamentária SCP, SEFA/GOF

OBS: Valores deflacionados mês a mês pelo IGP-DI.

A exceção ocorre por conta do Serviço da Dívida que apresentou um crescimento constante ao longo do período de 1992 a 1994.

Em 1994 o quadro da dívida pública apresentava uma dívida flutuante de R\$ 366.570.423 com um crescimento de 46,85% em relação ao ano anterior e uma dívida fundada, de longo prazo, de R\$ 4.399.436.418, com um crescimento de 3,19%, como pode ser verificado nas tabelas abaixo:

QUADRO 3 - DÍVIDA FLUTUANTE

(Em R\$ 1,00 dez/94)

ANOS	DÍVIDA FLUTUANTE	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA DÍVIDA(%)	VARIAÇÃO ANUAL
1991	274.792.327	7,31	-
1992	302.640.141	6,74	10,13
1993	249.628.756	5,53	-17,52
1994	366.570.423	7,69	46,85

Fonte: Balanços Gerais do Estado, valores deflacionados pelo IGP-DI - DEZ/94

QUADRO 4 - DÍVIDA FUNDADA

(Em R\$ 1,00 dez/94)

ANOS	DÍVIDA FUNDADA	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA DÍVIDA(%)	VARIAÇÃO ANUAL
1991	3.486.733.940	92,69	-
1992	4.187.947.791	93,26	20,11
1993	4.263.424.890	94,47	1,80
1994	4.399.436.418	92,31	3,19

Fonte: Balanços Gerais do Estado, valores deflacionados pelo IGP-DI - DEZ/94

QUADRO 5 - TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA

(Em R\$ 1,00 dez/94)

ANOS	DÍVIDA PÚBLICA	VARIAÇÃO ANUAL
1991	3.761.526.267	-
1992	4.490.587.932	19,38
1993	4.513.053.646	0,50
1994	4.768.006.841	5,60

Fonte: Balanços Gerais do Estado,
Valores deflacionados pelo IGP-DI - DEZ/94

Como se pode observar, na variação anual, a dívida flutuante apresentou expressivo crescimento em 1994, assim como sua participação no total da dívida pública.

Neste ano, as amortizações se constituíram em 87,40% e os encargos 12,60%, contrariando a tendência apresentada a partir de 1991 que apontava uma queda nas amortizações e uma elevação dos encargos.

No que diz respeito aos vencimentos da dívida pública, 17,30% de seu total estava previsto para 1995 e 66,50% para o quadriênio de 1996 a 1999.

Considerando-se as altas taxas de juro que foram determinadas pela política econômica adotada, era possível prever um crescimento explosivo da dívida mobiliária, que, em dezembro de 1994, correspondia a aproximadamente 3,4 bilhões de reais. Tais previsões acabaram se confirmando no transcorrer do ano de 1995, sendo que, em dezembro deste ano, a dívida alcançou a cifra de R\$ 5,5 bilhões.

Outra despesa que oferecia sérias preocupações era a correspondente ao pagamento do pessoal, onde se destacava o crescimento do número de servidores estaduais inativos.

Os quadros abaixo apresentam a evolução do número de servidores ativos e inativos que faziam parte da folha de pagamento (salários/proventos) suportada pelo Tesouro Estadual, no período 1990 a 1994.

QUADRO 6 - NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (1990-94)

ANOS	Nº DE FUNC. ATIVOS	Nº DE FUNC. INATIVOS
1990	179.880	64.940
1991	166.587	68.769
1992	169.329	70.555
1993	176.040	75.831
1994	178.514	81.405

Fonte: Secretaria da Fazenda

**QUADRO 7 - NÚMERO DE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA (1990-94)**

ANOS	Nº SERV. ATIVOS	Nº SERV. INATIVOS
1990	62.538	9.404
1991	61.173	10.112
1992	60.849	10.117
1993	58.138	9.872
1994	59.067	9.965

Fonte: Secretaria da Fazenda

Os dados acima demonstram que, no período compreendido entre os anos de 1990 e 1994, houve um crescimento substancial do número de inativos na Administração Direta, qual seja, 25,35%. De outro lado, no que diz respeito à Administração Indireta, o acréscimo atinge a 5,96%.

Conseqüentemente, a despesa com o pagamento de inativos que representava, em 1990, 24% do gasto com pessoal passou a representar, em 1994, 27% .

A queda acentuada da inflação, a elevada média de idade do funcionalismo e o aumento na expectativa de vida da população sinalizavam para um comprometimento crescente das despesas com os inativos e a perda da margem de manobra na administração do caixa via contenção salarial em períodos de inflação elevada.

Eram, portanto, dois os fatores a pressionar as despesas ao longo do ano de 1995. Os salários, ainda deprimidos pela corrosão inflacionária anterior, que ensejavam uma política de recomposição real de seus valores e, por outro lado, a política de juros altos que permitia prever o acentuado crescimento do serviço da dívida.

Por fim, cabe destacar, que, ao longo destes três anos, ocorreram "déficits" orçamentários, que variaram de R\$ 146 milhões a R\$ 310 milhões.

1.2 - OS "DÉFICITS" OPERACIONAIS DAS ESTATAIS

O Demonstrativo de Resultados do Exercício das 19 empresas estatais de 1994 apontou um Resultado Operacional de R\$ 285.900.560,28 negativos.

Este "déficit" é resultante do desempenho operacional de sete empresas: BANRISUL S.A. Arrendamento Mercantil, Cia Administradora da ZPE do Rio Grande - ZOPERG/RS, Cia Estadual de Silos e Amazéns - CESA, Cia. Riograndense de Mineração - CRM, Cia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Cia. Riograndense de Turismo - CRTUR e Cia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do RS - CEDIC.

O mais significativo, em termos de resultados, foi o da CORSAN, onde a Receita Operacional Líquida (R\$ 143.875.679,65) supriu apenas um quarto da Despesa Operacional (R\$ 575.144.185,47). A situação mais grave era a da CRM, onde a receita cobriu cerca de 18% das despesas operacionais do Órgão.

Assim o descontrole sobre as estatais e a continuidade do mau desempenho econômico e financeiro por parte de um significativo número delas, provocavam forte pressão sobre o Tesouro do Estado, que se obrigava a capitalizá-las para cobertura de seus débitos.

1.3 - A ESTRUTURA DO SETOR PÚBLICO

Uma das mais danosas conseqüências do período de instabilidade macroeconômica nacional foi o total descrédito da prática do planejamento como forma de orientar e coordenar as iniciativas dos setores público e privado.

O dismantelamento dos quadros em instituições públicas afetas ao planejamento, pela falta de renovação, pelo desestímulo financeiro e pelo descrédito do setor, contribuíram para o definitivo esvaziamento da função e sua conseqüente perda de sustentabilidade.

No que diz respeito à remuneração dos servidores públicos, os desequilíbrios estruturais decorrentes das enormes disparidades existentes entre as diversas carreiras, tanto no que diz respeito às distorções existentes entre os poderes, quanto àquelas internas ao próprio Poder Executivo, constituíram destaque entre os desafios a serem enfrentados.

Um bom exemplo dos níveis de distorção encontrados no Poder Executivo pode ser expresso pelo fato de cerca de 2% do número total de funcionários consumirem 16% do montante da folha de pagamento deste Poder.

Além disso, era notória a falta de motivação dos servidores públicos devida não somente à baixa remuneração, mas também à falta de critérios justos e modernos de avaliação e incentivo à produtividade, à inexistência de critérios objetivos de promoção e de programas adequados para a capacitação do servidor.

Fazia-se, então, necessária uma profunda mudança na matriz remuneratória do setor público, através de aumentos diferenciados, de tal forma que os salários menores sofressem reajustes maiores. O estabelecimento de um teto de remuneração a vigorar em todo o setor público e a revisão das equiparações e dos critérios de incorporação também faziam parte da reestruturação desta matriz.

No tocante aos instrumentos gerenciais, os sistemas de avaliação, se existiam, não sofriam acompanhamento sistemático, e este, se existia, não imprimia cobranças ou correções às ações desenvolvidas, o que os tornou inoperantes ou pouco efetivos. Os modelos de avaliação eram ainda voltados, predominantemente, para as atividades internas dos órgãos, pouco tendo sido desenvolvido para avaliar o resultado esperado da ação do Estado e seu impacto na comunidade.

Até 1994, o Contrato de Resultado, um moderno instrumento gerencial de acompanhamento, havia sido firmado em apenas dois dos quarenta e dois órgãos estaduais.

Enquanto isto, o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade mostrava-se mais efetivo junto ao setor privado, onde as adesões de empresas privadas eram bastante significativas.

O resultado desta falta de modernização gerencial era a insatisfação, quase que generalizada, com o nível de atendimento aos cidadãos que buscavam nos serviços públicos o atendimento aos direitos por ele conquistados.

1.4 - A DETERIORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E A PERDA DAS CONDIÇÕES PARA ATRAIR NOVOS INVESTIMENTOS PRIVADOS

No que se refere à infra-estrutura, existiam carências importantes quanto aos sistemas de transporte e energia elétrica, sendo que o sistema de telefonia também apresentava uma situação muito aquém do desejável.

Em relação aos transportes, o sistema, apesar de diversificado e compreendendo todos os modais, possuía uma malha rodoviária de densidade reduzida em relação a outros Estados da Região Sul, apresentando tendência declinante, em relação aos investimentos tanto em termos de expansão quanto em manutenção.

A rede ferroviária gaúcha, além de antiga, vem sendo paulatinamente sucateada, pela falta de investimentos e manutenção, tendo apresentado o fechamento de ramais definidos como antieconômicos.

O sistema portuário também apresentava problemas graves com infra-estrutura obsoleta e antiga, manutenção inadequada e custos de operação extremamente elevados, que não permitiam ser competitivos nem mesmo com os demais portos nacionais.

A nova Lei dos Portos, em vigor desde 1993, gerou outra modelagem para a gestão portuária, criando a figura da autoridade portuária e o instrumento das concessões para os serviços portuários. Tais mudanças implicam, porém, na readequação da estrutura do DEPRC que deve passar de operador exclusivo dos portos gaúchos para o de administrador e fiscalizador dos serviços portuários e o de responsável pela manutenção das hidrovias.

No que diz respeito ao abastecimento de energia elétrica, os investimentos, a partir da década de 80, sofreram uma considerável redução, não alcançando a um terço da necessidade no final da década.

O baixo nível de investimentos deveu-se, por um lado, ao endividamento da CEEE e ao esgotamento do modelo de financiamento externo até então existente e, por outro, pela obrigatoriedade de compra da energia gerada por ITAIPU a valores muito elevados.

As restrições ao fornecimento de energia trouxeram limitações importantes ao processo de implantação de novas unidades de produção, principalmente no que tange aos grandes empreendimentos industriais, e demonstraram que a CEEE não poderia mais, isoladamente, atender a demanda crescente por este insumo básico.

Quanto às telecomunicações, os investimentos nos últimos anos também estiveram aquém do desejável, pois o Estado apresenta baixa densidade telefônica em relação a outros Estados.

Com a quebra do monopólio estatal das telecomunicações, o setor passará a sofrer o processo de concorrência na prestação destes serviços. Isto levará a CRT a adotar uma posição ofensiva de expansão de sua planta telefônica, introdução de novos serviços e melhoria da qualidade destes. Como a competição neste campo requer uma acentuada atualização tecnológica, faz-se necessária a parceria da estatal telefônica com uma empresa detentora de tecnologia de ponta para uma aliança estratégica.

No que se refere aos serviços de saneamento básico, a situação no Estado é bastante dispar pois, mesmo que 91% da população tenha abastecimento de água, apenas 30% possui a coleta simples de esgotamento sanitário. Já a população urbana que conta com tratamento de esgoto não excedia a 12%. O sistema se caracteriza ainda por ser antigo e sobrecarregado, com grandes parcelas da população urbana utilizando o esgoto pluvial para o esgotamento sanitário sem que tivessem sido tomadas providências preventivas.

A CORSAN tem sob sua responsabilidade a concessão dos serviços de abastecimento de água para 293 Comunidades do Estado, bem como o atendimento dos serviços de esgotamento sanitário para 22 cidades. A Companhia operava segundo um modelo da década de 70 cujo desempenho gerencial é insatisfatório nas áreas operacional, tarifária e de administração de pessoal, o que tem feito reduzir progressivamente sua capacidade de investimento e gerado descontentamento em vários municípios concedentes.

1.5 - OS PROBLEMAS DA ÁREA SOCIAL

Um dos papéis fundamentais do Estado, seu dever e sua responsabilidade, é assegurar à comunidade gaúcha a qualidade, a efetividade e a eficácia dos serviços públicos nas áreas da saúde, educação, segurança, trabalho e assistência social.

A busca de um indicador que identifique as condições de vida em que se encontra a população tem sido uma preocupação constante dos cientistas sociais. Para atender a essa necessidade, foi concebido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado anualmente para cada país pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir do conhecimento da esperança de vida ao nascer, da alfabetização de adultos, da média de anos de escolaridade e do poder aquisitivo da população. A Fundação de Economia e Estatística aplica esta metodologia no Rio Grande do Sul.

Os resultados desse esforço para a avaliação da situação social mostrou o Rio Grande do Sul numa situação privilegiada, comparativamente a outros estados brasileiros. Entretanto, eles não refletem a situação de miséria e escassez social porque passa uma grande parcela da comunidade.

Diversos problemas na área social são preocupantes para o Governo do Estado face à situação com que se deparou. Diversas medidas têm sido tomadas para reverter esse processo em parceria com a sociedade. Não obstante todo o esforço, não houve tempo nem condições para atender a todas as questões que foram sendo levantadas.

Os setores da área social, que precisam de uma ação mais contundente do Governo em parceria com sociedade, estão a seguir apresentados.

EDUCAÇÃO

Praticamente todas as crianças têm acesso ao Ensino Fundamental no Estado. No entanto, o fluxo interno do sistema funciona de forma precária. A escola não mantém uma parte dos alunos que a ela tem acesso: de cada 100 alunos que ingressam na primeira série, em média, apenas 31,17 concluem o primeiro grau e o fazem em um período médio de oito anos. Os alunos que se evadem ficam, em média, cinco anos na escola e concluem quatro séries. Grande parte é retida nas séries iniciais devido à reprovação e à conseqüente repetência.

O fracasso escolar atinge níveis surpreendentes e coloca-se como o maior desafio à sensibilidade dos profissionais da educação e, conseqüentemente, de quem administra o sistema. Na rede estadual, no ano de 1993, as séries com taxas mais elevadas de reprovação foram a primeira (23,04%) a quinta (22,12%) e a sexta (21,55%), sendo estas, também, as séries críticas na rede municipal.

O número do contingente de analfabetos no Estado chega a 10,12%, na população de 15 anos para mais, conforme dados do Censo Demográfico de 1991. Está melhor do que a situação do Brasil com 17,55% mas, ainda assim é grave, face à necessidade de ter-se pessoas qualificadas para participar de uma economia competitiva e internacionalizada.

A rede estadual de ensino técnico conta com 141 escolas que atendem a uma clientela de 63.459 alunos. Essa modalidade de ensino apresenta-se, há muito, enfraquecida em termos de pessoal especializado e equipamentos.

A administração do Sistema Estadual de Ensino era pouco participativa. As decisões eram tomadas sem considerar as sugestões da comunidade escolar, principalmente de pais e professores.

SAÚDE

O Sistema Estadual de Saúde, nos últimos anos, está num processo de deterioração. Ele é absolutamente ineficiente, considerando-se sua dimensão institucional e operacional, especialmente nas áreas de infra-estrutura e prestação de serviços.

A criação do Sistema Único de Saúde - SUS, resultado da fusão das ações preventivas e curativas, antiga aspiração da área de saúde, não tem, até o momento, respondido de forma satisfatória, ficando aquém das expectativas para que foi criado.

Enumera-se, a seguir, alguns dos fatores negativos do fracasso relativo da implantação do SUS.

- diminuição do volume e irregularidades no repasse dos recursos de origem federal;
- ausência de controle nos pagamentos aos serviços prestados pelo setor privado, estimulando a produção de serviços desnecessários e fraudes;
- não organização do sistema de forma regionalizada e hierarquizada, com serviços de referência, acarretando um fluxo desproporcional para os grandes centros;
- atendimento primário deficiente, aumentando a demanda a nível hospitalar;
- baixo índice de municipalização e retrocesso em alguns já municipalizados;
- carência de recursos humanos, materiais e equipamentos;
- mão-de-obra desvalorizada e com baixa remuneração.

Além dos problemas com o SUS, há os da rede ambulatorial pública, constituída pelas 1.116 unidades da Secretaria Estadual da Saúde e Meio Ambiente e pelas unidades municipais, que estão sem condições de atender a sua clientela, apresentando, também, uma grande desagregação entre as ações executadas pelas unidades que a compõem. A rede é o referencial para o primeiro atendimento à população, uma forma de prevenir as internações desnecessárias e onerosas.

Apesar desse caos, a mortalidade infantil vem diminuindo (19,93 por mil nascidos vivos), resultado das melhores condições de nutrição, saneamento e dos programas de assistência materno-infantil, especialmente os de imunizações. Também as doenças infecto-parasitárias foram reduzidas a um quarto do que eram nas duas últimas décadas. Algumas conquistas sociais fazem aumentar a expectativa de vida do povo gaúcho, alterando o perfil da morbidade no Estado. Hoje, se tem acentuado a curva das doenças crônico-degenerativas, com um conseqüente aumento da demanda hospitalar.

TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Estado, na área de assistência social, apesar de uma posição de relativo privilégio no contexto social, tem nichos de extrema pobreza, tanto na área rural como urbana. Quase um quinto da população do Estado (19,5%) pode ser considerada indigente.

As desigualdades sociais são gritantes quando se observam os dados sobre distribuição da renda, pois os 5% mais ricos dentre os gaúchos ficam com 32,9% da renda gerada no Estado e os 40% mais pobres, apenas com 8,7%.

O desemprego vem aumentando em conseqüência dos problemas conjunturais, ocasionados pelos frequentes ajustes econômicos adotados com a estabilização da economia e por problemas estruturais, fruto da modernização tecnológica imposta pelo novo padrão de competição.

Programas voltados à geração de novos postos de trabalho, ao suporte técnico-financeiro de pequenos empreendimentos, à qualificação e requalificação da mão-de-obra, bem como à intermediação e encaminhamento para o emprego, devem ser prioridades governamentais com vistas à diminuição dos impactos sociais decorrentes do desemprego.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

A pobreza e a miséria são as principais causas do aumento da criminalidade e violência. Para o enfrentamento desse quadro, que diminui a qualidade de vida da comunidade, é extremamente importante que as carências de recursos da Justiça e Segurança sejam reduzidas.

Essa área estava sem condições, face ao obsoletismo do sistema de segurança e justiça e a falta de recursos humanos, de materiais e de equipamentos, para adotar medidas fortes para o combate ao infrator. Também na esfera preventiva não havia resposta as demandas cíveis ou criminais da sociedade.

A situação do Estado é muito melhor do que as encontradas no Rio de Janeiro ou São Paulo, mas ainda é carente de recursos para que a comunidade possa sentir-se em segurança.

Para o enfrentamento desse quadro, são necessárias urgentes mudanças na estrutura interna da Secretaria e maior aporte de recursos financeiros, além de ações fundamentais de natureza sócio-econômica e cultural para atuar na origem dos problemas.

É importante também reformar a estrutura e a gestão do sistema penitenciário, mediante o aumento de recursos para atender a população carcerária, bem como melhorar a infraestrutura para diminuir a superpopulação que impossibilita o processo de ressocialização do apenado.

2 - AS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO GOVERNO

Conforme fica evidenciado pelo antes exposto, fazia-se mister um esforço de ajuste nas contas públicas gaúchas.

O endividamento, cujo estoque vem crescendo em função das altas taxas de juros praticadas no País e que até hoje persistem, exigiu que se abrisse uma renegociação com o Governo Federal, principalmente no que tange à dívida mobiliária, negociação longa e desdobrada em várias etapas.

A racionalização dos gastos com o custeio (ou manutenção), mesmo que este item não tenha sido muito representativo no gasto total, foi buscada dentro do esforço de melhor atender as demandas por novos investimentos bem como pela qualificação dos serviços ofertados pelo governo.

Em relação aos gastos com pessoal foram dois os movimentos necessários. De um lado, diante das disparidades salariais existentes, adotar políticas diferenciadas para melhorar os salários daqueles que menos ganhavam, buscando um maior equilíbrio entre as diferentes categorias profissionais que compõem o setor público. De outro lado, restringir os cargos de confiança e extinguir os cargos vagos como forma de conter a tendência de expansão da folha de pagamentos.

Quanto ao crescimento vegetativo da folha de pagamentos, teve que ser adotada uma adequação das promoções automáticas à realidade pós-inflacionária, de tal sorte que períodos e índices dos prêmios fossem compatibilizados com os ganhos globais a verificarem-se na economia.

O problema dos inativos ensejou alternativas mais estruturantes, como a criação de um fundo capaz de garantir a remuneração dos aposentados sem a perda de seus direitos.

Já no que diz respeito às estatais foi necessário proceder a uma avaliação da função fim de cada uma delas e de seus respectivos desempenhos econômicos. Aquelas cujas funções poderiam ser exercidas pela administração direta e/ou cujos resultados operacionais mostraram-se muito aquém do desejável passaram por um processo de reestruturação ou de extinção. Também foi necessário estancar a remessa de recursos fiscais para cobrir "déficits" primários ou para liquidar débitos financeiros.

De outra parte, envidaram-se todos os esforços para aumentar as receitas próprias do Estado. Um combate sistemático à sonegação foi calcado na premissa de que o beneficiário imediato do equilíbrio do caixa estatal é a comunidade gaúcha como um todo.

Para melhor evidenciar as ações de governo desenvolvidas no sentido de afirmar sua presença junto à Comunidade Gaúcha, destacam-se as principais iniciativas adotadas para a reforma e modernização do Estado.

2.1 - A RETOMADA DO PLANEJAMENTO

Com a sanção à Lei nº 10.356, de 10.01.95, a atual administração deu nova estrutura organizacional à administração direta do Poder Executivo, recriando a Secretaria da Coordenação e Planejamento no Gabinete do Governador.

O Decreto nº 35.924, de 12.04.95, ao dispor sobre a estrutura básica da SCP, reafirma, entre outras, como competências desta o acompanhamento da execução de Governo, bem como o da elaboração orçamentária.

Grande desafio que cabe à SCP é, também, o de elaborar o Plano Estadual de Desenvolvimento, previsto na Constituição Estadual, através de um processo coletivo, democrático, sistemático e aprofundado de discussão da problemática rio-grandense, com o propósito de definir uma nova pauta estratégica para o desenvolvimento do Estado.

Couberam também a SCP as tratativas internacionais com vistas à obtenção de novos financiamentos pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.

2.2 - A ADEQUAÇÃO INSTITUCIONAL/ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Com o intuito de reordenar e redistribuir as funções dos órgãos governamentais a atual administração procurou, através da racionalização e reorganização de suas ações internas, adequar os serviços a serem prestados à sociedade. Como primeira ação, em janeiro de 1995, foi remetido e aprovado pela Assembléia Legislativa Projeto de Lei que institui a nova estrutura organizacional da Administração Direta Estadual.

Foram criadas as Secretarias da Coordenação e Planejamento, do Trabalho e do Turismo. Das duas primeiras foram desmembradas as Secretarias da Administração e Recursos Humanos e da Justiça e Segurança, respectivamente.

Fez-se necessário, dentro de uma visão de enxugamento da máquina administrativa, extinguir a Secretaria Especial de Comunicação Social, substituindo-a por uma estrutura menor, em nível de Assessoria.

Objetivando assegurar a integração do Rio Grande do Sul no mercado internacional, especialmente no que diz respeito ao MERCOSUL, houve a fusão da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social com a de Assuntos Internacionais.

Outra modificação estrutural importante foi a criação da Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação, substituindo a extinta Secretaria de Planejamento Territorial e Obras.

2.3 - A EXTINÇÃO, CAPITALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO PARCIAL DE ESTATAIS

Logo no início da sua gestão, o Governo do Estado reordenou o quadro que se apresentava na Administração Pública. Primeiramente, colocando fim às estatais deficitárias - Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB, Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA, Companhia Riograndense de Turismo - CRTUR e o Departamento Aeroviário do Estado - DAE, as quais consumiam, ao ano, R\$ 18 milhões do Tesouro Estadual. Foi dada também autorização ao Poder Executivo para alienar as centrais de abastecimento da CEASA. Mediante a transferência das unidades de armazenagem do Instituto Riograndense do Arroz - IRGA, para a Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, unificaram-se as atividades de armazenagem e estocagem do setor público estadual.

Assim, tanto as extinções quanto as transformações acima mencionadas foram autorizadas por lei e regulamentadas por decretos que estabeleceram os procedimentos de dissolução, transformação, liquidação e extinção das empresas afetadas.

Com relação à capitalização das principais empresas estatais, a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, o Governo decidiu vender as ações ordinárias excedentes em relação ao mínimo necessário, para que lhe seja garantido o controle societário, de forma a propiciar um maior dinamismo aos serviços prestados por ambas. Estas empresas, convém salientar, apresentam, em dias atuais, um faturamento anual de R\$ 1,2 bilhões e R\$ 650 milhões, respectivamente.

No que concerne à CRM foi aprovado o Projeto de Lei que permite a comercialização de 49% das suas ações, cujos valores estão sendo avaliados para fins de comercialização.

Também foi aprovado o Projeto de Lei que permite ao Estado renunciar à subscrição de parte do capital da Sulgás. O Estado do Rio Grande do Sul deverá ficar com 17,5% do total das ações preferenciais. O restante será dividido entre a Petrobrás e o capital privado.

2.4 - A GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES

Foram iniciativas do atual Governo para a correção de distorções e compatibilização das despesas às receitas públicas, na área de recursos humanos, as seguintes providências:

2.4.1 - A Política Salarial

Objetivando acabar com a falta de motivação e, por conseguinte, melhorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade riograndense, o Poder Executivo propôs a instituição de uma nova política salarial e de um novo direcionamento na qualificação de recursos humanos.

No que concerne à correção das distorções salariais, uma nova legislação de política salarial foi instituída. Nesta, houve a criação do Índice de Revisão Geral de Salários - IRGS -, assim como a previsão de reajustamentos semestrais e a concessão de novos aumentos, condicionados ao crescimento real da Receita Corrente Líquida do Estado.

No primeiro semestre do ano de 1995, o Governo implantou uma política salarial para os servidores públicos dos Três Poderes, a qual prevê aumentos reais de salários para as categorias de menores ganhos e reposição semestral do índice de inflação para as demais, a contar de outubro de 1995, baseada na evolução média dos índices (ICMS, ICV-DIEESE, IPC-IEPE), tomada como Índice de Revisão. Além disso, está previsto o disparo de um "gatilho" de 10% quando o Índice de Revisão dos salários atingir este patamar. Cabe ressaltar, porém, que tais reajustes são condicionados ao cumprimento de metas de redução da participação dos gastos com pessoal na receita corrente líquida equivalentes às previstas na Lei Rita Camata.

Outra medida diz respeito à alteração do Sistema de Incorporações de Funções Gratificadas aos vencimentos, bem como à redução dos avanços trienais de 5% para 3%, assim como a supressão de vantagens temporais como as Gratificações Adicionais de 15% e 25%.

2.4.2 - A Extinção de Cargos

A atual gestão administrativa, entendendo ser excessivo o número de cargos em comissão existentes no Poder Executivo, promoveu a devida redução, adequando-o às suas reais necessidades.

O Governo do Estado extinguiu 2.385 cargos e funções gratificadas existentes na Administração Pública Estadual. Além disso, o não provimento de vagas e a demissão de pessoal geraram a redução de 14.087 servidores estaduais, proporcionando a redução da folha de pagamento do funcionalismo.

2.4.3 - A Quebra das Vinculações

Um dos projetos mais importantes do atual Governo foi o da desvinculação da política de reajuste das carreiras jurídicas do Poder Executivo às variações da remuneração da magistratura estadual, vinculando-a à remuneração percebida pelos Secretários de Estado. Desta maneira, caberá ao Poder Executivo o comando dos reajustes salariais das suas carreiras jurídicas. O mesmo índice também será aplicado aos vencimentos dos deputados estaduais.

Com esta medida, o tratamento isonômico dos tetos dos Poderes, que expressamente se equivalem, passarão a se sujeitar a um único índice de reajuste, semestral e simultâneo.

2.4.4. - O Custeio das Aposentadorias e Pensões

Dando cumprimento à Emenda Constitucional nº 09, de 12.07.95, foi instituída a Contribuição Previdenciária Suplementar, de natureza compulsória, destinada a custear os proventos de aposentadoria, no percentual de 2% fixos incidente sobre a remuneração líquida dos servidores públicos estaduais.

Com esta medida, estima-se, para o primeiro ano, o ingresso de R\$ 55 milhões.

2.4.5 - O Programa de Demissões Voluntárias

Após o sucesso do Programa de Demissão Voluntária no Bannrisul, que reduziu, em dois meses, 10% do seu quadro de pessoal, o Governo do Estado encaminhou ao Legislativo Projeto de Lei de Incentivo ao Afastamento Voluntário do Serviço Público e à Reconversão Funcional de Servidores Públicos Estaduais, de forma a incentivar os servidores estatutários e estáveis a requerer exoneração, aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ou licença especial de reconversão funcional. Com esta medida, o Governo prevê redução de gastos da ordem de R\$ 250 milhões por ano.

A atual gestão deu início à contenção de gastos com o pagamento de diárias e ajudas de custo, estabelecendo novos limites para os diversos órgãos da Administração.

Cabe destacar as providências adotadas visando à racionalização das cedências de servidores, dentro da esfera pública, medida que objetiva corrigir sérias distorções internas da máquina pública estadual.

2.5 - A GESTÃO ADMINISTRATIVA E A BUSCA DA QUALIDADE NOS SERVIÇOS

2.5.1 - O Programa Qualidade na Administração Pública

A atual gestão governamental resolveu dividir o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade em dois. Um voltado para o setor produtivo e coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, cujo objetivo é imprimir melhores condições de competição no mercado através de novas práticas gerenciais. O outro, intitulado Programa Qualidade na Administração Pública, cujo acompanhamento ficou a cargo da Secretaria da Coordenação e Planejamento, tem como objetivo maior a qualificação continuada dos serviços prestados pelo setor público.

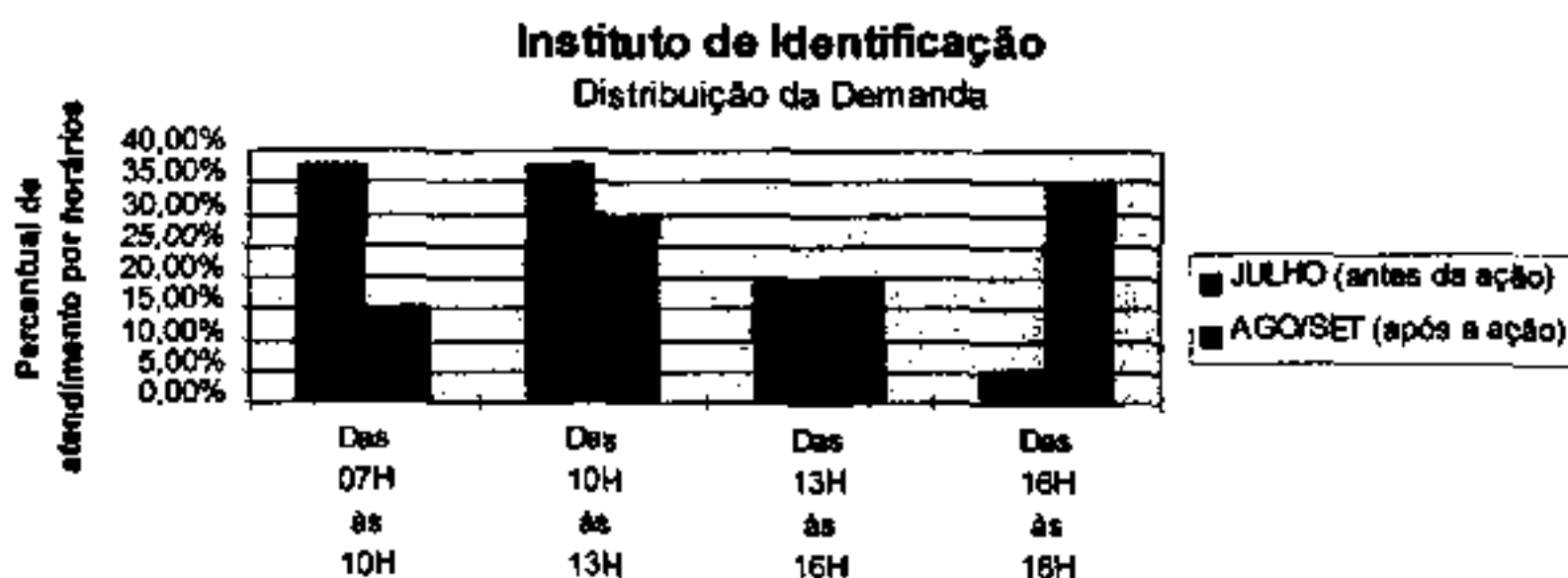
O Programa Qualidade na Administração Pública prevê o desenvolvimento de ações que possibilitem internalizar conceitos e ferramentas de Gestão pela Qualidade Total nos diferentes órgãos da Administração Estadual. Já foi dado início ao programa de treinamento dos principais responsáveis pela implantação do Programa em cada unidade administrativa. A meta é treinar, nos próximos três anos, valendo-se da estrutura da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, cerca de 20 mil funcionários.

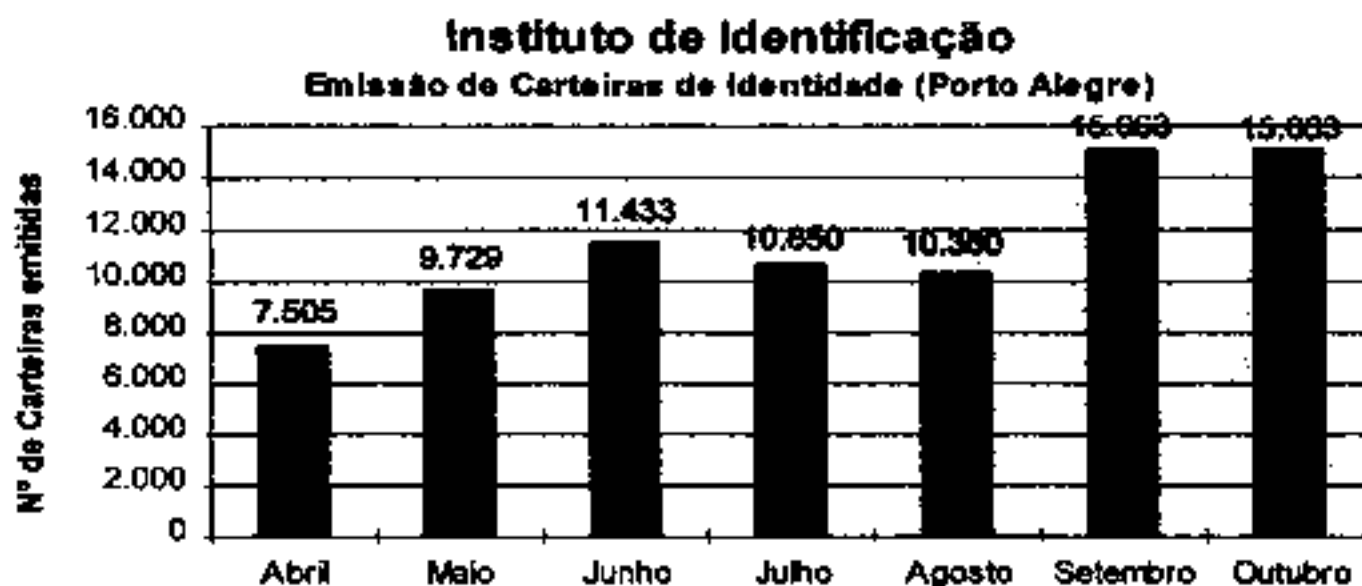
2.5.2 - A melhoria dos Serviços Públicos

Para aumentar a eficiência dos serviços que o setor público presta diretamente ao cidadão, foram adotadas várias medidas de caráter administrativo e gerencial.

Os problemas inicialmente atacados foram: Carteiras de Identidade e Remoções Fúnebres (Secretaria da Justiça e da Segurança); Atendimento com Medicamentos Especiais (SSMA); e Matrículas Escolares (Secretaria da Educação). Implementou-se um conjunto de ações visando à melhoria destes serviços, que apresentaram os seguintes resultados:

1 - Carteiras de Identidade - Expandiu-se o número de postos de atendimento, através de 17 Delegacias de Polícia, em Porto Alegre, e de Convênios com o SESI (já operando em 4 municípios do interior) e com as Prefeituras (atuando em 3 municípios), havendo possibilidades imediatas de maior expansão. O número mensal de carteiras emitidas em Porto Alegre, que era de 7.505 em abril, alcançou a 15.000 em outubro. Além disso, o tempo de processamento de carteiras de identidade foi reduzido de 8 dias úteis para 2 dias úteis.





2 - Remoções Fúnebres - Eram freqüentes as manchetes de jornais reprovando a atuação do Estado no que diz respeito às remoções fúnebres. Os cadáveres ficavam horas expostos até que o órgão responsável os recolhesse.

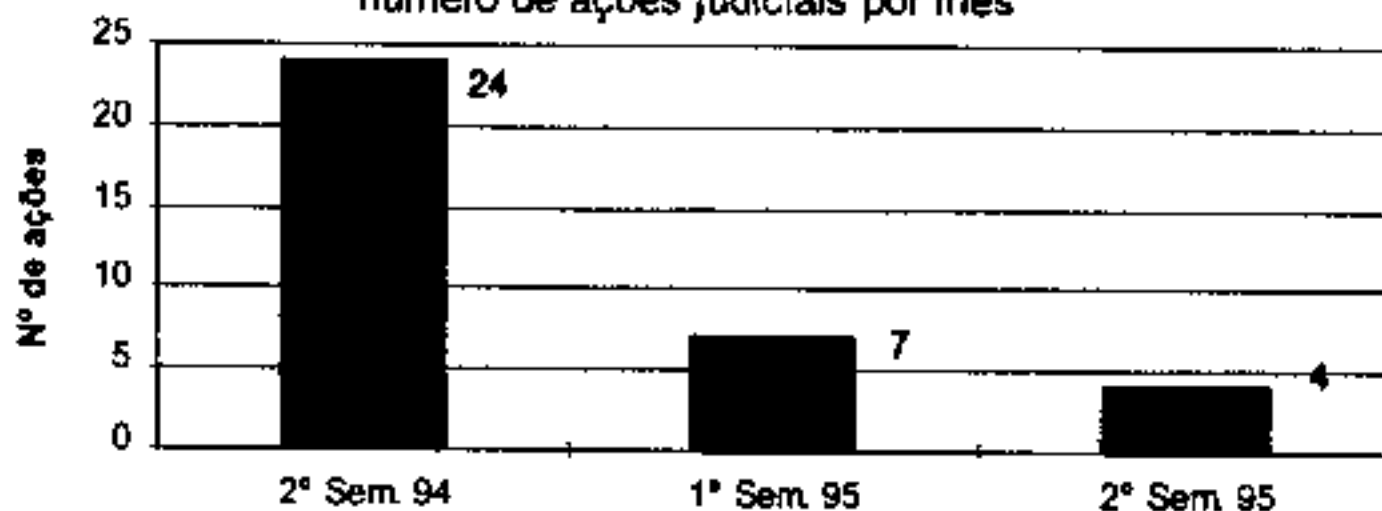
Buscou-se acabar com a ineficiência deste serviço público, celebrando-se parcerias sem ônus para o Estado. Em Osório, com parceria da Associação das Funerárias do Atlântico Norte, está concluído o prédio, com necrotério equipado e com serviço de remoção, abrangendo o litoral de Mostardas a Torres; em Montenegro, com as 17 prefeituras do Vale do Cai, serão instalados prédio e serviço idênticos, com conclusão prevista para maio de 1996; em Caxias do Sul será construído um prédio com a participação da Universidade de Caxias do Sul, CONSEPRO e Prefeitura Municipal; em Ijuí, o prédio foi inaugurado em setembro, realizado pelo CONSEPRO e Prefeitura Municipal, e, em Rio Grande, o prédio será reformado, em parceria com FURG, CONSEPRO e Prefeitura Municipal. Em Porto Alegre, encontra-se aberta a licitação para o serviço de remoções fúnebres, que passará a ser terceirizado. Há, ainda, um convênio com o HPS para efetivação de laudos naquele hospital.

3 - Medicamentos Especiais - Os medicamentos especiais são produtos de alto custo que atendem uma pequena parcela da população, portadora de doenças que exigem tratamento continuado, com o propósito de impedir ou reduzir a evolução dessas doenças. Exemplo: Ciclosporina para transplantados, Interferon para hepatite B e C e Megestrol para neoplasias. O Programa Estadual de Medicamentos Especiais, que a SSMA está implementando, é baseado em critérios rigorosos que abrangem 14 especialidades médicas e inclui termos de compromisso, tanto para o médico como para o paciente. Os resultados, até aqui alcançados, são bastante significativos: estimou-se que o número de usuários de medicamentos especiais cresceu de 6.000 (maio) para 15.000 (outubro), o prazo médio de atendimento reduziu de 70 dias (maio) para 10 dias (novembro), enquanto que o comprometimento dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para com este programa passou de 86% (maio) para 66% (setembro), comprovando um sensível aumento de produtividade. Por outro lado, o Estado, às vezes, convém lembrar, é obrigado a fornecer medicamentos pela via judicial, e também, nesse sentido, em consequência das novas diretrizes, verificou-se uma acentuada queda no número de ações judiciais. No 2º semestre de 1994, a média mensal acusava 24 ações, enquanto que, em 1995, no mesmo período, a média baixou para 4 ações mensais.

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente

Medicamentos Especiais

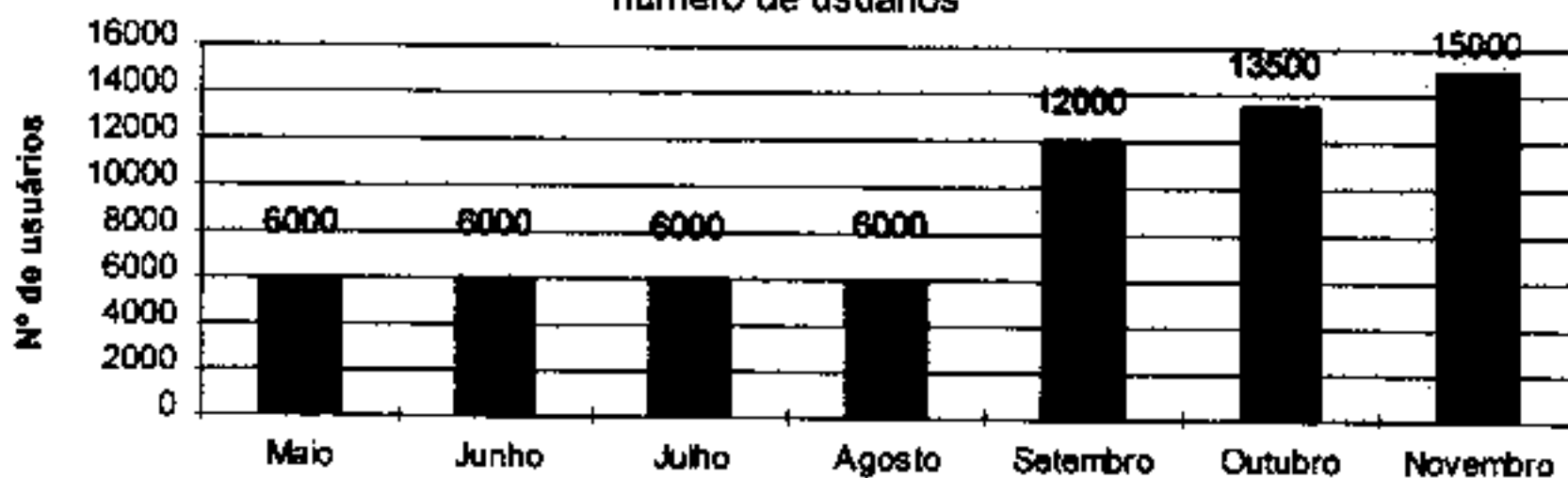
número de ações judiciais por mês



Secretaria da Saúde e Meio Ambiente

Medicamentos Especiais

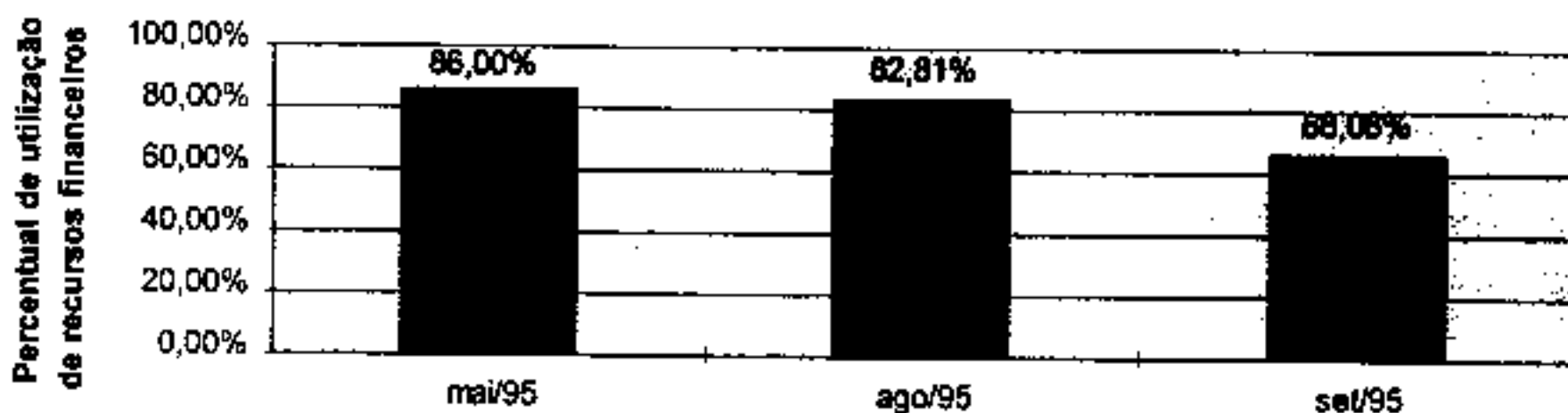
número de usuários

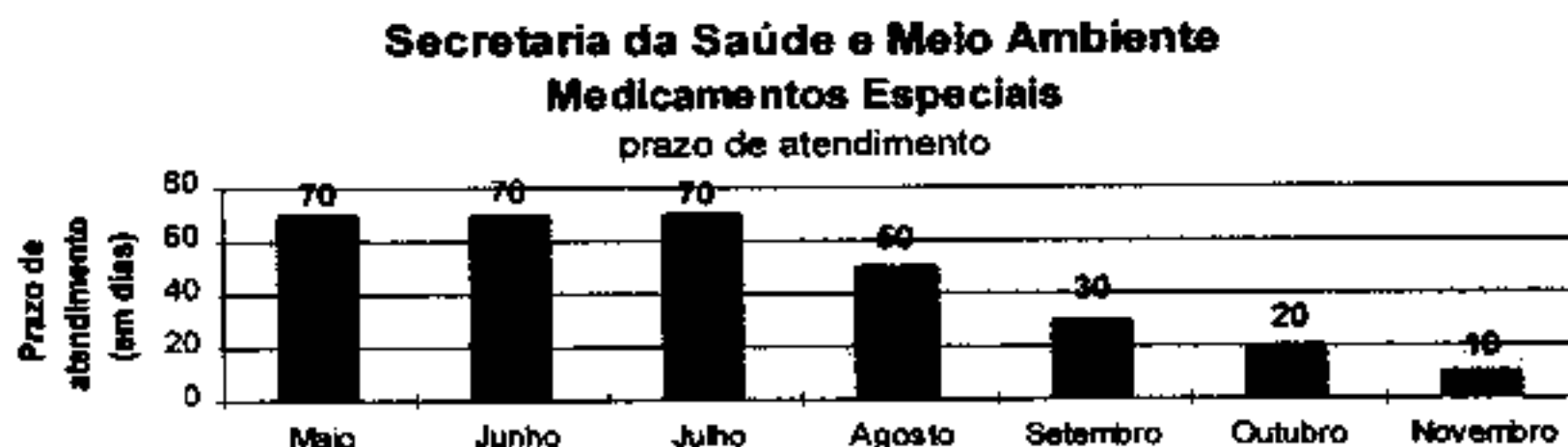


Secretaria da Saúde e Meio Ambiente

Medicamentos Especiais

comprometimento dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde





4 - Novo Sistema de Matrículas - Com o principal objetivo de acabar com as filas que se formavam nas escolas públicas nos dias que antecediam a data de início das inscrições, a Secretaria da Educação dedicou-se ao estudo e a implantação de um novo sistema de matrículas. As principais ações que concorreram para a solução deste problema foram: 1º - rematrícula automática a todos os alunos da rede pública estadual, abrangendo todos os municípios gaúchos; 2º - introdução de um novo sistema de matrículas para Porto Alegre, no qual o candidato se inscreve através do preenchimento de uma ficha, onde manifesta as escolas de sua preferência. Uma Central de Vagas, cotejando candidatos e vagas disponíveis, procederá a designação dos candidatos para cada escola, segundo critérios bem definidos. Os principais benefícios proporcionados pelo sistema são: a eliminação de filas na matrícula; a facilidade para escolha da escola; a adoção de critérios uniformes, bem como informações para o planejamento da Secretaria da Educação. O número de inscrições para o ano letivo de 1996 foi de 20.000 candidatos no primeiro grau e de 16.000 candidatos para o primeiro ano do segundo grau só na cidade de Porto Alegre.

2.5.3 - Controles Gerenciais

Tendo em vista a inexistência ou a pouca efetividade de instrumentos gerenciais modernos e eficazes, o atual governo decidiu implantar alguns novos sistemas de avaliação e controle da ação administrativa e do desempenho do setor público.

Neste sentido, cumpri destacar, em primeiro lugar o Caderno de Metas - instrumento intersecretarial, onde constam projetos/atividades de significação estratégica, apresentados de forma a permitir o controle e o direcionamento constante das ações a serem desenvolvidas ao longo de todo este governo.

No âmbito da administração indireta, foram assinados os Contratos de Gestão entre o Governo do Estado e as Empresas Estatais para a ampliação e qualidade dos serviços, estabelecendo-se, também, as metas que as empresas devem atingir, bem como as contrapartidas do Governo para o alcance daquelas no prazo estabelecido. Foram firmados cinco contratos de gestão com as principais empresas estatais gaúchas, quais sejam: CEE, CRT, CRM, CORSAN e PROCERGS.

Todas as demais empresas estatais, autarquias e fundações estão assinando Compromissos de Gestão com o Governo Estadual. Estes instrumentos visam estabelecer, de forma negociada, metas de redução de gastos e racionalização de meios. Derivou, desta medida, uma redução inicial de cerca de 15% nas despesas operacionais, com uma economia prevista de cerca de R\$ 500.000.000,00 ao ano.

2.6 - A GESTÃO PATRIMONIAL

Após levantamento minucioso de todos os imóveis da Administração, Direta e Indireta, o Poder Executivo encaminhou à Assembléia Legislativa Projeto de Lei, já aprovado, para a venda dos primeiros 209 imóveis ociosos identificados. O produto da alienação destes imóveis formará um Fundo, cuja destinação vincular-se-á à aquisição de imóveis, necessários aos serviços públicos ou às obras de conservação e reforma do Patrimônio do Estado.

2.7 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO

A atual Administração, preocupada com a necessidade de cada vez mais incorporar os diferentes setores sociais no processo de discussão e elaboração de estratégias para o enfrentamento das questões enfrentadas pelo Estado em diferentes áreas, procurou estabelecer e aprimorar instâncias de participação e decisão capazes de viabilizar o consenso necessário ao atendimento seletivo das demandas da sociedade gaúcha. Sendo assim, foram encaminhados à Assembléia Legislativa Projetos de Lei com vistas à criação de vários Conselhos Estaduais, muitos dos quais previstos pela Constituição Estadual, alguns deles já foram aprovados.

2.7.1 - O Sistema Estadual de C&T

Buscando o intercâmbio e a cooperação institucional, no qual articulam-se as atividades entre organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente na área de Ciência e Tecnologia, no RS criou-se o sistema Estadual de C&T que tem como objetivo instituir mecanismos de coordenação e planejamento das atividades de Ciência e Tecnologia no Estado.

2.7.2 - O Sistema Habitacional de Interesse Social

Visando articular, compatibilizar, fiscalizar e apoiar a atuação dos órgãos e entidades que desempenham funções no campo da habitação popular, criou-se o Sistema Habitacional de Interesse Social que procura viabilizar e promover o acesso à habitação urbana e rural para a população de baixa renda, implementando, inclusive, uma política de subsídios.

Adstrito a este Sistema foram criados: o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e o Conselho Estadual de Habitação, competindo-lhes definir a política estadual e diretrizes e prioridades das respectivas áreas.

2.7.3 - Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRDs

Como instâncias de discussão e levantamento da problemática regional e base de sustentação para a formulação de um plano estratégico de desenvolvimento estadual, os CRDs têm como finalidade principal definir programas e projetos de investimentos públicos e privados, assim como atividades ligadas ao desenvolvimento de novos pólos e eixos econômicos no Rio Grande do Sul com vistas ao equilíbrio inter-regional.

Diante dessas atribuições, a Secretaria da Coordenação e Planejamento, que possui a competência de apoiar as ações dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, buscou consolidar uma prática de atuação conjunta e de cooperação entre os CRDs e os

diferentes Órgãos da Administração Pública, no trato de problemas do interesse das diferentes regiões do estado.

Procurou-se, dessa forma, viabilizar uma participação mais efetiva dos Conselhos Regionais no processo de planejamento governamental. Deve-se destacar, neste sentido, a promoção de reuniões com os CRDs, visando operacionalizar a participação dos Conselhos na elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento de 1996.

Foi sugerida uma nova agenda de discussões para os referidos conselhos, constituindo-se basicamente da elaboração de propostas para o desenvolvimento de suas respectivas regiões, que servirão de referências para a elaboração do plano global de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

2.7.4 - O Conselho Estadual da Justiça e da Segurança

O Poder Executivo Estadual, objetivando solucionar as questões da justiça e da segurança pública no Estado, enviou à Assembleia Legislativa projeto propondo a criação do Conselho Estadual da Justiça e da Segurança, para o qual obteve a devida aprovação. O Conselho, além da participação de órgãos governamentais ligados à área, contará com a participação da OAB/RS e de representante do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Competirá ao Conselho colaborar com o Governo, em nível de assessoramento e sugestão, sempre que emergirem questões relevantes no âmbito da justiça e da segurança pública.

2.7.5 - O Conselho Estadual do Turismo

Considerando a importância econômica e social que o desenvolvimento da atividade turística representa no contexto mundial, nacional, estadual e municipal, a atual Administração Estadual está em tratativas com vistas à criação do Conselho Estadual do Turismo.

A implantação do Conselho nasce da necessidade de reunir esforços de todas as esferas do Poder Público e do setor turístico no sentido de ampliar a participação destes serviços na formação do PIB estadual, haja vista as potencialidades que o Estado do Rio Grande do Sul dispõe para a exploração racional da atividade turística, em especial aquela ligada aos aspectos culturais de nossa gente à preservação da natureza.

Caberá ao Conselho dotar o Poder Executivo de instrumentos que disciplinem e coordenem a ação governamental nos níveis estadual e municipal, bem como a participação da iniciativa privada.

2.7.6 - O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

A institucionalização do CEAS deveu-se ao incentivo à descentralização político-administrativa, originado na Constituição Federal de 1988, o que também estimula a participação da sociedade civil organizada no processo de controle social.

A criação deste Conselho também está prevista na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, chamada de Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que dispõe sobre a condição para que os Municípios recebam recursos destinados à assistência social, com a instituição e funcionamento dos CEAS, bem como do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

Compete ao CEAS, entre outras funções, apreciar e estabelecer critérios de transferência de recursos para os Municípios, acompanhar e avaliar a gestão dos mesmos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados, estabelecendo, ainda, as diretrizes e programas do FEAS. O Fundo constituir-se-á em instrumento de captação e aplicação de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho. As respectivas leis de criação já foram sancionadas.

2.8 - AS MEDIDAS PARA A RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Grande parte do gasto público concentra-se no custeio do aparelho administrativo sem que, contudo, a prestação dos serviços públicos tenha resultado satisfatório.

Não há, para o Estado, investimento com maior retorno do que aquele destinado a conferir eficiência, eficácia e resolutividade aos serviços sociais básicos. Educar, prevenir e curar enfermidades, oferecer segurança e promover a justiça social são responsabilidades primárias do Estado em relação às quais não é possível tolerar a ineficiência e o desperdício público.

Também importa salientar que as carências constatadas na infra-estrutura econômica estão a dificultar a atração de novos investimentos capazes de promoverem uma nova etapa de crescimento econômico.

Por tais razões, o Governo do Estado tomou uma série de iniciativas tanto no campo da racionalização das despesas, sem que houvesse o prejuízo na qualidade e na quantidade do serviço prestado, como para viabilizar um incremento das receitas. Diversas, ações relevantes foram tomadas, das quais cabe destacar as que a seguir são descritas.

2.8.1 - As Iniciativas para Lograr Aumento das Receitas

Combate à Sonegação

Através do Programa "Paguei, Quero Nota", o Governo do Estado procurou dar um novo incremento arrecadatório aos tributos estaduais mediante a exigência, por parte do consumidor, da nota ou cupom fiscal. A expectativa de aumento da arrecadação, com a diminuição dos índices de sonegação, é de 10% e, para isto, o Governo contou também com as parcerias da iniciativa privada, através da diminuição progressiva da alíquota do ICMS, e das Prefeituras.

A participação dos Municípios, que acontece por adesão, tem como prêmio o retorno de parte do acréscimo real da arrecadação do ICMS. No decorrer do ano de 1995, a quase totalidade dos municípios aderiu ao Programa.

Ênfase é dada também ao Projeto "Mãos Dadas", desenvolvido pelas Secretarias do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, da Saúde e Meio Ambiente, da Educação e da Fazenda e dirigido às escolas, hospitais filantrópicos e entidades de assistência social, mediante a distribuição de prêmios na forma de auxílios, proporcional à quantidade e ao valor de notas ou cupons fiscais coletados pelas referidas instituições.

O Aumento da Fiscalização

Para que a fiscalização se tornasse mais atuante, o Governo do Estado buscou, através da modernização da Secretaria da Fazenda e da máquina arrecadadora, via automatização, melhorar a sua capacidade de respostas, evitando desperdícios pela duplicidade de atuação e oportunizando maior eficácia à arrecadação e à despesa.

A Operação Cobrança

Um outro esforço fiscal diz respeito à Operação Cobrança, que consiste na cobrança de créditos tributários inscritos, através das seguintes ações: redução do procedimento tributário administrativo e das multas materiais, flexibilização nos prazos de parcelamento administrativo, priorização da cobrança dos 500 maiores devedores e ajuizamento de medida cautelar fiscal de indisponibilidade patrimonial contra devedores inadimplentes, viabilizando, assim, um aumento de 5% na arrecadação total em 96.

Dentro deste plano, foi realizado um mutirão de julgamentos de processos administrativos, sendo julgados cerca de 6.300 processos, praticamente zerando os estoques anteriormente existentes.

O Cadastro Informativo dos Inadimplentes - CADIN

A criação do Cadastro Informativo, do qual constam as pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, tem por finalidade evitar o repasse de recursos públicos e a concessão de benefícios fiscais e financeiros a pessoas físicas ou jurídicas que estejam em estado de inadimplência para com a Administração Pública Estadual, o que só é possível se essas informações constarem em um cadastro único.

2.8.2 - A Racionalização do Gasto Público

Com a finalidade de assessorar diretamente o Chefe do Poder Executivo com vistas à adoção de medidas para a racionalização das despesas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, foi criado o Comitê de Racionalização dos Gastos Públicos, ao qual compete a elaboração de acordos denominados de "Compromissos de Gestão", que visam à redução da dependência destes entes administrativos aos recursos do Tesouro Estadual, seja através do incremento das receitas próprias ou de fontes alternativas de recursos, seja pela redução das despesas de custeio.

O Governo do Estado firmou Compromissos de Gestão com todas as fundações estaduais mais a EMATER/RS, o que será estendido a todas as autarquias e companhias estatais que não firmaram contratos de gestão.

2.8.3 - A Renegociação da Dívida

A Caixa de Administração da Dívida Pública - CADIP

O atual Governo tem procurado reestruturar a dívida mobiliária da ordem de R\$ 4,6 bilhões e que, com a atual política de juros, tende a crescer de forma acentuada.

Para tanto, foi encaminhado e posteriormente aprovado pela Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que cria a CADIP. A CADIP é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima pelo Estado do Rio Grande do Sul, que deverá viabilizar o

alongamento da dívida, via emissão de debêntures lastreados em ativos reais estaduais, entre os quais as ações da CEEE, CRT e BANRISUL, de tal forma que, sem comprometer o controle acionário do Estado, possa dar suporte à captação de recursos, que serão utilizados para financiar uma parcela da dívida mobiliária em prazo mais longo e custo menor.

Outra parte da dívida será amortizada com recursos oriundos do programa de reforma do Estado. O restante será securitizado com prazo longo e juros fixos, através da substituição de títulos estaduais por federais.

A Dívida de Candiota

Com o objetivo de estruturar mecanismos de financiamento para a conclusão da 1ª Unidade da Usina Termelétrica Candiota III, após tramitação no Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 9.142, em 08/12/95, que dispõe sobre a assunção pela União de operações de crédito contratadas pela CEEE e conseqüentes obrigações contratuais destinadas à implantação do empreendimento. O ingresso do Governo Federal, além de viabilizar a retomada do projeto, reduziu o montante da dívida da empresa em US\$ 142,8 milhões, dos quais US\$ 58 milhões vencidos até 31.12.95.

2.8.4 - A Desestatização e as Parcerias

A desestatização, prevista no Programa de Reforma do Estado, aprovado pela Lei nº 10.607/95, tem por objetivos retomar os investimentos nas empresas estatais e reestruturar a participação do Estado nas atividades econômicas, bem como contribuir para a redução da dívida pública e propiciar ações de governo na área social.

Para que alcance tais objetivos, o Programa valer-se-á da alienação de participação societária, abertura de capital e transformação, dissolução, fusão ou cisão de empresas onde o Estado disponha de ativos patrimoniais. A alienação de bens móveis e imóveis também faz parte da estratégia de captação de novos recursos para investimentos.

Esta Lei prevê a criação do Fundo de Reforma do Estado, cujo patrimônio será constituído por direitos ou títulos representativos da propriedade das ações e cotas de capital de sociedades em que o Estado possua participação, majoritária ou não, e pela totalidade de receitas decorrentes do Programa de Reforma do Estado. Os recursos deste fundo poderão também ser utilizados para a redução da dívida mobiliária e em investimentos necessários à implantação de empreendimentos privados de valor estratégico para o nosso Estado.

Foi criado, ainda, o Fundo de Promoção da Cidadania, destinado a empreendimentos na área social, voltados para a educação, saúde, saneamento e segurança pública, cujo patrimônio será constituído por recursos repassados do Fundo de Reforma do Estado.

No que diz respeito às parcerias, o Governo do Estado vem tentando alterar o perfil sócio-econômico do Rio Grande do Sul, permitindo à iniciativa privada participar do desenvolvimento de grandes projetos, principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, saneamento, recursos hídricos e transportes. Para tanto, está sendo gestado o Programa Estadual de Concessões Públicas, do qual os Projetos de Lei que permitem a concessão dos Pólos de Concessão Rodoviária foram as primeiras iniciativas aprovadas pelo Legislativo Estadual.

2.8.5 - A Retomada dos Financiamentos Externos - BIRD/BID

Para agilizar o processo de mudanças no setor público e atender as demandas por investimentos na infra-estrutura econômica e em programas sociais, o Governo Estadual buscou, nos financiamentos externos, a complementariedade dos recursos que lhe faltavam. Neste sentido, o incremento dos investimentos está associado às negociações de financiamentos de longo prazo junto ao Banco Mundial - BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, principalmente para os seguintes projetos prioritários: PIMES, PRÓ-GUAÍBA, PRÓ-RURAL, Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais - PNMRE e Programa de Corredores de Transportes.

Também cabe destacar o financiamento destinado à reforma do Estado do Rio Grande do Sul, negociado junto ao BIRD que, sem contrapartida, terá como obrigações do Estado alcançar metas vinculadas à reforma patrimonial, ao controle e racionalização da Administração Pública e a resultados em nível fiscal e financeiro.

Cabe salientar que, em dezembro último, foi instituído o Programa Estadual de Captação de Recursos Internacionais, com os objetivos de refinanciamento da Dívida Mobiliária Interna e permissão da retomada dos investimentos públicos na área social e em infra-estrutura básica (Lei nº 10.561/95). Para tanto, foi autorizado o Poder Executivo a captar nos mercados financeiros internacionais recursos até R\$ 800 milhões.

Desse conjunto de ações que visaram à obtenção de recursos externos cabe destaque para duas delas. A primeira diz respeito à assinatura do contrato de financiamento do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba - Projeto Pró-Guaíba, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com investimentos da ordem de R\$ 220 milhões em sua primeira etapa. Este projeto estava em tratativas desde o ano de 1989. A segunda refere-se ao Fundo de Investimento do Programa Integrado de Melhoria Social - FUNDOPIMES. Este Fundo financiou, em 1995, R\$ 52,5 milhões, através de contratos firmados com 43 municípios, beneficiando diretamente 482 mil pessoas.

2.9 - OS PROGRAMAS SOCIAIS E A MELHORIA DOS SERVIÇOS

A política de desenvolvimento estadual e regional, consoante com o que dispõe a Constituição do Estado, tem por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem no campo e o desenvolvimento social e econômico sustentável.

O atual Governo elegeu como prioridades os aspectos a seguir apresentados, para o enfrentamento das dificuldades apontadas na área social.

2.9.1 - Gestão Democrática do Ensino Público

Com a aprovação da Lei nº 10.576, foi implementada a autonomia dos estabelecimentos de ensino na área administrativa, financeira e pedagógica, com a livre negociação e participação da comunidade escolar nos processos decisórios.

2.9.2 - Programa de Crédito Educativo - PROCRED

O Estado aplicou meio por cento da receita líquida de impostos próprios na manutenção e desenvolvimento do Ensino Superior Comunitário do Rio Grande do Sul. O Governo reestruturou o Programa de Crédito Educativo que tem por finalidade conceder Bolsas Rotativas de Estudo, para o custeio de matrículas e mensalidades escolares na Instituição de Ensino Superior Comunitário em que o beneficiário estiver inscrito.

2.9.3 - Descentralização da Merenda Escolar

Foi implantada, em parceria com o município, a descentralização da merenda escolar. Os recursos repassados e as compras efetuadas na localidade visam estimular a produção de produtos hortigranjeiros. As crianças terão um cardápio mais balanceado e adaptado aos seus costumes e os municípios obterão um maior retorno de ICMS.

2.9.4 - Recuperação da Rede de Serviços de Saúde

Na área da infra-estrutura hospitalar, foram assinados convênios para reformar 95 prédios da rede estadual e concluir 20 hospitais.

O Programa de Agentes Comunitários tem como objetivo, através das ações a serem implementadas pelos enfermeiros e agentes de saúde, uma redução da mortalidade infantil nos 22 municípios onde se encontram atuando.

Diversos outros projetos foram executados, buscando ampliar a assistência ambulatorial e hospitalar, cabendo mencionar: Operação Litoral e Inverno com Saúde.

2.9.5 - Integração e coordenação do sistema estadual de segurança

A implantação do sistema integrou os órgãos da Polícia Civil, Polícia Militar e dos Serviços Periciais. Em consequência, obteve-se a agilização, racionalização e melhores resultados das atividades de segurança e justiça na comunidade gaúcha. Nesse processo, foram previstas ações conjuntas e integradas de forma a que os objetivos da Pasta, no trato das questões do aumento da criminalidade e ressocialização do preso, fossem executadas de forma a responder aos anseios da sociedade.

2.9.6 - Banco de Dados Informatizado da Segurança e Justiça

A integração de informações viabilizou-se pelo acesso recíproco aos sistemas informatizados do banco de dados da Polícia Civil, Brigada Militar, SUSEPE e Coordenadoria Geral de Perícias. Essa integração está sendo ampliada ao Poder Judiciário e à Polícia Federal.

2.9.7 - Ressocialização do Apenado

Para o apenado ter melhores condições de integração à sociedade, foram realizados cursos de qualificação, em 73 Casas Prisionais. Os diversos cursos beneficiaram aproximadamente 2.000 presos. Essa qualificação irá permitir que o apenado, ao término do cumprimento de sua pena, tenha meios de encontrar uma ocupação e auferir alguma renda junto ao sistema produtivo.

2.9.8 - Crianças e Adolescentes Carentes

O Estado do Rio Grande do Sul e o UNICEF estão elaborando o Projeto Especial de Melhoria Social, que tem como objetivo promover e defender os direitos de crianças e adolescentes carentes, especificamente nas áreas de mortalidade infantil, analfabetismo e questões relativas a meninos de rua.

No que concerne à área de mortalidade infantil e analfabetismo, propõe-se a promover um conjunto articulado de ações de saúde, educação e proteção especial, a fim de garantir o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

O acordo prevê, também, a elaboração de uma política estadual de atendimento a meninos que fazem da rua o seu espaço de moradia e sobrevivência.

2.9.9 - Intermediação da Mão-de-Obra e Qualificação Profissional

No convênio assinado entre o MTb/SINE/STCAS/FGTAS para a intermediação de mão-de-obra, foram inscritos 199.276 desempregados, sendo que 98.934 foram encaminhados, tendo sido preenchidos 23.354 postos de trabalho.

No decorrer do ano, foram oferecidos à comunidade gaúcha 485 cursos, num total de 1.232 turmas. Foram inscritos 26.640 trabalhadores que, após receberem seu certificados, estarão melhor qualificados para procurar uma ocupação no mercado de trabalho.

2.9.10 - Habitação de Interesse Social

No campo da habitação popular, foi criado o Sistema Habitacional de Interesse Social, que busca viabilizar o acesso à habitação urbana e rural da população de baixo poder aquisitivo, dependente ainda do fechamento de acordo com a Caixa Econômica Federal.

2.9.11 - Pró-Rural 2.000

É um Programa voltado para a conservação dos recursos naturais e combate à pobreza e ao êxodo rural. O valor do Programa é de US\$ 205 milhões, sendo US\$ 113 milhões oriundos de financiamento do Banco Mundial, cabendo contrapartida de US\$ 63 milhões para o Estado e US\$ 29 milhões para os municípios.

Quanto à conservação dos recursos naturais as ações previstas visam as áreas de monocultura, reflorestamento, controle da contaminação por agrotóxicos, manejo e conservação dos solos.

Para o combate à pobreza e ao êxodo rural, estão previstas ações para melhoria da infra-estrutura, aumento de renda e programas educativos.

2.10 - O INCREMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

No tocante à atividade econômica, o Governo empreendeu esforços no sentido de construir as condições essenciais para recuperar a posição relativa do Estado no cenário nacional, atuando ofensivamente tanto para a expansão como para a transformação produtiva do Rio Grande do Sul.

Numa perspectiva menos imediata, mantido o firme propósito de romper o insuficiente desempenho econômico dos últimos 15 anos, impactando positivamente o ritmo de crescimento da economia gaúcha, o Executivo teve uma participação ativa, tanto na atração de empreendimentos de grande porte, em especial para o setor metal mecânico e para o petroquímico, quanto na concessão de incentivos à implantação e expansão de projetos industriais através do aperfeiçoamento da legislação básica do FUNDOPEM, com a lei nº 10.545/95.

Ainda com o mesmo propósito, associado ao de ampliação da participação de organizações da sociedade civil, cabe destacar a criação das Câmaras Setoriais que, enquanto fórum público, estruturado de forma não corporativa e com ampla representatividade, se propõe a ser o "locus" de discussão, negociação e definição de planos e políticas setoriais.

Outra iniciativa de especial relevo é a da criação da Agência Estadual de Desenvolvimento AD/RS que teve o integral apoio do Governo do Estado tanto na sua proposição como na sua constituição. Isto certamente contribuirá para a transformação produtiva da economia sul-rio-grandense, trazendo significativo aporte para novos investimentos para o Estado.

No curto prazo, o Governo do Estado foi bastante sensível e atuante no encaminhamento das questões relacionadas à preservação do aparelho produtivo, principalmente no que se refere aos reflexos do plano de estabilização - Plano Real - sobre a economia gaúcha e à busca de alternativas para os impactos da integração com o MERCOSUL sobre a nossa economia.

Numa perspectiva conjuntural, apesar da economia brasileira ter experimentado, no segundo semestre do ano passado, uma desaceleração da atividade econômica, em grande parte motivada por uma política econômica de restrição ao crédito e manutenção de taxas de juros elevadas, a economia gaúcha apresentou crescimento do Produto Interno Bruto de aproximadamente 0,5%, segundo estudos preliminares. Alguns setores, apesar do fraco desempenho do setor primário (-6,5%), foram duramente penalizados pelas medidas de ajuste econômico patrocinadas pelo Governo Federal. Entre eles, deve-se destacar os setores coureiro-calçadista, têxtil, de máquinas agrícolas, vinícola e, principalmente, a agricultura de um modo geral.

No caso da crise enfrentada pelo setor de calçados em decorrência da concorrência de produtos importados principalmente da China, o governo estadual e as entidades representativas deste setor conseguiram, junto, ao governo federal, a alteração nas alíquotas do imposto de importação e a liberação de uma linha de crédito emergencial para financiar capital de giro e capital fixo.

As dificuldades do setor primário, onde ocorreram quedas acentuadas de preços, foram sentidas em nível nacional e as negociações para sua superação foram conduzidas em conjunto por todos os governos estaduais. Embora as prolongadas negociações, acabou ocorrendo a renegociação das dívidas dos agricultores.

Resumindo, entre as ações do Governo, no sentido do incremento da atividade econômica, cabe destacar, por seu impacto sobre a estrutura produtiva do Estado, aquelas relacionados com a busca de novos empreendimentos e aquelas que visam a recuperação econômica da Metade Sul do RS, detalhadas a seguir:

2.10.1 - A Busca de Novos Empreendimentos

O Governo Estadual, dentro dos limites de sua capacidade de intervenção, tem se empenhado firmemente em formular e executar uma política ativa de atração de investimentos externos e de apoio ao capital local. Para tanto, tem utilizado todos os instrumentos de que dispõe.

O objetivo geral da política de atração de investimentos é induzir a expansão e transformação estrutural do aparelho produtivo do RS, procurando ampliar suas especializações e os seus nexos sistêmicos com o núcleo tecnológico dinâmico do sistema supra-regional.

Acredita-se que a sustentação de uma taxa crescente de desenvolvimento econômico depende da implantação no RS de novos empreendimentos empresariais. Isto não decorre do fato de a matriz produtiva gaúcha ser incapaz de gerar ganhos de produtividade, mas pela necessidade de incorporar-se setores que, ainda ausentes, detenham vantagens comparativas no processo de competição internacional ou que pertençam aos setores motores da inovação tecnológica. Os efeitos de espraiamento destes setores são capazes de promover um verdadeiro choque de modernidade nas atividades de produção e nas relações comerciais da economia estadual.

Da mesma forma, busca-se atrair investimentos privados para a recuperação da infra-estrutura econômica, com o objetivo de recompor as vantagens comparativas antes existentes no Estado e que se deviam à disponibilidade de uma melhor infra-estrutura, quando comparada àquelas dos Estados líderes.

EMPREENDIMENTOS DE GRANDE IMPACTO

Pólo Petroquímico

No campo dos novos investimentos, o Governo Estadual foi exitoso nas negociações travadas com o Governo Federal, no sentido de ampliar a produção da Refinaria Alberto Pasqualini, através da obtenção da garantia de fornecimento de maior quantidade de nafta pela Petrobrás. Desta forma, viabilizou-se a duplicação do Pólo Petroquímico de Triunfo, já em andamento, com investimentos privados da ordem de mais de 1 bilhão de reais.

Montadora

Outro empreendimento que mudará significativamente o perfil da economia gaúcha, é a instalação de uma empresa montadora de veículos no Estado. Consciente dessa possibilidade, o governo buscou, em várias oportunidades, atrair este tipo de investimento.

INCENTIVOS À AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA

Para proporcionar um incremento industrial substancial, algumas ações tomaram-se necessárias para elevar a atividade econômica.

Fundopem

O Governo alterou as regras do Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM, aumentando os limites de incentivo de 60% para 75% do incremento real do ICMS, recolhido individualmente pelas empresas beneficiadas. Buscando melhorar a infra-estrutura elétrica do

Estado e criar novas oportunidades industriais, equiparou a projetos industriais os investimentos realizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

E, como marco inicial para o desenvolvimento de uma política industrial de caráter seletivo, deve-se citar a transformação do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Petroquímicos e Químicos do RS - PROPLAST, em um programa setorial do FUNDOPEM.

Estatuto da Microempresa

Visando estimular um setor de alta capacidade de geração de emprego e renda, o Governo reformulou o Estatuto da Microempresa, ampliando os limites de isenção fiscal de 3.500 para 7.500 UPFs.

Programa Carne de Qualidade

Com esse programa, buscou-se revigorar a modernização da pecuária gaúcha, aumentando os seus níveis de competitividade externa, através do desenvolvimento e melhoria da produção, industrialização e comercialização da carne bovina e bubalina.

A amplitude da proposta do programa se estende desde a regularização e aumento da inspeção sanitária, passando pelo incremento de 600 mil cabeças na oferta de animais para abate, com inspeção sanitária inclusive na entresafra, pela melhoria da qualidade da carne e do couro e pela regularização de cerca de 5.000 empregos não formais existentes no setor.

A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

Com o estímulo e o apoio institucional do Governo do Estado e a participação de várias das principais lideranças empresariais gaúchas, além de suas mais expressivas entidades de representação, foi criada, em 8 de dezembro de 1995, a Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - AD-RS. Sociedade civil, sem fins lucrativos, de natureza e controle privados, a AD-RS tem como objetivos principais a atração e o apoio à viabilização de investimentos considerados estratégicos para a economia riograndense. Objetiva, ainda, a promoção do Estado como região privilegiada para a localização de investimentos produtivos e para a cooperação interempresarial.

AS CÂMARAS SETORIAIS

Estas são instâncias de integração e mútua cooperação, na qual participam o Governo Estadual e a iniciativa privada, cuja finalidade é procurar definir, orientar e discutir novas políticas, bem como as estratégias e diretrizes que dizem respeito à produção de bens e serviços e à capacidade competitiva nos setores prioritários. A partir de 1995, foram criadas as câmaras setoriais de informática, indústria de conservas, carne bovina, uva, vinho, trigo, carne suína, arroz e leite.

O PROGRAMA GAÚCHO DE CONCESSÕES E PARCERIAS

Através do Programa Gaúcho de Concessões e Parcerias, abriu-se uma nova frente de expansão para o capital privado na área de saneamento, recursos hídricos, energia, telecomunicações, gás, carvão, rodovias e portos, abrindo oportunidades para que a recuperação da infra-estrutura gaúcha fosse partilhada com o setor privado.

Foi destacada a participação do Governo do Estado para tornar viável licitação bi-nacional e posterior contratação do consórcio responsável pela execução da ponte que ligará São Borja - Brasil a Santo Tomé - Argentina.

Devem ser registradas as negociações com BIRD e BID para os projetos dos Corredores do MERCOSUL e Programa Nacional de Melhorias de Rodovias Estaduais.

2.10.2 - A Recuperação Econômica da Metade Sul do RS

A falta de dinamismo da economia da região e sua vulnerabilidade ante o processo de integração fizeram com que o Governo Federal, conforme declaração do Sr. Presidente da República, no início do ano de 1995, incluisse a parte Sul do Estado entre as áreas prioritárias para a adoção de medidas de desenvolvimento regional no país.

A mesma iniciativa foi priorizada pelo Governo do Estado que tem adotado medidas destinadas a enfrentar a problemática da Região. Entre essas medidas, destaca-se a criação de um Grupo Executivo para coordenar as medidas voltadas para a promoção do desenvolvimento da região e a contratação de consultoria, com a finalidade de elaborar um Plano de Reestruturação Econômica que permita definir um conjunto abrangente e coerente de proposições concretas, capazes de efetivamente contribuir para que seja acelerado o crescimento da economia da Metade Sul do RS.

2.11 - OS RESULTADOS FINANCEIROS DE 1995

Conforme foi destacado anteriormente, o Governo, durante o ano de 1995, embora não tenha restrito sua atuação ao saneamento financeiro do Estado, concentrou-a fortemente no sentido de superar os problemas enfrentados pelas finanças públicas.

Analisando-se os dados relativos ao comportamento das receitas e das despesas, no ano que passou, são facilmente identificáveis os resultados obtidos pelas iniciativas governamentais adotadas.

No tocante às receitas, o ICMS alcançou a cifra de R\$ 3.700.532 mil, sendo que, deste montante, R\$ 143.692 mil são resultados diretos do esforço do Governo para o aumento da arrecadação. Para este resultado, contribuíram a operação cobrança, com R\$ 78.610 mil, a antecipação do ICMS, com R\$ 60.000 mil e as autuações no trânsito de mercadorias, com R\$ 5.082 mil.

Este esforço foi responsável pela manutenção da participação da receita no PIB gaúcho ocorrida em 1994, que foi de 7,3%, e superior à média realizada nos anos anteriores.

QUADRO 8 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RECEITA DO ICMS NO PIB GAÚCHO

ANO	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total *	2,837	2,688	3,400	3,657	3,374	3,179	3,141	3,517	3,700
% PIB	5,26	4,86	5,88	7,96	7,48	6,61	6,81	7,34	7,31

Dados Preliminares

(*) Valores constantes em milhões de Reais

Fonte: GOF/SEFA

Pelo lado das despesas, obtivemos um comportamento que está representado no quadro abaixo.

QUADRO 9 - COMPORTAMENTO DOS GRANDES AGREGADOS DA DESPESA

Agregados da Despesa	1994 (*)	1995 (*)	VAR %
PESSOAL	2.657.258	3.291.440 ¹	+ 23,87
MANUTENÇÃO	453.178	373.545	-17,57
INVESTIMENTO (TOTAL) ²	836.349	511.609	-38,82
INVESTIMENTO (INDIRETA)	293.816	291.377	-0,83
DÍVIDA	446.608	594.205	+33,05
TRANSF. MUNICÍPIOS	1.018.256	1.084.882	+6,54

Fonte: Secretaria de Fazenda

(*) Valores constantes em milhões de reais

1 - Valor inclui R\$ 221.000 referentes a saldo do salário de dezembro, 13º e diferenças salariais.

2 - Investimento da Administração Direta + Indireta.

Os gastos com pessoal apresentaram um crescimento real de 23,87% em relação ao ano anterior, reflexo de uma série de aumentos concedidos a diversas categorias funcionais pelo atual governo e de outros que, tendo sido concedidos pelo governo anterior, vigoraram no decorrer de 1995.

A participação das despesas de pessoal na receita corrente líquida passou de 63,26%, em dezembro de 1994, para 84,07% em dezembro de 1995. Tais dados demonstram, em primeiro lugar, a recomposição salarial promovida pelo atual governo e, em segundo lugar, o comprometimento crescente das receitas públicas com a folha de pagamento.

O item manutenção sofreu uma redução de 17,57% em relação ao ano anterior, demonstrando o êxito alcançado pelas medidas de restrição adotadas para tais gastos.

Já no tocante ao serviço da dívida, pode-se observar que ocorreu um crescimento de 33,05%, tendo como principal razão o custo de sua rolagem. No quadro abaixo, podemos verificar que, apesar dos maiores dispêndios com este elemento de despesa, o seu estoque passou a representar 20,7% do PIB do RS, sofrendo um incremento de 6,89 pontos percentuais em relação ao do ano anterior. Pela tendência de crescimento relativo do estoque apresentada no decorrer dos últimos anos, evidencia-se que o equacionamento da dívida pública estadual é o mais grave problema a ser enfrentado pelo atual governo.

QUADRO 10 - AUMENTO DO ESTOQUE DA DÍVIDA

ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total (*)	2,522	2,248	2,976	3,122	5,596	10,329
% PIB	7,85	6,99	8,52	8,10	13,81	20,70

Fonte: Junta de Coordenação Financeira/GOF/SEFA

(*) Valores constantes em milhões de reais

Os gastos com investimentos demonstram os resultados perversos do desequilíbrio das despesas públicas. Como tais gastos são realizados de forma residual aos demais agregados da despesa, observa-se a ocorrência de uma diminuição de 38,82% do investimento total em relação ao ano anterior. O resultado só não foi pior em decorrência do fato de que as empresas estatais mantiveram seus níveis de investimentos em patamares semelhantes ao de 1994.

3 - AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS NO ANO DE 1995

3.1 - ÁREA ADMINISTRATIVA

3.1.1 - GABINETE DO GOVERNADOR

O GABINETE DO GOVERNADOR, órgão de coordenação político-administrativa do Estado, compreende a Governadoria, formada pelo Gabinete do Vice-Governador, Casa Civil, Casa Militar e Assessoria de Imprensa. Além desses órgãos, fazem parte da estrutura a Procuradoria Geral do Estado, a Defensoria Pública do Estado e a Secretaria da Coordenação e Planejamento e suas vinculadas.

GOVERNADORIA

As principais ações desenvolvidas estão a seguir discriminadas:

- **Metade Sul** - Sob a coordenação do Gabinete do Vice-Governador destaca-se o esforço para a recuperação da Metade Sul do Estado, com as seguintes propostas :

- **Ações conjuntas para a Fronteira Brasil-Uruguai**, com o apoio de organismos internacionais, como a constituição de um fundo de reconversão a ser utilizado para financiamento de programas de treinamento e para a concessão de pequenos empréstimos a empreendedores locais, ações nas áreas de saneamento e meio ambiente, proteção ambiental e gerenciamento de bacias hidrográficas;

- **Alternativas de investimentos em condições diferenciadas de financiamento com recursos do sistema BNDES para os setores da indústria, agropecuária e programas de reestruturação econômica**, com linhas especiais de crédito;

- **Investimentos macroeconômicos do Governo na infra-estrutura**, que visam dinamizar a economia do Estado e da Região, nos setores de energia, portos, aeroportos, armazenamento, transportes e comunicações.

- **Ensino Técnico Profissionalizante** - Outra ação relevante, foi a criação de um grupo interinstitucional para reestruturação do Ensino Técnico e Profissionalizante, com o intuito de proceder a um diagnóstico preliminar e indicar medidas para definir um novo modelo institucional e pedagógico para esta modalidade de ensino.

A CASA CIVIL realizou, no corrente ano, as seguintes atividades:

- **Processo de Liquidação de Estatais** - Acompanhamento dos processos de liquidação de estatais - COHAB, CINTEA, CEDIC, CRTUR, E CEASA, administrando e controlando a alienação dos seus espólios e providenciando a transformação das funções e atividades das mesmas, bem como a sua unificação ou transferência a outros órgãos, atividade ainda em andamento;

- **Comitê de Racionalização dos Gastos Públicos** - Coordenação do Comitê de Racionalização dos Gastos Públicos para desencadear medidas de racionalização das despesas dos órgãos e entidades da Administração Pública, visando reduzir a dependência de autarquias e fundações do Tesouro do Estado e diminuir as despesas de custeio em 15% na média;

- **Reestruturação dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas** - Implantação do Projeto de Reestruturação dos Cargos em Comissão, Funções Gratificadas e de Assessoramento, visando a redução em 25% do número de servidores comissionados ou gratificados;
- **Casa Militar** - No cumprimento de suas atribuições, desenvolveu, entre outras, as ações abaixo destacadas:
 - **Defesa Civil** - Ações mais relevantes:
 - Reativação do Conselho Técnico de Defesa Civil e do Conselho Comunitário de Defesa Civil;
 - Implantação de novas Comissões Municipais de Defesa Civil;
 - Elaboração de pesquisa sobre o tráfego de produtos perigosos.
 - Atualização do Plano de Contingência para Acidentes no Aeroporto Salgado Filho;
 - Atualização do Plano de Prevenção a Enchentes 1995/1998;
 - Atualização do Plano de Contingência para o Transporte Rodoviário de Produtos Químicos na rota Triunfo/Rio Grande/Triunfo;
 - Atualização do Plano de Contingência para os Terminais da COPESUL em Santa Clara e Rio Grande;
 - Atualização do Plano de Contingência para Transporte de Produtos Perigosos pela RFFSA/RS6;
 - Atualização do Plano para o Atendimento de Acidentes com Produtos Radioativos - elaborado conjuntamente com UFRGS, GHC, FEPAM e Brigada Militar.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

- **Plano Institucional** - A PGE, no plano institucional, procurou efetuar a reorganização da sua estrutura básica, consubstanciada no Decreto nº 36.332, a reorganização do Sistema de Assistência Jurídica e Defesa Judicial do Estado, através do Decreto nº 35.935 com a posterior instalação e funcionamento da Central do Sistema e Comissão de Integração. Esta foi dividida em Câmaras Setoriais, uma para a Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas e outra para o restante da Administração Indireta. A reformulação da sistemática de contratação de escritórios de advocacia para a defesa dos Órgãos da Administração Indireta foi outra iniciativa adotada pela PGE.
- **Cobrança Judicial** - No plano da cobrança judicial da dívida ativa, a PGE participou intensivamente da Operação Cobrança e do processo de assinatura do Protocolo nº 01/95 com o Poder Judiciário, para implementação do Projeto Conciliação, que foi estendido às Varas das Comarcas de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas, São Leopoldo, Santa Maria, Canoas, Uruguaiana, Rio Grande e Gravataí. Prestou, também, assistência jurídica aos municípios, através das 16 Procuradorias Regionais.
- **Consultoria** - Destacam-se as seguintes ações:
 - Elaboração da Cartilha de Concessões e acompanhamento das ações governamentais, relativas à remontagem do modelo energético do Estado;
 - Participação nas discussões e elaboração do Projeto de Garantias à implementação do Contrato para a construção da Usina Hidroelétrica Dona Francisca;
 - Acompanhamento da elaboração do Projeto de Lei referente ao Plano Estadual de Desestatização da Dívida Pública Estadual;
 - Acompanhamento do Programa de Captação de Recursos Externos;
 - Acompanhamento do Programa de Concessões da CORSAN.

DEFENSORIA PÚBLICA

- **Quadro Funcional** - Valendo-se da ampliação do seu quadro funcional, a Defensoria Pública implantou uma equipe especial de atendimento às casas prisionais, sendo abrangidos 67 estabelecimentos penais de um total de 94 existentes.

- **Atendimento Público** - Foi prestado atendimento a todas as Varas Criminais da Capital, Varas de Acidentes de Trânsito, Tribunal do Júri e Justiça Militar Estadual, e mantidas as Equipes de Atendimento aos Flagrantes em regime de Plantão e da Equipe de Atendimento às Representações e Queixas-Crime.

- **Coordenação Cível** - Na área de atuação da Coordenadoria Cível, que abrange a Comarca de Porto Alegre e as da Região 1 da Defensoria Pública do Estado, foram implementadas modificações que resultaram em melhoria do atendimento, tais como aumento do número de fichas à disposição da população carente e instituição do Plantão Cível, destinado a atender as demandas de urgência nas áreas Cíveis e de Família.

- **Atendimento à Criança e ao Adolescente** - Foram ajustados protocolos com o Juizado da Infância e Juventude de modo a efetivar o atendimento ao ato infracional, que vinha sendo prestado pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social e para a prestação do serviço de medidas sócio-educativas determinadas pelo Poder Judiciário no âmbito deste Juizado. Além deste, foram assinados protocolos com o SISTECOM, Conselho do Idoso, Conselho da Mulher e Jus Mulher.

- **Descentralização dos Serviços** - Procurando descentralizar os serviços e melhor atender o cidadão, foram instalados novos escritórios em: Charqueadas, Portão, General Câmara, Triunfo, Butiá, Estância Velha, Canela, Gramado, Faxinal do Soturno, Nova Prata, Osório, Ronda Alta, Torres e Tramandaí. Houve, também, a designação de Defensores Públicos para atuarem junto aos Conselhos Tutelares.

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

A SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO centrou suas atividades nas grandes linhas de ação do Governo, como o reordenamento da estrutura administrativa e a captação de recursos externos para investimentos.

- **Negociações Externas** - Sob a coordenação desta Pasta, encontram-se em negociação, em nível internacional, para a captação de recursos, os seguintes projetos:

- Programa de Conservação de Recursos Naturais e Combate à Pobreza e ao Êxodo Rural - Pró-Rural 2000, através da geração de renda e da promoção social com recursos do Banco Mundial (BIRD) e FAO no valor de US\$ 205 milhões;

- Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais - PNMRE, que prevê a recuperação e o recapeamento de 2.300 quilômetros de rodovias com investimentos de US\$ 155 milhões, sendo US\$ 63,5 milhões do BIRD e o restante como contrapartida do Estado;

- Programa de Corredores de Transporte, em negociação com o BID, envolvendo US\$ 300 milhões, sendo US\$ 150 milhões de responsabilidade do Banco, US\$ 75 milhões do Estado e US\$ 75 milhões do EXIMBANK do Japão, para a construção de 900 quilômetros de rodovias pavimentadas, buscando novas rotas de ligação com o MERCOSUL;

- Reforma do Estado, que objetiva obter apoio técnico e financeiro para a reorganização e modernização do Estado. Este projeto deverá envolver uma operação de crédito de US\$ 300 milhões, financiados pelo BIRD sem contrapartida;

- Projeto de Melhoria Social em convênio com o UNICEF, subdividido em dois sub-projetos. O primeiro, voltado ao combate à mortalidade infantil e ao analfabetismo, beneficiando 41 municípios, e o segundo dirigido ao enfrentamento das questões relativas a meninos e meninas de rua, abrangendo a 15 municípios.

- **Programas com Recursos Internacionais** - Com recursos internacionais estão sendo desenvolvidos os seguintes projetos:

- Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba - PRÓ-GUAÍBA, com a assinatura do Contrato de Financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 220 milhões em sua primeira etapa;

- Fundo de Investimento do Programa Integrado de Melhoria Social - O FUNDOPIMES, em 1995, fez empréstimos no valor de R\$ 52,5 milhões, através de contratos firmados com 43 municípios, beneficiando diretamente 482 mil pessoas. Entre as obras viabilizadas com tais recursos, cabe destacar: 311 mil metros de pavimentação de ruas, 22 mil metros de canalização para drenagem urbana, 110 mil metros de redes de iluminação pública, 12 postos de saúde e 21 creches;

- **Programação e Orçamentação** - Em relação às competências específicas da Secretaria, foram realizadas as seguintes ações principais:

- Plano Plurianual de Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul - que contém a previsão dos investimentos, de mais de R\$ 6,3 bilhões, a serem realizados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1996 a 1999;

- Orçamento e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Estado do Rio Grande do Sul, instrumentos que refletem os compromissos do Governo com a arrecadação e os gastos no exercício de 1996. Os investimentos previstos para os três poderes alcançarão valores num montante de R\$ 650 milhões;

- Caderno de Metas, instrumento gerencial para o acompanhamento de 400 projetos e ações prioritárias, que serão monitorados, permanentemente, através de rede de teleprocessamento da PROCERGS e de reuniões de avaliação periódicas com o Governador do Estado.

- **Acompanhamento de Gestão** - No tocante às ações de avaliação do desempenho das estatais, destacam-se:

- Assinatura dos Contratos de Gestão entre o Governo do Estado e as cinco maiores empresas estatais gaúchas (CEEE, CRT, CORSAN, PROCERGS e CRM), que estabelecem metas a serem cumpridas no período 95/98. Estão em fase de elaboração os contratos de gestão a serem assinados com a CORAG, CESA e Bannisul Processamento de Dados;

- Acompanhamento dos Contratos de Gestão, mediante avaliações trimestrais;

- Supervisão do Programa de Qualidade na Administração Pública que visa à implementação do conceito de Qualidade Total na Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

- **Desenvolvimento Regional** - No que diz respeito à atuação no campo do desenvolvimento regional, as principais ações foram:

- Apoio aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES, concretizado pela inclusão das prioridades regionais no Plano Plurianual 96/99 e no Orçamento/96;

- Promoção do I Seminário Internacional sobre Reestruturação da Administração Pública e a Problemática do Desenvolvimento Regional e III Seminário dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, realizados de 9 a 11 de outubro de 1995, no Instituto Goethe, em conjunto com o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

A FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL - METROPLAN, em 1995, teve suas competências ampliadas, ficando responsável, além do planejamento metropolitano, pelo planejamento regional.

- **Planejamento Metropolitano** - Os principais programas voltados à Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, desenvolvidos pela METROPLAN, foram:

- Programa de Revitalização do Processo de Planejamento Metropolitano, com a elaboração da Proposta do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, do Estatuto Metropolitano e do assessoramento a municípios no que diz respeito a Planos Diretores e Projetos Setoriais;

- Programa Técnico para o Gerenciamento da RMPA, que dá ênfase à caracterização temática do meio físico da RMPA, à identificação de áreas de numeração na RMPA e à consolidação dos mapas geológicos e pedológicos dessa Região;

- Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda - PRORENDA URBANO, cujas atividades são vinculados ao convênio internacional de cooperação técnica Brasil-Alemanha, que conta com o apoio da GTZ - Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit. Este programa encontra-se na seguinte fase de elaboração: planos urbanísticos e de desenvolvimento social em cinco áreas de Porto Alegre e em três municípios da RMPA;

- Programa de Proteção Ambiental - Programa HABITAT, que tem como objetivos a elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana, integrante do Programa PRÓ-GUAÍBA, do qual faz parte o estudo de áreas para destinação final de resíduos sólidos na Região Metropolitana, a elaboração de diagnósticos da destinação final de resíduos sólidos no Litoral Médio e Norte e a elaboração dos Projetos Ambientais em Canoas;

- Programa de Desenvolvimento do Sistema Metropolitano de Transportes - TRANSME, que busca a integração e a dinamização do II Plano Metropolitano de Transportes, descreve e prioriza a melhoria da rede viária da Região e o sistema de transporte coletivo intermunicipal; do Plano de Gerenciamento do Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros; do Plano de Eixo de Transporte Norte-Nordeste da Região Metropolitana e dos termos de referência para as pesquisas de origem/destino e embarque/desembarque;

- Programa de Melhorias da Malha Viária de Apoio - ENCURTANDO DISTÂNCIAS, que tem por fim o desenvolvimento de projetos viários e de transporte nos municípios de Porto Alegre, Cachoeirinha, Alvorada, Nova Santa Rita;

- Programa de Produção e Gerenciamento de Informações para o Planejamento Metropolitano e Regional, do qual consta a preparação da base cartográfica 1:50.000, com vistas às aplicações de geoprocessamento nos estudos de localização de equipamentos e em atividades de interesse para o Planejamento Metropolitano.

- **Planejamento Regional** - Na área do planejamento regional, as principais ações foram:

- Programa de Apoio à Gestão Regional e Urbana, que consiste no apoio à elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento;

- Programa de Ordenamento Territorial do Estado, visando o estudo da organização territorial do Estado e, junto com o Conselho de Recursos Hídricos, a elaboração de planos de bacias hidrográficas;

Fundação de Economia e Estatística - FEE

A FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE, em 1995, deu continuidade as suas atividades básicas como o abastecimento de seu banco de dados estatísticos - Base ISE/FEE e a efetivação de suas publicações periódicas: revista Ensaios FEE (semestral); revista Indicadores Econômicos FEE (trimestral); Carta Conjuntura (mensal); Termômetro de Vendas/NH (mensal); Termômetro de Vendas/POA (mensal); Pesquisa Emprego Desemprego (mensal); Siveipeças (mensal).

- **Estudos e Pesquisas** - Realização de 8 estudos especiais, entre os quais, destacaram-se: a Região Sul do Rio Grande do Sul - Indicadores Sócio-Econômicos; Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Rio Grande do Sul e Diagnósticos da Pobreza Rural do Rio Grande do Sul para o projeto PRÓ-RURAL 2.000, e 28 projetos de pesquisa, concluídos ou em desenvolvimento, com destaque para a Pesquisa Emprego e Desemprego, a Elaboração do Sistema de Contas Regionais, o Estudo sobre a Competitividade e Inovação na Indústria Gaúcha, a elaboração da Matriz Insumo-Produto do Rio Grande do Sul, o Estudo sobre Federalismo e Políticas Públicas e o Estudo Agroindústria e MERCOSUL: novo padrão de competição.

3.1.2 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS desenvolveu importante trabalho na reestruturação administrativa do Estado, desencadeando diversos mecanismos técnico-administrativos que visaram a adequação dos órgãos estaduais à nova filosofia de Governo.

- **Reorganização Administrativa** - A Comissão Intersecretarial, instituída em janeiro de 1995, com as funções de orientar e coordenar as atividades de reorganização administrativa das Secretarias de Estado, analisou e redesenhou as atuais 15 (quinze) Secretarias, tomando, assim, os trâmites administrativos mais ágeis e racionais. Visando uma melhor adequação da estrutura orgânica com o corpo funcional existente, a Comissão Intersecretarial desenvolveu, em conjunto com a Comissão de Racionalização de Recursos Humanos, um perfeito ajustamento entre o tamanho da estrutura a ser implantada e a real necessidade da "força de trabalho".

- **Treinamento de Recursos Humanos** - Feita esta reestruturação, partiu-se para o aperfeiçoamento técnico dos funcionários, com a realização de cursos e treinamentos pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, em consonância com o Programa de Qualidade da Administração Pública - PQAP.

- **Gestão Patrimonial** - O projeto de Gestão Patrimonial recadastrou todos os imóveis do patrimônio estadual, incluindo os da Administração Indireta. A partir de então, foram selecionados, em uma primeira fase, 209 imóveis que serão alienados por não atenderem mais as necessidades do Governo.

- **Modernização e Racionalização Administrativa** - Foram desenvolvidas as ações a seguir: racionalização das compras governamentais; continuidade na implantação do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, com a aprovação e a publicação da primeira tabela de temporalidade, referente à documentação da Divisão de Pessoal - SARH; criação e elaboração do Boletim Informativo, veiculado trimestralmente; desenvolvimento de um sistema de informações gerenciais, tabulando dados referentes a pessoal, materiais, finanças, despesas e consumo e formação da Comissão Central de Avaliação de Documentos, conforme Decreto nº 33.201, de 05-06-89 e alterado pelo Decreto nº 35.588, de 11-10-94.

- **Perícia Médica** - Foram desenvolvidas ações para melhoria e agilização no atendimento da Perícia Médica.

- **Bens Públicos** - Foi realizada a avaliação de todas as transações sobre bens públicos da Administração Direta e, atualmente, sobre os da Administração Indireta, e elaborados projetos de aproveitamento de espaços imobiliários destacando-se os do Presídio Central, Hospital São Pedro, Instituto Dom Bosco, Hospital Colônia Itapuã e Instituto Psiquiátrico Forense.

- **Arquivo Público** - Com vistas à modernização do Arquivo Público, foi elaborado projeto de informatização, em conjunto com a PROCERGS e a Divisão de Informática da SARH. Houve também a implantação do Projeto de Conservação e Preservação de Documentos.

- **Registro Funcional** - Quanto à atividade de registro funcional, de janeiro a novembro de 1995, foram publicados 217.781 atos pertinentes, destacando-se:

- Aposentadorias deferidas.....	4.534
- Aposentadorias indeferidas.....	1.085
- Nomeações por concurso.....	778
- Admissões (Magistério).....	4.208
- Exonerações.....	4.273
- Concessões de vantagens, avanços e triênios.....	45.077
- Incorporações de Função Gratificada.....	2.083

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS

A PROCERGS tem trabalhado lado a lado com os demais órgãos do Estado, gerando soluções que contribuem para racionalizar e modernizar o serviço público nas diversas áreas de atuação do Governo. Esteve presente nas principais ações desenvolvidas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tais como a Expointer, o novo processo de matrícula nas escolas públicas e a informatização dos postos fiscais.

- **Via RS** - Foi a primeira empresa pública de processamento a promover a prestação de serviços públicos através de uma Rede de Valor Agregado, a VIA RS, permitindo que cada cidadão, através de seu microcomputador, possa dispor de uma série de serviços públicos. O uso conjunto da Via RS e da INTERNET possibilita a ampliação de oportunidades empresariais, tais como: propaganda institucional, divulgação de produtos, "home banking", "shopping" eletrônico e uma infinidade de outros serviços que podem ser prestados via rede.

A PROCERGS, através de infovias eletrônicas, assumiu o desafio de antecipar o futuro, encurtando as distâncias que separam o Rio Grande do mundo e preparando a infraestrutura para dar condições ao ingresso do Estado na "Sociedade de Informações".

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FDRH

A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FDRH, no desempenho de suas atividades, celebrou convênios, termos de cooperação técnica e contratos de assessoria e consultoria com órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, além da FAMURS, TRENSURB e da província de Entre-Rios (Argentina).

- Cursos, Treinamentos e Palestras - Desenvolveu cursos, treinamentos e palestras para os participantes do Programa de Qualidade na Administração Pública e do Programa PRÓ-GUAÍBA. Foram promovidos pela ESAPERGS, os seguintes cursos:

- Curso de Mestrado em Administração Pública, 650h e seis meses para trabalho e conclusão, em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS - PPGA, com 10 participantes;

- Curso de Especialização em Administração de Recursos Humanos, com duração de 360 horas e 20 participantes;

- Curso de Especialização em Administração das Finanças Públicas com 360 horas de duração e 18 participantes;

- Consultorias - Consultorias Técnicas, em andamento, na CORAG, DAER, Casa Civil, Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Secretaria da Justiça e da Segurança.

- Concursos Públicos - No que diz respeito a concursos públicos, a FDRH promoveu 12 (doze) concursos para diversos órgãos municipais, estaduais e federais.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPE

O IPE, desencadeou um moderno processo de reforma institucional e administrativa com a finalidade de melhorar o atendimento médico, assistencial, previdenciário e das pensões. Para isto, priorizou medidas em suas áreas Financeira, Administrativa, de Assistência Médica e de Previdência, objetivando viabilizar o órgão.

- **Área Administrativa** - Desencadeamento do Programa Interno de Qualidade, vinculado ao Programa de Qualidade na Administração Pública; reordenamento da Estrutura de Unidades de Atendimento do IPE no interior do Estado, com a extinção de 13 delegacias, preservando-se 116 agências; extinção de 28% das CCs e Fgs; reavaliação do patrimônio da autarquia, resultando em minuta de Projeto-de-Lei que prevê a alienação de imóveis, por venda ou permuta, preservando-se os que são de uso próprio e os comerciais com elevado potencial de retorno financeiro.

- **Assistência Médica** - Foi realizada a reestruturação organizacional da Diretoria de Assistência Médica e a implantação do sistema informatizado de Atendimento Médico-Hospitalar, desenvolvido em parceria com a PROCERGS. Houve a consolidação da parceria com as entidades e profissionais credenciados, mediante acordo firmado com a Associação dos Hospitais do Rio Grande do Sul - AHRGS, Federação dos Hospitais Filantrópicos, Públicos, Comunitários, Beneficentes, Lucrativos e Religiosos do RS - FEHOSUL, Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul - FSCHRGS, e Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERS, visando estabelecer novos e mais justos valores indenizatórios pela prestação de serviços.

- Serviços prestados a segurados, seus dependentes e pensionistas:

Consultas Médicas:.....	1.949.863
Procedimentos em Consultórios:.....	21.627
Diagnose e Terapia:.....	2.546.957
Emergências:.....	302.982
Tratamentos Ambulatoriais:.....	64.092
Internações:.....	128.505

Obs.: números consolidados de janeiro a outubro e projetados para 12 meses de 1995.

- **Área Financeira** - Elaborou-se a minuta de Projeto de Lei, prevendo um aumento na fonte de custeio que viabilize o equilíbrio financeiro do Instituto, objetivando atender as conquistas sociais emanadas da nova ordem constitucional. Foi também negociado, junto ao Tesouro do Estado e a outras entidades devedoras, o pagamento de seus débitos, atingindo um montante de R\$93.581.586,58;

O dispêndio financeiro com a área médica atingiu o total de R\$ 121.817.051,83 e com a área de previdência R\$ 171.935.555,43.

- **Previdência** - Foi realizado o recadastramento dos pensionistas do IPERGS, no primeiro semestre de 95, com exclusão de 904 pensionistas não recadastrados, desonerando o Instituto em R\$ 224.212,23 mensais;

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG

A CORAG, com moderno parque gráfico, abriu as suas portas para a Sociedade e já justifica, com seus trabalhos de alta tecnologia e acabamento, que a sua permanência como órgão do Governo foi medida acertada, como pode se constatar pelos seguintes aspectos:

RECEITAS - No exercício de 1995, a empresa registrou a maior receita de sua história, no valor de R\$ 14.305.949,00. Para a obtenção deste resultado, em muito contribuíram uma agressiva política de captação de outros serviços gráficos, além da impressão dos jornais oficiais, o que aumentou a prestação de serviços ao setor privado de 18,42%, em 1994, para 25,04% no último ano.

RESULTADOS - As receitas superaram as despesas em 33,32%, proporcionando um balanço com lucro operacional de R\$ 4.587.771,00 e lucro líquido de R\$ 2.406.556,00.

AJUSTES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS - Os bons resultados obtidos devem-se à postura profissional do pessoal da empresa, cujo quadro reduziu-se de 388 para 327 pessoas, em 1995, conjugada ao gradual crescimento do uso da informática nos sistemas gráficos e contábeis, e à reativação do Programa de Qualidade Total.

3.1.3 - SECRETARIA DA FAZENDA

As realizações da **SECRETARIA DA FAZENDA** centraram-se, principalmente, no Programa de Combate à Sonegação e Aumento da Arrecadação, onde foi desenvolvida a Campanha Paguei, Quero Nota que pode ser destacada como a principal realização do órgão.

Esta Campanha foi implantada através de diversas ações:

- **Operação Cobrança** - A Operação Cobrança que possibilitou, até outubro, a negociação de 8.023 créditos tributários, representando o parcelamento de R\$ 207,99 milhões. O ingresso

efetivo, até 23/11, foi de R\$ 99,67 milhões. Estão em cobrança administrativa créditos no valor de R\$ 391,54 milhões e R\$ 1,20 bilhões encontram-se em cobrança judicial pela PGE. Para isto, foram adotadas as seguintes medidas: priorização da cobrança executiva dos 500 maiores devedores e ajuizamento de medida cautelar fiscal de indisponibilidade patrimonial contra devedores inadimplentes.

- **Mutirão Fiscal** - O Mutirão Fiscal constituiu-se de um esforço concentrado para zerar o estoque de processos administrativos, contestando os valores cobrados de ICMS, tendo sido julgados 6.263 processos em sete meses de trabalho.

- **Operação Paraguai**- A Operação Paraguai que consiste na ação conjunta, pioneira entre Fazenda, Receita Federal, Brigada Militar e Polícia Federal, foi responsável, pela apreensão de 314 toneladas de mercadorias contrabandeadas, no valor de US\$ 16 milhões.

- **Disque Nota** - O Disque Nota que consiste da criação de uma central de atendimento ao público para denúncias de não fornecimento de nota-fiscal e/ou outras irregularidades, foi criado em junho e funciona 24 horas por dia, através do fone 051.800.2323. O total de denúncias, até 16 de novembro, foi de 4.169.

- **Projeto Mãos Dadas** - O Projeto Mãos Dadas visa a mobilização da sociedade em favor de entidades de assistência social, hospitais e escolas do Estado, através do recolhimento de notas fiscais. Os cidadãos colaboram, assim, para que estas entidades concorram à distribuição de recursos de R\$ 1 milhão para cada área. Para a primeira distribuição, em 20 de dezembro, concorreram 3.100 escolas, 172 hospitais e 250 entidades assistenciais.

- **Plano Básico de Ações** - A implementação do Plano Básico de Ações de Mútua Colaboração, entre o governo do estado e prefeituras, foi criado com o objetivo de incentivar as administrações municipais a se unirem no esforço da modernização da máquina pública para combater a sonegação e aumentar a arrecadação. Houve a adesão de 420 Prefeituras, sendo que mais de 100 com bolões do ICMS, e foram constituídas 121 turmas volantes que estão fazendo autuações no trânsito de mercadorias. A média é de 50 autuações por dia e a principal irregularidade (52,86%) é a falta de documento fiscal.

- **Fórum Desafio** - O Fórum Desafio, onde ocorreram reuniões mensais de representantes das Secretarias da Fazenda, Agricultura, Planejamento, Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Procuradoria Geral do Estado e representantes das diversas entidades empresariais, foi institucionalizado para a busca conjunta de ações que resultassem em maior arrecadação de tributos e combate à sonegação.

- **Linha de Financiamento Bannisul** - A Linha de Financiamento Bannisul constitui-se na criação de uma Linha de Crédito do Bannisul para financiar o pagamento de ICMS, a taxas de 4,5% a 6,5%. A nova linha visa viabilizar formas de apoio para que os contribuintes possam manter em dia o pagamento de tributos. Criado no final de agosto, até o início de novembro já financiou cerca de R\$ 22 milhões.

- **Dação em Pagamento** - A Dação em Pagamento que permite o uso de bens imóveis, de interesse do Estado, para a regularização da situação fiscal de empresas devedoras que não disponham de valores suficientes para a quitação de seus débitos.

- **Projeto GIA em DAT** - O Projeto GIA em DAT que busca acelerar a cobrança administrativa dos devedores do Estado, prevendo a inscrição automática do crédito registrado na Guia de Informação da Arrecadação como dívida ativa.

- **Ajustes de Alíquotas** - Os Ajustes de Alíquotas por meio da redefinição das alíquotas de setores como o automobilístico, a lã, a carne, os refrigerantes, entre outros, buscam atrair ou manter as atividades econômicas em nosso Estado.

- **Automatização dos Postos Fiscais** - A automatização dos postos fiscais é um projeto onde o Governo do Estado está investindo R\$ 6 milhões para sua informatização. O primeiro posto a ter a nova sistemática totalmente implantada foi o de Guaíba, em novembro do ano passado. O sistema permite uma emissão mais ágil das autuações, já que fornece os dados do contribuinte e o percentual da multa conforme a infração.

- **Automatização da Arrecadação** - A automatização da arrecadação com a informatização da máquina arrecadadora. A iniciativa permitirá a eliminação de mais de 4 milhões de documentos.

A atuação da Secretaria da Fazenda também foi fundamental para a realização das seguintes ações:

- **Abertura de Informações** - Abertura de Informações da Administração Financeira do Estado para o Poder Legislativo.

- **Implantação do CADIN** - O RS é o primeiro Estado a implantar o CADIN - Cadastro Informativo de Débitos de Pessoas Físicas e Jurídicas para com o Estado. O Banco de Dados integra todos os órgãos da administração direta e indireta e serve para que as transferências e convênios do Estado só se realizem com quem estiver em dia com as suas obrigações.

- **Regularização de Inadimplências com o Governo Federal** - As negociações do Estado, junto ao Governo Federal, além de retirarem o RS do CADIN Federal, possibilitaram a assinatura do PRÓ-GUAÍBA junto ao BID, no ano passado.

- **CADIP** - Criação da Caixa de Administração da Dívida Pública - CADIP, que tem como objetivo auxiliar a SEFA no alongamento de prazos e redução dos custos das obrigações.

- **Rolagem da Dívida Mobiliária e Federalização da Dívida** - Em março de 1995, ocorreu a substituição dos títulos estaduais pelos federais. A economia desta medida foi dirigida à capitalização do Sistema Financeiro Estadual.

- **Captação de Recursos Internacionais** - Foi aprovado pela Assembleia Legislativa o projeto de lei que autoriza o Governo do Estado a buscar no exterior recursos da ordem de R\$ 800 milhões para a reestruturação do perfil da dívida mobiliária e a retomada dos investimentos públicos;

- **Unificação do Sistema Financeiro Estadual** - Visando a eliminação da duplicidade de atividades do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul) e da Caixa Econômica Estadual (CEE), até novembro foram fechadas 21 agências e, em breve, estarão sendo lançados produtos unificados pelas duas instituições.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL

O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL teve como principais ações na área administrativa:

- **Racionalização da Estrutura Organizacional** - A racionalização da estrutura organizacional promoveu a substituição de quinze regiões operativas por nove superintendências regionais, criou o Comitê de Gestão Estratégica, que visa orientar e avaliar o andamento das ações do Programa de Mobilização para a Gestão Estratégica - PMGE e do Programa de Qualidade e Produtividade

do Banco, e a Gerência de Relações com o Mercado, com a finalidade de propor e executar a política acionária do Banco, na busca da valorização do patrimônio dos acionistas e do fortalecimento da imagem do Banco junto ao mercado.

- **Racionalização da Rede de Atendimento** - A Racionalização da Rede de Atendimento partiu do fato de que as instituições do sistema financeiro estadual gaúcho apresentam perfis distintos, quais sejam: CEE- RS, como banco popular urbano, atuando em praças de médio e grande porte, e o BANRISUL, como banco múltiplo, atendendo também praças de pequeno porte. Dentro deste enfoque e de acordo com avaliações técnicas, é que foram desativadas vinte agências da CEE- RS e seis do BANRISUL, consideradas de baixo potencial econômico.

- **Programa de Mobilização para a Gestão Estratégica** - Este Programa foi implantado em março de 1995 e visa ampliar, através da reavaliação dos conceitos e práticas associadas ao planejamento, a participação do quadro funcional na definição das diretrizes para esta gestão.

- **Programa de Qualidade Total** - O Programa de Qualidade Total passou a fazer parte do projetos do PMGE, em julho de 1995, sendo considerado de prioridade máxima.

- **Recuperação de Créditos** - O Programa Especial de Recuperação de Créditos foi implementado em decorrência da crise de inadimplência que se instaurou na economia em função das elevadas taxas de juros e da redução dos prazos das operações de crédito. Foram adotadas as seguintes medidas: criação de comissões de cobrança; criação de plataformas de atendimento e comitês internos de crédito nas agências; instituição da mesa de renegociação de créditos como parte integrante do comitê de crédito; instituição de campanha de negociação de créditos vencidos para funcionários, mediante composição de dívida e redução dos juros dos cheques especiais.

- **Desimobilização de Ativos** - O Programa de Desimobilização que já proporcionou otimização de área física com redução de 9.350m², procedeu também à eliminação da locação de prédios com redução de despesas de aluguel, impostos e outros, e à alienação de bens móveis e imóveis.

- **Recursos Humanos** - Na área de Recursos Humanos, foram realizados programas de treinamento, que absorveram, até novembro, recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão, sendo priorizados os seguintes programas: Formação de Novos Inspetores - encontra-se em fase de conclusão, com 23 funcionários em estágio; Formação de Assistentes Gerenciais - concluído no primeiro semestre, formou 21 funcionários na função; Curso de Operador de Telemarketing - atualmente 29 candidatos estão envolvidos no processo de desenvolvimento de operação de telemarketing.

Para suprir a necessidade de pessoal nos diferentes órgãos e agências, foi feito um levantamento global dos empregados ociosos de outros órgãos/agências, com aproveitamento dos mesmos, treinando-os e remanejando-os para áreas onde existia necessidade de pessoal. Foram efetivados 182 remanejamentos/transferências.

- **Redução de Gastos** - Com o objetivo de reduzir os gastos com pessoal, equivalentes a 90% das despesas administrativas, foram instituídos o Programa de Demissão Voluntária e o Plano de Incentivo ao Afastamento Voluntário. O Programa atingiu 83% da meta e seu custo aproximado foi de 60 milhões, que serão diferidos durante 10 semestres. A estimativa de redução da folha de pagamento é de 12,25% e a previsão de recuperação dos gastos está em torno de 13 meses. O quadro de funcionários passou de 10.589 em janeiro/95 para 9.409 em novembro/95, representando um decréscimo de 11,14%.

Na área operacional, as ações desenvolvidas foram voltadas à automação e racionalização de rotinas e sistemas para a redução de despesas administrativas.

- **Novos Produtos** - Novos produtos foram lançados ao mercado como Fundos de Investimento Financeiro, entre os quais destacam-se os Fundos de Investimentos e o Fundo Bannisul Setor Público. Outros são o Convênio Bannisul/Sebrae, Fundo Bannisul de Previdência Municipal, Cheque Presente Bannisul e Poupança Presente Bannisul. Foi criada uma linha especial de crédito para financiar empresas no pagamento do ICMS, com taxas especiais.

O BANRISUL como banco de desenvolvimento realizou, até outubro, 4.500 operações no valor de US\$ 85,2 milhões, sendo que, deste montante, 26% destinou-se ao setor primário, 60% para o secundário e 14% para o terciário.

- **Programas** - Os principais programas lançados e/ou executados pelo Banco foram os seguintes:

- Programa de Eletrificação Rural - PROLUZ, que propiciará mais de 39.000 ligações de energia elétrica em pequenas propriedades rurais;

- Programa Integrado de Melhoria Social - Pimes, cujos contratos acabaram beneficiando 153 prefeituras, sendo repassados R\$ 52,5 milhões;

- Programa de Expansão Suinícola, onde foram contratados 180 projetos com desembolso de US\$ 2,5 milhões;

- Programa de Expansão da Bacia Leiteira PARMALAT/LACESA, que beneficiará 300 produtores, num valor de US\$ 2,9 milhões;

- Programa de Expansão aos Fumicultores que deverá atender 1.941 produtores rurais, com investimentos orçados em R\$ 6,8 milhões;

- Programa de Crédito às Cooperativas do Setor Calçadista, onde foi colocada à disposição de quatro cooperativas de sapateiros desempregados do Vale dos Sinos uma linha de crédito destinada a compra de bens para a melhoria técnica e capital de giro.

- **Crédito Rural** - Na área do Crédito Rural, o BANRISUL aumentou a participação dos recursos em investimentos junto a mini e pequenos produtores. Passou a operar com a Cédula de Produto Rural - CPR, que permite ao produtor agropecuário obter capital necessário para financiar sua atividade mediante compromisso de entrega futura de parte de sua produção.

Com vistas a minimizar os efeitos da estiagem que assola o Estado, o BANRISUL está reavaliando as dívidas de custeio da lavoura 95/96, alongando o prazo de financiamento de acordo com a possibilidade de pagamento do agricultor. O Banco estendeu este benefício a todos os produtores, mesmo àqueles que não aderiram ao PROAGRO.

- **Centro de Negócios Mercosul** - Instalação do Centro de Negócios MERCOSUL, através de convênio assinado entre BANRISUL, SEBRAE, VARIG E RBS. Funcionará nas dependências do escritório de representações do BANRISUL em Buenos Aires. Terá como objetivo facilitar o relacionamento de empresários do sul do país com empresas argentinas, para que sejam incrementados negócios de importações e exportações, complementações e parcerias;

- **Vitrine do Exportador/INTERNET**- Criação da Vitrine do Exportador/INTERNET que visa disponibilizar ao mercado, via INTERNET, um mural de divulgação de produtos a serem ofertados a clientes exportadores;

- **Cartão de Crédito Banrisul Visa** - Lançamento do Cartão de Crédito Banrisul Visa que registrou, no primeiro semestre/95, expansão de 193% em transações financeiras, sendo que o número de cartões ativos cresceu 393%. Atualmente, o Cartão conta com 61 mil portadores, com um volume de transações realizadas de R\$ 4,3 milhões, perfazendo um faturamento médio mensal de R\$ 133 por conta ativa;

- **Aumento de Capital** - Foi aumentado o capital para manter os níveis de capitalização do Banco, procurando alavancar suas operações em consonância com as diretrizes da Diretoria para o biênio 95/96. O montante da subscrição foi de R\$ 46,0 milhões, que serão incorporados ao capital social, tão logo haja a homologação do Banco Central;

- **Emissão de Debêntures** - A emissão de debêntures pela Banrisul Leasing, atingindo o número de 10 mil ao preço de R\$ 5,0 mil, atingiu um total de R\$ 50 milhões.

- **Unificação do Sistema Financeiro** - Entre as ações conjuntas Banrisul/Caixa destacam-se:

- **Integração Operacional Banrisul/Caixa** com a criação de uma comissão de integração com três representantes de cada instituição, para promover o compartilhamento de suas áreas- meio. Os produtos e serviços já compartilhados são: depósitos, saques em agências, saques 24 horas, tarifas unificadas e transporte de valores e malotes;

- **Poupança Gaúcha Vinculada** que permite o financiamento futuro para aquisição ou construção de imóveis residenciais ou comerciais;

- **Uniformização das tarifas Banrisul/Caixa Estadual;**

- **Projeto de Automação de Tributos Estaduais**, criado para a automatização do recebimento das receitas estaduais, envolvendo todas as etapas da arrecadação;

- **Ligação do BANRISUL e CEE-RS a INTERNET**, colocando a disposição do público, informações e dados do Estado do Rio Grande do Sul.

BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES

O desempenho da BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES, no primeiro semestre de 1995, foi marcado pela adaptação ao novo modelo econômico exigido pela conjuntura do mercado de capitais. A crise mexicana, ocorrida no final de 1994, refletiu uma queda histórica no mercado bursátil nacional e internacional, neste período. Os investidores estrangeiros, ao generalizarem para toda a América Latina o problema individual do México, provocaram uma fuga generalizada de capitais, imprimindo uma redução da ordem de 59% no volume negociado nas bolsas brasileiras. Esta repentina mudança atingiu fortemente o mercado interno, fazendo com que os fundos de pensões e investidores de porte buscassem mercados alternativos, ocorrendo, assim, uma pressão vendedora, baixando ainda mais o valor das ações durante o ano de 1995.

Neste contexto, a Corretora, cuja receita advém diretamente da prestação de serviços de operações de clientes, carteiras administradas e fundos de renda variável, apresentou uma forte redução, pressionando a sua lucratividade. É o caso do Fundo de Ações Banrisul, que exibiu uma redução considerável de seu patrimônio e também a redução de operações dos clientes com posição junto à Corretora, que, com sucessivas quedas no mercado, optaram por buscar outros ativos para investimento.

No âmbito interno da estrutura funcional, ocorreu uma redução do número de funcionários com atividades prestadas diretamente à Corretora. Dos 35 funcionários prestando serviço, em 1994, encerrou-se 1995 com apenas 20, representando uma redução de 57%.

Também investiu na automação de serviços, o que lhe permitiu uma maior mobilidade e segurança operacional para atingir seus objetivos, além de contar, cada vez mais, com a estrutura das agências do BANRISUL, na captação de negócios.

A seguir estão apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela Corretora no período.

- **Intermediação de títulos e valores mobiliários** - No que diz respeito à intermediação de títulos e valores mobiliários, o período foi marcado pela queda global dos volumes de mercado, provocando uma redução do volume negociado de 57% no período 1994-1995.

- **Operações especiais** - A Corretora coordenou a operação de aumento do capital social do Banco, que possibilitou uma capitalização de 46 milhões de reais através de emissão privada de ações. Participou ainda da colocação de 8% das debêntures de emissão da Bannisul S/A Arrendamento Mercantil. Estes recursos servirão de "funding" para operações de "leasing" junto aos clientes do Bannisul. Podemos verificar que, apesar da forte redução no volume das operações do mercado de Bolsa de Valores, oportunizou-se um volume de recursos expressivo nas operações especiais.

- **Administração de recursos de terceiros** - Quanto à administração de recursos de terceiros, dentro da modalidade de negócio Carteiras Administradas, a Corretora apresentou, no período 1994-1995, uma redução de 38,82% e uma redução do Patrimônio de 39%. Parte desta redução ocorreu em virtude do desempenho negativo do mercado acionário.

No segmento Fundo de Ações Bannisul - FAB, houve um decréscimo do Patrimônio Líquido da ordem de 57,40% no mesmo período. Em 1995, o Fundo de Ações Bannisul apresentou uma rentabilidade negativa até a data de 30.11.1995.

- **Programa de Privatizações** - No mesmo ano, o Programa de Privatizações sofreu uma queda, tanto no número de empresas quanto na atratividade das mesmas. Assim, a estratégia da Corretora foi a de não participar dos leilões.

CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RS - CEE/RS

A CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL experimentou algumas modificações em sua estrutura operacional, de maneira a adequá-la à realidade atual do sistema financeiro do País. Foram implementadas ações, entre as quais pode-se destacar como as mais importantes as que seguem:

- **Desativação de pontos de atendimento** - Desativação de 20 (vinte) pontos de atendimento com o objetivo de ajustar, em definitivo, a rede de agências ao seu portfólio ideal.

- **Captação de Recursos** - Estabelecimento de um novo Plano de Metas de Captação de Recursos que visava a incrementar a captação de recursos, concebido através de um esforço conjunto, que uniu Agências e Departamentos da Administração Central. Posteriormente, a evolução do plano foi acompanhada, mês a mês, através de reuniões entre Gerentes Regionais, Departamento Financeiro e Diretorias de Operações e Administração.

- **Reestruturação do Instrumento Resultado Gerencial** - O Departamento Financeiro da CEE-RS, em conjunto com a PROCERGS, desenvolveu um novo sistema atualizado de avaliação do resultado gerencial de cada agência. O referido resultado está disponível diretamente na agência, através de terminal ligado à PROCERGS.
- **Informatização Integral** - Em 1995, houve a informatização integral do Acompanhamento das Exigibilidades Compulsórias.
- **Treinamento de Recursos Humanos** - Intensificação do treinamento de funcionários, tendo como evento principal o Plano de Nomeação de Gerentes - PNG, que incluiu seleção e treinamento de pessoal qualificado para assumir o comando das diversas agências da rede.
- **Implantação dos Postos de Atendimento Automático** - Implantação dos Postos de Atendimento Automático - DRIVE-THRU, nos quais os clientes podem efetuar diversos tipos de operações bancárias, sem precisar sair de dentro de seus automóveis, além de outras funções, visando ao maior conforto e segurança dos clientes e usuários de CEE-RS.
- **Política de Habitação** - Transferência para a CEE-RS da Política de Habitação do Governo Estadual. Com a extinção da COHAB, o Governo do Estado houve por bem transferir todas as atividades pertinentes à empresa extinta para a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, que ficará com a incumbência de implantar e operacionalizar as novas políticas habitacionais emanadas do Governo Estadual, bem como administrar os contratos vigentes do mesmo sistema.
- **Estrutura Organizacional** - Racionalização da Estrutura Organizacional por meio de medidas que reduziram o número de unidades da Administração Central de 108 para 87 e as Gerências Regionais de 08 para 06, conforme conceito moderno de redução de componentes administrativos.
- **Gerenciamento do Desenvolvimento por Objetivo - GDO** - Passou a integrar a avaliação e o desempenho das atividades e a definição dos objetivos da Caixa, com vistas a atingir a maximização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis na instituição.
- **Recursos Humanos** - Na área de Recursos Humanos, destacam-se as seguintes ações:
 - Realocação de pessoal para suprir as necessidades nas agências da Grande Porto Alegre, bem como aprimorar o atendimento. Foram tomadas providências no sentido de transferir, inicialmente, no mínimo 5% de servidores da Administração Central para aquelas agências.
 - Redução do número de estagiários de 900 para 500.
 - Implantação do Plano de nomeação de gerentes que estabeleceu procedimentos de avaliação e preparatórios para os candidatos recrutados entre o corpo funcional da autarquia.
- **Escola Pública - Matrículas/96** - Através de convênio com a Secretaria Estadual de Educação, a Caixa Estadual participa do processo de matrículas para o ano letivo de 1996. Este processo facilita a realização das matrículas, assim como amplia os pontos de recepção de documentos necessários à realização das mesmas.
- **Recursos Materiais** - A partir da desativação das 20 (vinte) agências e da disponibilização de imóveis retomados e/ou não utilizados pela autarquia, estão sendo colocados à venda vários imóveis, através de projeto a ser submetido à Assembléia Legislativa, cujos recursos serão utilizados na modernização das instalações colocadas à disposição da clientela da Caixa.

- **Loteria** - A Caixa repassou para o Plano Hospitais, de janeiro a novembro, a importância de R\$4.750.000,00, parcela referente à comercialização de 90.000.000 de cartões de Loteria Instantânea.

- **Comitê de Crédito de Agências** - Em setembro, foi criado o Comitê de Crédito de Agências com a finalidade de avaliar as operações de crédito de clientes, de forma colegiada, dentro dos limites de crédito da agência e de acordo com os requisitos técnicos estabelecidos pela Caixa.

- **Tarifa 100%** - Foi desenvolvida internamente uma campanha com a finalidade de incrementar a receita através da arrecadação de tarifas por serviços prestados pelas Carteiras de Cobrança e convênios. Cada agência deverá gerar receita suficiente para suprir o pagamento de sua própria folha e participar do rateio dos custos fixos da instituição.

No primeiro semestre de 1995, a Caixa assinou o termo de adesão ao Programa de Qualidade na Administração Pública e, a partir de setembro, teve início o processo para a sua implementação.

Para ampliar e otimizar os serviços prestados pelo Órgão, foram implementadas a poupança vinculada, lançada como Poupança Gaúcha Imobiliária, a comercialização de cartões de crédito CREDICARD S.A., o financiamento para aquisição de terminais telefônicos, através de convênio firmado com a CRT e o convênio com a Centralização de Serviços Bancários - SERASA, visando a área de crédito para pessoa jurídica.

3.2 - ÁREA ECONÔMICA

3.2.1 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS tem como principais atribuições o incentivo à implantação e expansão das atividades produtivas no Estado, no âmbito do fomento ao desenvolvimento, e as ações voltadas ao incremento e facilitação das relações do Estado com os outros países, no âmbito dos assuntos internacionais.

- **Novos Empreendimentos** - No tocante ao fomento das atividades produtivas, buscando a ampliação e a criação de novos empreendimentos, a SEDAI realizou uma série de ações, das quais cabe destacar:

- A implantação de câmaras setoriais nas áreas de informática, conservas e móveis, encontrando-se em fase de formação as de couro e calçados, borrachas, plásticos e implementos agrícolas;

- Alteração na legislação do FUNDOPEM e do PROPLAST, ampliando os limites dos incentivos concedidos e transformando o PROPLAST no primeiro Programa Setorial do FUNDOPEM.

- Reestruturação do PRIN/RS (Fundo para Recuperação Industrial do Rio Grande do Sul) e envio à apreciação legislativa da proposta de Lei;

- Definição, como setores prioritários, para fins de fomento aos investimentos, a celulose, os recursos minerais, o setor automotivo, o petroquímico, a agro-indústria e os de tecnologia de ponta;

- Coordenação da elaboração da "Proposta do Governo do Estado para Instalação da Montadora de Veículos Renault no Rio Grande do Sul", adaptando este trabalho, posteriormente, para a empresa Mercedes Benz e para outros empreendimentos de grande porte;

- Implantação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE em Rio Grande, com a realização de serviços de topografia. Está em execução o seu Plano Diretor e o Estudo e Relatório do Impacto Ambiental;

- Contratação de obras nos distritos industriais de Alvorada e Viamão, para a implantação de rede telefônica, no valor de R\$ 15.200,00 e implantação de parte do Sistema Viário;

- Implantação de novos condomínios industriais através de acordos firmados em 26 municípios, com um empenho prévio de R\$ 1.174.000,00;

- Negociação da reativação da Comissão de Administração e Implantação da Área Industrial de Montenegro, com vistas à atração de investimentos da empresa GRACE;

- Promoção da revisão do tratamento institucional às micro-empresas de pequeno porte e ao micro-produtor rural;

- **Elaboração de Regimento Interno do Fundo de Apoio à Micro-empresa, ao Micro-Produtor Rural e à Empresa de Pequeno Porte - FUNAMEP**, operacionalizando-o junto com as Secretarias da Agricultura e Fazenda e o BANRISUL;

- **Participação no Projeto Piloto "Novos e Pequenos Empreendedores" na Vila Restinga (Porto Alegre) e na Vila Pestano (Pelotas).**

- **Gestão da Inovação** - Neste campo foram desenvolvidos dois programas:

- O Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP, voltado para o setor privado, teve a adesão de 600 empresas, envolvendo mais de duzentas e cinquenta mil pessoas, constituiu e instalou treze (13) comitês regionais, para acompanhamento e execução dos planos de ação de 22 comitês setoriais;

- O Programa Estadual de Apoio ao "Software" (Pólo SoftSul) contou com o apoio financeiro governamental para a manutenção e para as obras civis da incubadora empresarial.

- **Relações Internacionais** - No âmbito de atuação das relações internacionais cabe destacar as seguintes ações:

- **Implantação do Escritório do Ministério das Relações Exteriores no Rio Grande do Sul**, em funcionamento junto a esta Secretaria;

- **Ampliação do Cadastro da Bolsa de Negócios do Disque MERCOSUL**, que passou a constar de 6.600 registros efetivos;

- **Assinatura do Convênio para a instalação do Banco de Dados da ALADI junto ao Disque MERCOSUL e a abertura da licitação para aquisição dos equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento;**

- **Organização e co-promoção em feiras internacionais**, tais como: BORITEC, FISA 95, FERINOVA 95, ANUGA 95, MERCOPAR 95, EXPOINTER, FEIRA K, FENAC, FIMEC, e EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE PELOTAS;

- **Elaboração de trabalhos sobre exportações/importações dos Países Árabes, Chile, MERCOSUL, Japão, Taiwan, Coreia e Hong-Kong.** Foi também promovido o Encontro de Negócios entre empresas do Rio Grande do Sul e da Europa;

- **Organização do calendário de eventos do ano vindouro (96)**, em conjunto com FIERGS, FEDERASUL e SEBRAE;

- **Promoção da assinatura de convênios, marcos de cooperação recíproca**, entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Confederação Geral das Indústrias (Argentina) e entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Câmara de Indústrias do Uruguai;

- **Assessoramento técnico a duzentos e quarenta e seis (246) empresários do Rio Grande do Sul**, na área de integração internacional, em especial ao Mercosul.

- **Junta Comercial** - Na área da regulamentação das atividades comerciais cabe destacar:

- **Assinatura de convênio para a informatização da Junta Comercial do Rio Grande do Sul e desenvolvimento das tratativas para a sua transferência para o prédio da antiga RFFSA**, prevista para janeiro de 1996;

- Assinatura de 18 acordos de Cooperação Técnica e Fiscalização entre Estado do Rio Grande do Sul e Prefeituras Municipais.

3.2.2 - SECRETARIA DO TURISMO

A SECRETARIA DO TURISMO foi criada por esse Governo para promover o desenvolvimento de um setor considerado de grande importância para a economia gaúcha. Dentro das novas frentes de expansão da nossa economia, o Setor Turístico tem demonstrado apresentar uma das de maiores potencialidades para a geração de novos empregos e renda.

- **Demanda Turística** - A Secretaria do Turismo, como uma das suas primeiras ações, promoveu uma pesquisa objetivando identificar a demanda turística no Rio Grande do Sul. Para tanto, foram realizadas pesquisas, nos meses de baixa e alta temporada (fevereiro e setembro) no Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre e nos municípios de Santana do Livramento, Uruguaiana e Santa Vitória do Palmar.

Dentro de uma concepção moderna de administração foram estabelecidas parcerias com a EMBRATUR, as Prefeituras Municipais, a Polícia Federal, a Receita Federal e a Infraero, buscando empreender uma sensível melhoria nos serviços prestados pelo Setor. Neste sentido, outra importante realização, promovida pela SETUR, consistiu no aperfeiçoamento e atualização do Sistema de Informações Turísticas.

- **Oferta Turística** - Com vistas ao ordenamento do turismo e sua adequação à demanda real, houve a preocupação preliminar com a organização da oferta turística. Foram desenvolvidos projetos envolvendo o Parque Estadual da Guarita de Torres, os Portais do Rio Grande, o Centro de Informações Turísticas do Aeroporto Internacional Salgado Filho, o Programa de Desenvolvimento de Turismo da Região Sul (Prodetur-Sul), a Sinalização Turística, o Centro de Feiras e Eventos, o Porto Turístico, a Municipalização de Parques e Campings, o Parque Nacional dos Aparados da Serra, as Missões e o Programa de Ordenação Turística Municipal. No total, foram abrangidos trinta e três municípios.

- **Recursos Humanos para o Turismo** - Objetivando o aperfeiçoamento específico de recursos humanos que atuam no setor público e privado, foram realizados os seguintes seminários e cursos: Táxi-Turismo, Curso para Recepcionistas, Curso de Formação de Guia de Turismo Especializado em Atrativos Naturais e o Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento no Município de Canela.

- **Qualificação Turística** - O Programa da Qualificação Turística, implementado pela SETUR, visou a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos, através da assistência técnica e orientação ao empresariado.

- **Promoção do Turismo** - Além das preocupações iniciais com a identificação da demanda e da oferta turística, assim como qualificação dos recursos humanos para o Setor, a Secretaria do Turismo buscou promover o Estado do Rio Grande do Sul em todos os seus aspectos, em âmbito nacional e internacional, visando aumentar a permanência média dos turistas em solo gaúcho e reduzir a sazonalidade da demanda turística.

Para a promoção do turismo foram ainda desenvolvidas ações envolvendo a elaboração de roteiros turísticos, a promoção do turismo social, ecológico e náutico, o apoio à elaboração de folheteria e o planejamento da Operação Veraneio 95/96.

3.2.3 - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A **SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, em sua atribuição de promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia, no Estado, atuou nas seguintes áreas:

- **Pólos de Modernização Tecnológica** - Por decisão de Governo, foram retomados os investimentos nos Pólos de Modernização Tecnológica, totalizando a liberação de recursos da ordem de R\$ 1.461.764,00. Os 16 Pólos existentes, dos quais 2 foram instalados em 1995, funcionam junto aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e são executados com a participação das Universidades.

- **Rede Tchê** - A Comissão de Coordenação Técnica do Sistema Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia - Rede Tchê, decidiu ampliar os "nós" da Rede, ou pontos de presença, de três para doze. A Rede Tchê funciona junto às Universidades, viabilizando o contato entre pesquisadores das instituições gaúchas entre si e com a comunidade científica internacional, de maneira ágil e pouco onerosa.

- **Sistema Estadual de Meteorologia e Sensoriamento Remoto** - A assinatura de um protocolo de intenções com a UFRGS, UFSM, FURG e UFPel propiciou a consolidação do Sistema de Meteorologia e Sensoriamento Remoto. O protocolo permite a conjugação de esforços e recursos com o objetivo de melhorar a capacidade de geração e utilização dos dados e informações já existentes.

- **MERCOSUL** - No âmbito do MERCOSUL foram firmados Acordos Executivos de Cooperação Científica e Tecnológica com a Subsecretaria Técnica e de Assuntos Internacionais da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Argentina e com o Laboratório Tecnológico do Uruguai - LATU. Foram definidas as seguintes áreas de interesse para ações conjuntas: qualidade e certificação, metrologia, biotecnologia e aproveitamento de rejeitos industriais. Foi firmado, igualmente, convênio de parceria entre a CIENTEC e o LATU, para a atuação conjunta na área de gestão institucional e nas atividades de pesquisa e prestação de serviços técnicos para a produção de lácteos e couros/calçados.

- **Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia** - Foi sancionada a Lei que instituiu o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. A decisão do Governo do Estado fez com que a definição da política de C&T conte com a participação da sociedade, permitindo debates sobre necessidades e prioridades do Rio Grande do Sul no campo da pesquisa científica e tecnológica.

- **Conselho Estadual de C&T** - A instalação e posse do Conselho Estadual de C&T, no dia 23 de outubro de 1995, permitiu que o Governo do Estado começasse a elaborar a política do setor. Participam do Conselho representantes de todos os segmentos da sociedade, tais como indústria, comunidade científica, agropecuária, universidades e serviço público.

- **Rede Metrológica** - Foram apoiadas diversas ações da Rede Metrológica do RS, a qual vem se ampliando e dando cobertura a todo o território do Estado. Em 1995, mais de 10 laboratórios juntaram-se à Rede Metrológica.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - FEPAGRO

- **Convênios e Parcerias** - Foram firmados, pela Fundação, cerca de 50 contratos, envolvendo Universidades, Prefeituras, Cooperativas, Empresas de Pesquisa Públicas e Privadas e Fundações, objetivando parcerias e complementariedades na execução das ações de pesquisa, treinamento de pessoal e difusão de tecnologia.

- **Publicações** - A FEPAGRO instituiu cinco tipos de publicações oficiais: a Revista Científica "Pesquisa Agropecuária Gaúcha", o Boletim Técnico FEPAGRO, a Circular Técnica FEPAGRO, as Atas de Reuniões Técnicas e os Folders. Este esforço editorial está associado à necessidade da difusão de novas técnicas para o aumento da produtividade agrícola no Estado. Foram realizadas cerca de 20 destas publicações direcionadas aos produtores rurais e consumidores.

Ainda na área de difusão de tecnologia, foi também veiculado um espaço semanal, em jornal de grande circulação, intitulado "Vida no Campo", no qual os pesquisadores da FEPAGRO informam, ao grande público, suas pesquisas, seus resultados e recomendações técnicas na área da agropecuária.

- **Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária** - Foram desenvolvidas ações no sentido de estruturar o Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária. Dentre elas, destaca-se a assinatura de convênio com a EMBRAPA, inserindo a FEPAGRO no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

A realização do I Seminário da Pesquisa Agropecuária Gaúcha proporcionou a definição do Plano de Ação Integrada - PAI, que objetiva o planejamento integrado de todas as ações de pesquisa agropecuária das mais de 50 instituições que realizam pesquisa nesta área no Estado.

- **Produção de Insumos Qualificados à Agropecuária** - Foi incrementada, como medida para desenvolver a produção de insumos qualificados à agropecuária, a produção de batata-semente em Vacaria, Júlio de Castilhos e Guabiju, em parcerias com a EMATER, UFSM, EMBRAPA, Cooperativa de Ibiraiaras e Associação de Produtores de Batata de Silveira Martins. Buscou-se atingir a auto-suficiência estadual na produção da batata-semente.

Foi aprovado um novo cultivar de soja para o Rio Grande do Sul denominado FEPAGRO-RS 10, o qual será oficialmente lançado para cultivo na próxima safra do ano de 1996. Foi também aprovada, para cultivo, a variedade de feijão preto denominada "Guapo Brilhante", que teve origem nos trabalhos de melhoramento e avaliação realizados em parceria entre FEPAGRO e EMBRAPA.

Foi firmado convênio com o Instituto Riograndense da Febre Aftosa - IRFA, para a produção de soros imunobiológicos e vacinas, visando atender demandas estaduais na área de sanidade animal.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC

- **Projetos Aprovados e Financiados pela FAPERGS:**

- "A Simulação de Processos de Separação" que consiste no estudo de rotas alternativas para a purificação da Furosemida, Fenitoína e Hidroclorazida, reagentes envolvidos na produção industrial de fármacos;

- "Gás de Médio Poder Calorífico Dessulfurado II" que visa ao estudo da dessulfuração de gás de médio poder calorífico, obtido na gaseificação fluidizada de carvão;

- "Isomerização" que tem como objetivo o estudo da isomerização de N-Butenos e Isobutenos, usando Zeólitas como catalisadores.

- **Projetos Aprovados e Financiados pela FINEP** - O Projeto EQUILAB, aprovado e financiado pela FINEP, trata da aquisição de novos equipamentos para a melhoria e automatização de ensaios do Laboratório de Rochas do Departamento de Recursos Minerais da CIENTEC. Foi um importante passo para a ampliação da qualidade e oferta de serviços, seja para o atendimento das atividades de pesquisas desenvolvidas na área de caracterização de rochas ornamentais, reforço de pilares de sustentação em minas subterrâneas de carvão, ou para execução de trabalhos conjuntos com a comunidade empresarial da área de geotecnia. Com o incremento na qualidade dos ensaios realizados, o LMTR se credencia para a sua filiação junto à Rede Metrológica Estadual.

- **Credenciamento de Laboratórios** - A MULTIBRÁS, empresa controladora da BRASTEMP, CÔNSUL e SEMER, credenciou os laboratórios de aferição elétrica e termoeletrica da área de Eletro-Eletrônica da CIENTEC para a aferição dos instrumentos utilizados pela sua rede de serviços autorizados no Estado. Com esta medida a empresa terá condições de implementar o sistema de garantia da qualidade dos serviços prestados pela sua rede de serviços autorizados.

Após auditoria de técnicos da Fundacentro, o Ministério do Trabalho credenciou o Laboratório de Ensaios Elétricos em Alta Tensão da CIENTEC. Com isto, o referido laboratório passou a realizar ensaios elétricos em luvas e mangas de borracha para eletricitistas e calçados de segurança contra riscos elétricos. Este Laboratório também realizou ensaios para a determinação da resistência de isolamento e da rigidez dielétrica em isolantes, equipamentos eletro-eletrônicos e em ferramentas para uso em eletricidade.

- **Filiação dos Laboratórios junto à Rede Metrológica** - Os seguintes laboratórios também foram filiados à rede metrológica: Laboratório de Química dos Alimentos, Laboratório de Microbiologia, Laboratório de Microscopia e Laboratório de Análise Sensorial. O Laboratório de Termometria, da área de Eletro-Eletrônica, está em processo de filiação.

- **Cadastramento junto à FEPAM** - A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, através de certificado nº 0024/95-DL, cadastrou a CIENTEC como Laboratório de Análises Ambientais.

- **Laboratórios de Processo de Separação - LAPS** - A inauguração do Laboratório de Processo de Separação permitiu à CIENTEC atuar em um mercado bastante amplo, que é constituído pelas indústrias que necessitam de estudos de purificação de seus produtos, recuperação de substâncias constituintes de seus processos e extração de compostos naturais. Por intermédio dos convênios existentes entre a CIENTEC e as Universidades, o LAPS poderá participar no desenvolvimento de projetos de teses de pós-graduação, financiados por agências como CNPq, FINEP e FAPERGS.

- **Programa Qualidade** - Visando à implantação do Sistema da Qualidade na CIENTEC e o credenciamento dos seus laboratórios junto à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios e à Rede Brasileira de Calibração, a Fundação promoveu o lançamento do seu Programa da Qualidade.

Outro projeto importante, desenvolvido pela CIENTEC, foi o Projeto CIPECAL, que consiste na obtenção de um material de construção alternativo, do tipo tijolo/bloco, utilizando misturas de cales e cinzas pesadas de carvão, provenientes da sua utilização industrial. É um projeto importante, tanto como produção de material para a indústria da construção civil a um custo competitivo com os materiais argilosos, como sob o ponto de vista da preservação ambiental, pela destinação útil de rejeitos poluentes.

- **Convênios** - Por fim, para destacar as ações principais da CIENTEC, listamos os principais convênios por ela assinados:

- **METANOL** - Convênio para estudo da viabilidade técnica econômica da gaseificação de carvão, visando a produção de metanol e energia elétrica. O Convênio envolve o BRDE, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, Secretaria da Fazenda e Secretaria da Ciência e Tecnologia, através de suas empresas, CRM, CIENTEC e CEEE;

- **ABINEE** - Certificação de empresas do setor eletro-eletrônico que sejam fornecedoras das empresas do Estado do Rio Grande do Sul. Este convênio é assinado pela ABINEE, Secretaria da Ciência e Tecnologia, através da CIENTEC e Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

- **SESI-FIERGS** - Convênio de apoio ao controle da qualidade do comércio econômico, que tem como objetivo o controle da qualidade dos produtos adquiridos, a inspeção da higiene em indústrias e a revisão e inclusão de padrões de identidade e qualidade os produtos;

- **FAE-MEC** - Convênio envolvendo a qualidade da merenda escolar, mediante a realização de consultoria sobre qualidade de alimentos e produtos, avaliação de produtos ofertados no processo de licitação e inspeção de lotes de alimentos, através da coleta de amostras e sua análise. O Convênio envolve, ainda, a montagem de proposta para a elaboração do Manual de procedimentos analíticos de controle da qualidade da FAE, para execução em 1996/97, e a elaboração, em conjunto com a REFAE-RS, dos treinamentos para os Núcleos de Controle da Qualidade (NCQ's) das Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul.

- **SEBRAE** - O Convênio destina-se a proporcionar atendimento às pequenas e micro-empresas que poderão realizar consultas sobre parâmetros de processos de produção, equipamentos e instalações, higiene e sanitização, qualidade de produtos e processos e desenvolvimento de produtos.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO - FAPERGS

- **Pagamento de Editais** - Por decisão da atual gestão administrativa, a Fundação priorizou o pagamento de projetos integrantes de editais atrasados desde novembro de 1993. Dentre eles, destacam-se os seguintes editais: Edital de Engenharia Química; Edital de Pólos Tecnológicos, Incubadoras e Centros de Pesquisa; Edital de Projetos Temáticos; Edital de Recuperação de Centros de Pesquisa da Administração Estadual e Edital de Educação. Por meio destes editais foram aprovados cinquenta e quatro projetos.

- **Novos Editais** - Foram lançados, no ano de 1995, dois novos editais. Um diz respeito à Automação Industrial e o outro busca a interação entre Centros de Pesquisa e o Setor Produtivo.

- **Crédito FINEP** - A FAPERGS negociou junto à FINEP uma linha de crédito capaz de duplicar os recursos a sua disposição. Esta negociação trará para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado o montante de R\$ 10 milhões por ano.

- **Convênios** - Foi também concretizada a assinatura de diversos convênios:

- Com o SEBRAE e o BRDE, para o desenvolvimento conjunto de projetos;
- Com a CAPES, para treinamento de professores de ciências de 2º grau;
- Com o CNPQ, para financiamento de projetos conjuntos; e
- Com a FINEP, para o financiamento conjunto de Editais para a engenharia química e os Pólos de Modernização Tecnológica.

3.2.4 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAA

A **SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAA** é responsável pela execução de um número considerável de atividades que contribuem para o desenvolvimento da produção agropecuária e para o abastecimento da população gaúcha:

- **Troca-Troca** - Pelo Sistema Troca-Troca, foram distribuídas 4.097 toneladas de sementes híbridas de milho, no valor de R\$ 4.916.712,00, atendendo cerca de 225.000 agricultores. O programa é desenvolvido em parceria com 521 instituições, entre Prefeituras Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações de Produtores.

- **FEAPER** - O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER da SAA, financiou projetos em 124 municípios, para atividades de diversificação da produção, infra-estrutura e melhorias. As áreas beneficiadas foram as de armazenagem, suinocultura, gado leiteiro, telefonia rural, melhoria de habitação rural, máquinas e implementos agrícolas, pesca artesanal, eletrificação rural, pequenas agroindústrias e citricultura, totalizando recursos da ordem de R\$ 2.132.730.

- **PROLUZ II** - O lançamento do Programa de Eletrificação Rural - PROLUZ II, representa a esperança de eletrificar 39.000 propriedades rurais em três anos. Foram credenciados 109 municípios, cujos projetos têm como meta atender 17.500 propriedades rurais durante o ano de 1996. O início da liberação dos recursos deu-se em dezembro de 1995, bem como o início das primeiras obras.

- **Programa Estadual de Citricultura** - Com o objetivo de tornar o Estado do Rio Grande do Sul auto-suficiente em frutas cítricas e melhorar a qualidade do produto a ser ofertado no mercado, o Programa Estadual de Citricultura teve a sua nova fase lançada em março de 1995, atingindo as regiões da Depressão Central, Encosta Inferior do Nordeste, Alto e Médio Vale do Uruguai, Planalto Médio e Missões. Nestas Regiões, foram plantados 1.637 ha, abrangendo 99 municípios. O programa beneficiou 1.162 produtores e propiciou o plantio de 830.762 mudas de citros, além da implantação de cinco unidades de beneficiamento de laranjas (packing-house).

- **Produção Vegetal** - No fomento à produção vegetal foram atendidos, pelo Pólo de Difusão de Tecnologia e Fruticultura de Clima Temperado, do Departamento de Produção Vegetal (DPV), 250 produtores rurais. Foram realizadas 120 reuniões com técnicos visitantes e 29 com entidades de agricultores, além de 230 contatos com entidades oficiais. Foram promovidos os chamados "Dias de Campo", onde são realizados cursos de poda, introdução de novas espécies de frutíferas de clima temperado e demonstração de novos cultivares. Também foi realizado o credenciamento de viveiros para o Programa de Citricultura em Montenegro e o acompanhamento de pomares financiados pelo FEAPER.

Em Sementes e Mudanças, merece destaque a produção de sementes básicas e certificadas de arroz, num total de 3.788 toneladas e de sementes básicas de soja, num total de 2.638 toneladas. Foram inspecionados 724 ha de área cultivada com trigo e 447 ha de área plantada com sementes básicas de batata, registradas e certificadas.

- **Defesa Sanitária Vegetal** - As atividades de defesa sanitária vegetal estão voltadas, principalmente, à fiscalização do uso de agrotóxicos, ao controle do "serrador" e à fitossanidade de pomares de citros. Foram fiscalizados 3.320 ha e 89 matas no controle do "serrador"; aplicadas 82 multas e fiscalizadas 884 empresas. No controle de agrotóxicos, foram visitados 302 municípios, realizados 27 treinamentos, inspecionados 72 ha de pomares e 53 viveiros de citros.

- **Enologia** - No setor de enologia, voltado ao aprimoramento da tecnologia da produção de vinhos, derivados e outras bebidas alcoólicas, foram feitas análises laboratoriais em 3.367 amostras, expedidos 2.472 certificados, realizadas 501 inspeções sanitárias em estabelecimentos comerciais, expedidas 13.602 guias e desembaraçados à comercialização 2.701.320.906 litros de produtos.

- **Política Florestal** - Foi implantado o Programa de Descentralização da Política Florestal Estadual, através do qual já foram habilitados 72 municípios, cujos técnicos foram treinados e passam a exercer as ações de competência do Estado. Foram emitidos 3.252 licenciamentos de corte seletivo e descapoeiramento; 327 avaliações sobre projetos de reposição obrigatória; 669 laudos técnicos; 15.720 alvarás, notificações e multas. Foram cadastrados 12.291 produtores, consumidores e comerciantes de matéria-prima, produtos e subprodutos florestais e fornecidas 3.713 informações técnicas sobre reflorestamento.

A SAA realizou o reaparelhamento das Agências Regionais Florestais, com a entrega de 20 veículos novos. Por meio de uma Portaria conjunta entre a SAA e Brigada Militar, foram instituídas as Juntas Regionais de Julgamento e a Junta Superior de Julgamento de Recursos, instâncias administrativas destinadas a proceder a análise e julgamento dos Autos de Infração emitidos no exercício da fiscalização florestal.

Através de seu Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR, a SAA administrou e fiscalizou 5 Parques Florestais (Turvo, Nonoai, Espigão, Rondinha e Itapuã) e duas Reservas Biológicas (Ibirapuitã e Serra Geral), totalizando uma área de 44.974,14 ha.

- **Câmaras Setoriais** - Foram implantadas Câmaras Setoriais que têm por objetivo apoiar as cadeias produtivas na busca de soluções para os fatores que afetam a sua competitividade. Estão implantadas as Câmaras da Uva e Vinho, Carne Bovina, Carne Suína, Trigo, Arroz e Leite. Estão em fase de estruturação as da Erva-Mate, Lã, Soja, Aves, Pescado, Fumo, Frutas, Hortaliças e Flores.

- **Cartografia e Cooperativismo** - O Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo (DACC) concluiu a primeira etapa do convênio com o IBGE (Fundação Instituto de Geografia e Estatística) para análise, em gabinete, das divisas em 197 municípios do Estado, tendo como finalidade efetuar as correções de divisas e cálculos das áreas municipais, que são utilizadas para o estabelecimento dos índices de retorno do ICMS e FPM. Foram realizadas 160 delimitações de novos municípios, 161 análises de processos de emancipações e 307 pesquisas e inventários geográficos e cartográficos.

- **Assentamentos Agrários** - Na área dos assentamentos agrários foram assistidas 208 famílias de assentados em 25 assentamentos e cadastradas 96 famílias de colonos assentados pelo DACC.

- **EXPOINTER** - A EXPOINTER 95, apesar da crise na economia agropecuária nacional, foi um sucesso, alcançando novos recordes e se consolidando ainda mais como a mais importante mostra do Setor Rural do país. Além da presença de 9 países, o número de animais que participaram da exposição foi de 4.682, um recorde nas mostras de Esteio. Pela primeira vez, a EXPOINTER obteve um "superávit" em relação às despesas da SAA para a sua realização.

- **Microbacias Hidrográficas** - O Programa de Microbacias Hidrográficas da SAA, executado pela EMATER/RS, em parceria com os municípios e as comunidades locais, alcançou 455 microbacias, em 255 municípios, atingindo 17.169 famílias e totalizando 319.527 ha de área beneficiada.

A SAA efetuou parceria com 44 municípios, atendendo cerca de 1.000 famílias de produtores na perfuração ou recuperação de 121 poços tubulares profundos, para o abastecimento de água ou irrigação. Foi executada uma barragem em Santana do Livramento, com capacidade de irrigação de 42 quadras e que corresponde a uma bacia de acumulação de 1.048.695 metros cúbicos. Foram também executados 182 microaçudes, 48 obras de terraplenagem, 891 obras de subsolagem de lavouras e 13 obras de sistematização do solo.

- **Defesa Sanitária Animal** - Na área da defesa sanitária animal, onde atua o Departamento de Produção Animal (DPA), o Estado atingiu novo recorde no esforço de erradicação das principais zoonoses, ao completar 2 anos sem a constatação de focos de febre aftosa, 4 anos sem peste suína clássica e 30 meses sem focos de raiva dos herbívoros. O acompanhamento da vacinação contra a febre aftosa, em 10,5 milhões de cabeças de gado bovino, foi reforçado com a aquisição de 12 automóveis, 5 camionetas e 8 computadores. Além disso, foram desenvolvidos programas de controle do carrapato (linhagens resistentes), da sarna, da piolheira ovina e do controle da hidatidose.

- **Inspecção Sanitária** - Quanto à inspeção sanitária de produtos de origem animal, foram inspecionados e fiscalizados 99 estabelecimentos entre frigoríficos e matadouros, emitidas 719 guias e recibos relativos à cobrança da taxa de abate e fiscalização e realizadas vistorias para fins de registros em 110 estabelecimentos.

- **Carne de Qualidade** - O Programa Carne de Qualidade foi criado visando ao aumento da competitividade na produção e industrialização da carne bovina e bubalina, através da regularização do abate e da adequação dos estabelecimentos industriais de abate e distribuição aos níveis técnicos e sanitários exigidos. Além disto, visa à redução da idade de abate, ao melhoramento do perfil das carcaças, da qualidade da carne e do couro.

- **Prato Cheio** - Através da Coordenadoria do Bem Estar Social, a SAA planejou e executou o projeto "Prato Cheio", que distribui gratuitamente alimentos às instituições sociais que atendem crianças, idosos ou pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais. Para tanto, são aproveitados os excedentes de comercialização de produtos alimentícios e doações obtidas junto a produtores, cooperativas e outras instituições.

- **Casa da Gente** - Em parceria com diversas entidades não governamentais, tais como entidades empresariais, conselhos municipais, conselhos tutelares e outros, foi elaborado o projeto "Casa da Gente". Este projeto visa proporcionar às crianças e adolescentes, na faixa etária de 07 a 14 anos, que circulam nos pavilhões da CEASA/POA/RS em busca de alimentos, trabalho e renda, atendimento psicológico e atividades de lazer.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL - CEASA/RS

No início de 1995, a CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL apresentava um quadro de dificuldades devido ao seu endividamento crescente, falta de capital de giro e arrecadação insuficiente para cobrir as despesas operacionais. Para alterar esta situação, foram tomadas as seguintes providências: cobrança dos usuários inadimplentes, ajuste nos TPRUs (Termos de Permissão Remunerada de Usos), receitas extras através de novas locações, enxugamento do quadro de pessoal e severo controle das despesas administrativas.

Com essas medidas, iniciou-se a recuperação financeira da empresa, que já parcelou e está honrando os pagamentos de seus débitos fiscais vencidos, como também vem recolhendo seus impostos rigorosamente em dia.

Podemos citar como outras realizações: conclusão das obras das Centrais de Santa Maria e Santo Ângelo, repasse das unidades de Santa Maria e Passo Fundo a Consórcios de Municípios, reinício das obras de recuperação estrutural dos pavilhões A3 e A4, ocupados por usuários permanentes e a conclusão de obras de recuperação das rampas do pavilhão GNP (Galpão dos Não Permanentes), ocupado por usuários produtores.

A CEASA/RS criou um sistema de intercâmbio de informações com as empresas congêneres nos países que fazem parte do MERCOSUL.

INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ - IRGA

- **Pesquisa** - Na safra agrícola 94/95, foram implantadas e conduzidas, pelo INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ, cento e setenta e sete ações de pesquisa e unidades de observações na Estação Experimental do Arroz, em Cachoeirinha, e nas subestações de Santa Vitória do Palmar, Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Itaqui e Palmares do Sul, bem como em propriedades particulares nos municípios de São Borja, Alegrete, São Vicente do Sul e Rio Grande.

- **IRGA 417** - Foi efetuado o lançamento de um cultivar de arroz, denominado IRGA 417, com a distribuição de 1.263 sacos de sementes para produtores de diferentes regiões orizícolas. Nos laboratórios de análise de sementes, localizados em Cachoeirinha, Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Rosário do Sul e Pelotas foram realizadas 4.308 análises. O IRGA proporcionou outras 4.386 análises de amostras de solos para produtores de todas as regiões orizícolas, contando para isto com o apoio da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

- **Recursos Humanos** - Objetivando qualificar recursos humanos, na área de difusão de tecnologia para a agricultura, foram realizadas 34 palestras técnicas, atingindo técnicos e produtores em diversos municípios da região arrozeira.

- **Dias de Campo** - Foram realizados "Dias de Campo" nas Subestações de Santa Vitória do Palmar, Cachoeira do Sul, Uruguaiana, Palmares do Sul e na propriedade de produtores nos municípios de São Borja e Alegrete, bem como na Estação Experimental do Arroz em Cachoeirinha. No total, foram atingidos mais de 600 técnicos e produtores.

- **Convênios e Parcerias** - No ano de 1995, visando à parceria entre o IRGA, empresas e associações de produtores, foram firmados pela Divisão de Pesquisa 25 contratos de Cooperação Técnica. Objetivando integrar a pesquisa e evitar a duplicação de esforços, foi assinado, com a participação da Divisão de Pesquisa, o convênio para criação do Fundo Latino Americano do Arroz Irrigado, que conta com a participação, além do IRGA, de representantes da Colômbia, Venezuela e República Dominicana.

- **Previsão Meteorológica** - Foi implantado o sistema de previsão meteorológica via satélite, com apoio da Universidade Federal de Pelotas.

- **Sementes** - Na multiplicação de sementes básicas próprias, os cooperantes estão com cultivo de 68 hectares, com uma perspectiva de colheita de aproximadamente 8 mil sacos distribuídos nos cultivares BR-IRGA 409, BR-IRGA 410, BR-IRGA 412, IRGA 416 e IRGA 417.

- **Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural** - Os programas abrangem a área geográfica compreendida pela área arrozeira do Estado que hoje conta com aproximadamente 765.821 ha. Estas ações são realizadas pelas cinco gerências regionais e pelos 37 núcleos de assistência técnica e extensão rural-NATEs. Os principais programas de assistência técnica e extensão rural do IRGA são os seguintes:

- Programa Estadual de Sementes de Arroz Irrigado, que objetiva obter um diagnóstico da situação da qualidade da semente usada no RS, quanto ao seu poder germinativo e pureza. O programa teve como meta realizar 3.520 análises de amostras de sementes e 6 palestras, com abrangência em toda a área produtora, tendo sido já realizadas 4.150 análises de sementes;

- Programa de Sistematização do Solo e Irrigação, que contempla as atividades de nivelamento de canais de irrigação e drenagem, projetos de barragens, levantamentos hidráulicos, cálculo de levantes, projetos de sistematização do solo, palestras, cursos e dias de campo;

- Programa Estadual Agenda do Produtor, que atingiu a meta inicialmente proposta de imprimir e distribuir 3.000 agendas a produtores em nível estadual. A agenda fornece informações de natureza variada em práticas culturais, armazenamento e custos de produção. Permite, através de registros, acompanhar o ciclo da cultura;

- Programa de Incentivo ao Sistema de Plantio Pré-Germinado, que teve como meta realizar 3 cursos de formação de mão-de-obra, 24 dias de campo, 21 unidades demonstrativas e 19 palestras. O sistema pré-germinado é uma opção de manejo e gerenciamento da lavoura e conta hoje com 20.000 ha no Estado;

- Programa Estadual de Incentivo ao Sistema de Plantio Direto e Cultivo Mínimo, que visa a ampliação das áreas que adotam este sistema, que hoje já abrange 206.000 ha;

- Programa de Assistência às Zonas de Salinização, que objetiva monitorar, através de análises da água, as áreas irrigadas com a água da Lagoa dos Patos;

- Programa de Treinamento de Mão-de-Obra, que tem como meta realizar 14 cursos em áreas tais como: nivelamento de taipa, secagem de grãos, custo de produção e sistemas de cultivo. O programa realizou 21 cursos ao longo de 1995;

- Programa de Custos de Produção, que busca fornecer ao produtor uma ferramenta útil de gerenciamento, que permita identificar nos produtos os componentes do custo que estão necessitando de redução.

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS - CESA

A COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS é a principal armazenadora no Estado do estoque regulador do Governo Federal, pois possui grande quantidade de produtos em AGF e EGF, beneficiando uma parcela significativa de produtores que se utilizam de tal operação.

Com o intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados, de socorrer algumas regiões carentes de armazenagem da produção primária e de um gerenciamento voltado para o controle eficaz das receitas e despesas, algumas ações foram desenvolvidas:

- **Melhoria na Qualidade dos Produtos Estocados** - A CESA iniciou, na grande maioria de suas unidades, nos respectivos compartimentos de estocagem, a implantação de um sistema de aeração e termometria, visando à melhoria na qualidade dos produtos armazenados.

- **Operação de Safra** - Esta operação levou à locação de silos e armazéns de cooperativas e particulares em vários municípios, que propiciaram um acréscimo de 108.000 toneladas à sua

capacidade estática. Esta ação trouxe benefícios a centenas de produtores que não tinham armazéns credenciados pelo Governo Federal para receber a sua produção e, conseqüentemente, estavam impossibilitados de efetuar operações de AGF, EGF e equivalência produto. A unidade de Santa Vitória do Palmar, com 30.000 toneladas de capacidade, está locada por 12 anos com opção de compra.

- **Desativação de Unidades Deficitárias** - Estão em processo de desativação os armazéns de Caçapava do Sul, Canguçu, Dom Pedrito, Estação e Hulha Negra, que totalizam 22.000 toneladas. Estas unidades são historicamente deficitárias e já não recebem mais produtos novos, administrando apenas os estoques existentes.

- **Plano de Regionalização de Gerências** - Foi aprovada, pelo Conselho de Administração da CESA, com vigência a partir de janeiro de 1996, proposição da Diretoria para que as atuais 33 unidades da rede passem a ser administradas por agrônomos, através de oito gerências regionais e duas unidades isoladas.

- **Venda de Imóveis em Desuso e Residências de Gerentes** - Estão em tratativas a venda dos imóveis que não se destinam à atividade fim da empresa, bem como as residências dos gerentes.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL - FZB

- **Museu de Ciências Naturais** - Órgão cultural e científico, o Museu de Ciências Naturais - MCN recebeu a visitação, até novembro de 1995, de 28.745 pessoas. No que diz respeito as suas atividades de pesquisa, estão em andamento 150 trabalhos técnicos, sendo que outros 70 foram concluídos. Estes 150 projetos de pesquisa científica em biodiversidade estão relacionados com 66 municípios do Estado e estão sendo desenvolvidos através de parcerias com a iniciativa privada, em áreas como a contribuição a planos de manejo de parques de proteção ambiental, treinamento de recursos humanos e cooperação técnica. Os principais exemplos desenvolvidos foram as parcerias com a Celulose Cambará e com a COPESUL.

Um dos trabalhos de maior importância desenvolvido no MCN é o do Laboratório de Microscopia Eletrônica de Varredura. Outro foi o estudo das aves cinegéticas, para fins de estabelecimento da nova portaria de caça para o Estado em 1996, trabalho este em cooperação com a FEPAM. Foram também desenvolvidos os trabalhos para a implantação do Subprograma Parques e Reservas do Programa Pró-Guaíba. Foi também criada a Associação dos Amigos do Museu.

- **Jardim Botânico** - As principais realizações do Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul envolvem a implantação de trilha informativa, para o conhecimento de 71 espécies, com publicação de folhetos e mapas, em convênio com o Curso Universitário, criação da Associação dos Amigos do Jardim Botânico e a prestação de apoio técnico a Prefeituras.

Foram produzidas 20.320 mudas de espécies nativas e exóticas, sendo comercializadas 8.860 mudas e utilizadas em ajardinamento do Parque, 10.145 unidades. O Banco de Sementes foi acrescido de 162 espécies, tendo armazenado 192 lotes diferentes. Destes, 29 espécies foram obtidas por intercâmbio com outras instituições nacionais e estrangeiras. O Núcleo de Educação recebeu 89.826 visitantes, sendo 12.819 escolares.

- **Parque Zoológico** - O Parque Zoológico de Sapucaia do Sul implantou algumas alterações administrativas que permitiram a redução de 34% das funções gratificadas e de 21% do quadro de pessoal. Por outro lado, ocorreu um incremento na receita própria de 67,73%.

Foram executadas várias obras de melhorias dos recintos destinados aos animais para a adaptação às normas do IBAMA. Foram iniciadas, também, várias obras que estão em fase final de execução como a construção de prédio de 144 m² para o centro de triagem, reforma do recinto de animais, sanitários públicos e outros.

A visitação pública ao Parque somou 486.721 pessoas, com a entrada de 59.570 veículos em seu recinto. O acervo animal que contava com 1.481 exemplares, em 1994, foi aumentado para 1529.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/RS

A EMATER/RS teve como público beneficiário das suas ações educativas 232.158 produtores, buscando o aumento da produção, da produtividade, da qualidade do produto e da renda.

O aumento da produção, produtividade, qualidade e renda desenvolvido pela EMATER/RS promove o apoio e a orientação dos produtores, grupos de agricultores e pecuaristas na seleção de sistemas de produção, atividades, tecnologias a serem utilizadas e recursos a mobilizar, visando ao aumento da renda e qualidade dos produtos nas principais lavouras e criações por ela assistidas.

Os projetos ou atividades mais relevantes executados sob a responsabilidade da EMATER/RS, ou com a sua participação, podem ser assim resumidos:

- **Expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural** - Com a instalação de 26 novos Escritórios Municipais e aquisição de 89 veículos, atingindo a marca de 351 municípios do Estado com Escritórios de Extensão Rural;
- **Programa de Profissionalização de Agricultores** - Qualifica a mão-de-obra rural através de cursos profissionalizantes em Centros de Treinamento, tem sido implantado em regime de parceria em várias comunidades rurais. Foram efetuados 1.288 cursos com o total de 21.879 participantes;
- **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas** - Integra esforços e recursos dos governos federal (MAARA) e municipais, com cooperativas, FEPAGRO e EMBRAPA. Neste ano, foram trabalhadas 455 microbacias, em 255 municípios gaúchos, com 17.169 famílias organizadas e assistidas, em uma área trabalhada de 319.527 hectares;
- **Condomínios Rurais e Associações de Produtores** - Utilizados como forma associativa na solução de problemas de produção, conservação do solo, armazenagem, comercialização e infra-estrutura social e sanitária, foram atividades prioritárias da extensão rural. Estão constituídos e em operação 2.549 condomínios, com 50.638 produtores participantes;
- **Programa Estadual de Citricultura** - Foi lançado, em março de 1995, com projetos em nível de produtor elaborados pela EMATER/RS e financiados pelo FEAPER. Foram beneficiados 1.162 produtores de 99 municípios, com o plantio de 830.762 mudas em 1.637 hectares;
- **FEAPER** - O Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais, com assistência técnica da EMATER, financiou 140 condomínios e associações, beneficiando 1.526 participantes, além de 621 empreendimentos individuais

- **Programa de Armazenagem na Pequena Propriedade** - Instalou 4.317 paióis de expurgo tipo Chapecó, com capacidade para 96.701 toneladas, 118 armazéns comunitários, para 46.175 toneladas e 527 secadores de leito fixo, para 5.177 produtores associados.
- **Programa de Irrigação na Pequena Propriedade** - Conta com 9.324 irrigantes, que atingem uma área de 48.840 hectares através de 4.699 pequenos microaçudes.
- **Assentamentos** - Na assistência aos assentamentos de reforma agrária foi prestado apoio financeiro, com recursos federais do PROCERA, a 90 assentamentos, com 3.835 famílias, em 44 municípios no Estado, numa área de 74.206,46 hectares.
- **Promoção do Abastecimento** - As atividades de promoção do abastecimento de hortigranjeiros, no decorrer do ano de 1995, permitiram o funcionamento de feiras do produtor em 396 municípios com a participação de 2.784 feirantes. Na área da plasticultura, os cultivos protegidos, assistidos pela EMATER, atingiram 1.840 produtores.
- **Bem-Estar Social** - As ações da EMATER na área do bem-estar social são desenvolvidas de acordo com os demais programas e políticas do Governo do Estado nas áreas de saúde, alimentação e nutrição humanas, trabalhos artesanais e outras.
- **Agroindústria** - O programa de assistência e elaboração de projetos de agroindústrias, que busca o aumento da produção de matérias-primas e beneficia os produtores com o aumento de empregos diretos e indiretos e a melhoria da qualidade dos seus produtos, assistiu 161 agroindústrias e elaborou 50 projetos.
- **Produtos de Origem Vegetal** - A classificação de produtos de origem vegetal, outra atividade que a Emater/RS, por delegação do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, vem desenvolvendo desde 1987, atingiu o volume de 10.531.888 toneladas de produtos de origem vegetal classificados no decorrer de 1995.

3.3 - ÁREA DA INFRA-ESTRUTURA

3.3.1 - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

O Governo do Estado, nas áreas de energia, minas e comunicações, orientou-se para a adequação de suas políticas setoriais a um ambiente de gradual abertura dos mercados em que a competitividade e a qualificação dos serviços prestados são pontos essenciais.

- **Reforma do Estado** - No Programa de Reforma do Estado, a SEMC abriu licitação para a contratação de consultoria especializada com o fim de identificar alternativas de modelagem gerencial e operacional para o setor energético do Estado, tendo em vista a posterior adequação das empresas CEEE, CRM e SULGÁS, vinculadas à Secretaria, ao novo modelo institucional definido.

- **Ampliação e Geração de Energia** - Buscando ampliar a geração de energia elétrica, o Estado está desenvolvendo todos os esforços no sentido de apoiar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá e da Usina Termelétrica de Jacuí, ambas de responsabilidade do Governo Federal. A UHE ITÁ irá incorporar 1.450 MW à capacidade de geração instalada no RS.

A Usina de Jacuí, com capacidade instalada de 350 MW, funcionará com o fornecimento de carvão pelo consórcio CRM/COPELMI, liderado pela estatal gaúcha. Esta obra de geração contribuirá para melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema energético no Estado, além de propiciar um novo aproveitamento para o carvão mineral.

Para a retomada das obras da Usina de Candiota III, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei que federaliza parte da sua dívida. No momento, a Secretaria trabalha em conjunto com a ELETROBRÁS no edital de licitação para a conclusão do empreendimento pela iniciativa privada.

Para assegurar o suprimento da demanda de energia elétrica, a SEMC tem trabalhado em conjunto com a CEEE e empreendedores privados, procurando viabilizar a interconexão elétrica Brasil-Argentina. Foi assinado um memorando de intenções para estudo de viabilidade para um empreendimento (estação conversora e linhas) capaz de transferir até 1.000 MW da Argentina para o Brasil, via Estado do Rio Grande do Sul.

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações e suas empresas vinculadas, CEEE, CRM e SULGÁS, juntamente com a CIENTEC, ligada à Secretaria da Ciência e Tecnologia, elaboraram Edital para a licitação de estudos de viabilidade técnica e econômica da gaseificação dos carvões de Candiota - RS, primeiro passo para a implantação do Pólo Carboquímico de Candiota.

- **Abertura de Capital** - Cumprindo diretriz governamental, foi autorizada a abertura de capital da Companhia Riograndense de Telecomunicações e da Companhia Estadual de Energia Elétrica, com vistas à desestatização, permanecendo o controle acionário com o Estado.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

- **Gasoduto** - Nesta gestão, a SULGÁS assinou o contrato para a construção de um gasoduto para distribuir gás da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP a setores industriais. O início das obras ocorreu em dezembro de 1995. Prevê o fornecimento de 70.000 m³ por dia de gás, numa extensão de 15 quilômetros.

- Compra e Distribuição de Gás - A SULGÁS está negociando com a Petrobrás a compra do gás proveniente da Bolívia e da Argentina. Foi realizado levantamento de mercado através de pesquisa de campo no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, área de fornecimento do gás, para dimensionar a demanda atual existente que seria abastecida com gás natural boliviano. O Governo do Estado está mantendo contatos com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales - YPF e com a Transportadora Gás del Norte - TGN, maiores produtoras e transportadoras de gás da Argentina, concomitantemente com a Petrobrás, objetivando importar 2 milhões m³/dia de gás natural, a ser consumido em usina termelétrica de 300 MW no município de Uruguaiana, destinada a atender a demanda de energia elétrica reprimida existente na região oeste do Estado.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT

- Planos de Expansão - A CRT deu continuidade aos Planos de Expansão em andamento e concretizou a automatização de 36 localidades, a ampliação de 37 centrais automáticas, a implantação de 51 mil terminais convencionais e a ampliação de 27 mil terminais celulares.

A empresa implantou o Serviço Público de Mensagens - SPM, suplementar ao serviço telefônico básico, através de recursos da rede de telecomunicações, para os serviços de voz e fax. Dessa forma, é permitido aos usuários receber e armazenar mensagens, reenviá-las a outros usuários, bem como gerenciá-las através de qualquer aparelho telefônico. A unidade básica do sistema é a CEM, Caixa Eletrônica de Mensagens, sendo que, nesta primeira fase, foram implantadas 100.000 CEMs.

Também foram implantados os serviços da "Série 900" que são serviços verticais de valor agregado, cujo código de acesso será pela série numérica 900, acrescida do milhar, centena, dezena e unidade do número discado. Através dos números dessa série serão prestadas informações por pessoas jurídicas chamadas provedores, os quais estabelecerão o valor a ser cobrado pela informação. Nesta fase, ora implantada, a CRT disponibilizará o serviço a 100 provedores.

Foi lançado o edital para a ampliação da Rede de Transporte Interurbana - INFOVIAS. Este Plano dará suporte de canais em nível intertrânsito e inter-área, de todo o tráfego gerado pelas diversas redes e serviços agregados que compõem a planta de telecomunicações do Estado. Estruturalmente, o Plano é constituído por 5 anéis intertrânsito e 9 anéis intra-área, interligando as principais cidades do Estado por fibras óticas.

- Melhoria do Atendimento ao Usuário - Com o objetivo de obter a melhoria do atendimento aos clientes da empresa, foi implantado um Programa de Qualidade Total na CRT, sob a orientação da Fundação Cristiano Ottoni. Numa primeira fase, estão sendo treinados e sensibilizados funcionários em todo o Estado, com prioridade para o pessoal de lojas da CRT, as telefonistas de informações interurbanas e serviços especiais, bem como os instaladores e reparadores de rede. Durante 1996, espera-se consolidar esta primeira fase do programa e estendê-lo às demais áreas e processos da Empresa.

Ainda com esta finalidade, em relação aos clientes especiais, foi implantado o "Projeto 102". Trata-se de um projeto desenvolvido com a finalidade de melhorar o atendimento aos clientes dos serviços especiais 102, 121, 103 e 104. Para tanto, foram realizadas as seguintes ações: remanejamento de telefonistas, ampliação de posições de atendimento, melhorias técnicas nos equipamentos e ações administrativas, como atualizações de cadastros. Com a implantação do projeto, a taxa de atendimento dos serviços especiais

passou de 82% para 98%, e o número total de chamadas atendidas pulou de 600.000 para 800.000 chamadas mensais.

Também foi implantado o "Projeto Lojas" que desburocratizou normas e agilizou processos. Numa primeira fase, 14 tipos de solicitações dos clientes que só podiam ser realizadas em lojas da CRT passaram a ser atendidas através do número 104. Foram oferecidas facilidades adicionais de pagamento de contas telefônicas aos clientes CRT/BANRISUL, mediante o BANRIFONE (através de telefone) e o BANRIMICRO (através de micro/modem). No decorrer de 1996, serão disponibilizadas várias outras facilidades aos clientes.

Visando a melhoria dos serviços prestados pela CRT, foi assinado, com o Governo do Estado, um Contrato de Gestão, prevendo compromissos de parte da empresa com a melhoria de indicadores que medem a qualidade dos serviços prestados pela CRT e o seu desempenho econômico-financeiro.

- **Abertura de Capital** - Com o objetivo de viabilizar o acesso da CRT aos recursos do mercado de capitais mediante a negociação de ações da Companhia em Bolsa de Valores, foi desenvolvido um projeto cuja primeira fase é a desvinculação das ações em relação ao direito do uso do telefone. As necessárias alterações estatutárias para a referida desvinculação encontram-se em fase final de aprovação pela Diretoria, para serem, então, submetidas ao Conselho de Administração e Assembléia Geral de Acionistas.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

- **Contrato de Gestão** - A CEEE assinou contrato de Gestão em 1995, atingindo as metas estabelecidas no seu primeiro ano de vigência.

- **Programa de Melhoria da Produtividade** - Este Programa tem como objetivo o aumento da produtividade através da redução de custos e aumento da receita. As principais ações que compreendem este Programa estão relacionadas abaixo.

Com atuação no âmbito interno: redução do elevado índice de inadimplência de consumidores, redução de perdas e diferenças, adequação das despesas de pessoal, revisão de contratos com terceiros, redução de estoques, alienação de ativos imobilizados em serviço, redução do consumo próprio, redução do custo operacional da geração termelétrica, redução do passivo trabalhista e adequação da estrutura de tarifas.

Com atuação no âmbito institucional: renegociação da dívida, federalização de CANDIOTA III, retirada do redutor do CRC - conta de resultados a compensar, aposentados ex-autárquicos, Santa Vitória do Palmar - Projeto Litoral Sul/CCC, tarifa de transporte de Itaipu, qualidade e confiabilidade do suprimento de energia elétrica ao Rio Grande do Sul, substituição da geração térmica, revogação da portaria DNAEE 827 e 831 e dívida da usina Presidente Médici.

- **Melhoria da Qualidade dos Serviços** - Em 1995 foi criado junto ao Plano de Melhoria da Qualidade dos Serviços - PMQS, o Programa de Adesão, cuja finalidade é a implantação dos Grupos de Qualidade Total nas unidades da Empresa. Ao final deste ano, 36 áreas ao nível de unidade orçamentária aderiram ao Plano, que somadas com as cinco unidades piloto, já perfazem 45% dos empregados da Empresa envolvidos com a GQT.

- Atendimento ao Mercado - Para atender o mercado, em 1995 a CEEE forneceu 14.694 Gwh ao seu mercado consumidor. Isto representou uma taxa de crescimento de 6,8 % do mercado em relação a 1994. No ano imediatamente anterior, este índice foi de 5,0 %.

A Classe Industrial, com 47.734 consumidores e um consumo de 5.665 Gwh, foi aquela que mais consumiu energia elétrica, representando um acréscimo de 4,7% em relação ao ano anterior.

A maior taxa de crescimento, de 10,4%, foi apresentada pela classe residencial com consumo de 4.203 Gwh, atendendo a um contingente de 2.139.980 consumidores. A classe comercial indicou consumo de 1.988 Gwh com a segunda maior taxa de crescimento - 10,1%, atendendo a um total de 218.437 consumidores. A Classe Rural aponta um consumo de 1.498 Gwh, taxa de crescimento de 4,3% e 230.007 consumidores, sendo o terceiro maior contingente em termos de consumo.

A CEEE deu continuidade, em 1995, ao seu programa de automação de usinas. No mês de março, foi colocada em operação a Usina Hidrelétrica da Toca - 1.100 KW, já automatizada. Após alguns ajustes iniciais necessários, a usina vem operando de maneira totalmente satisfatória. Os custos de geração dessa unidade que, antes da automação, eram da ordem de US\$ 44,0 / MWh, com a eliminação de despesas de operação e o aumento do fator de carga, tiveram uma queda, já em junho/95, para US\$ 5,53 / MWh.

Foi retirada de operação a Usina do Ivaí, e iniciados os serviços de recuperação e automatização da mesma. Concluíram 90% dos projetos elétricos e mecânicos. Espera-se a conclusão dos trabalhos, com a entrada em operação daquela unidade, ainda no primeiro semestre de 1996. Com relação à UHE Herval - 1.100 KW, os trabalhos de recuperação iniciaram neste ano, estando prevista a conclusão até o final de 1996.

Foram recuperados dois geradores e vários equipamentos auxiliares da UHE Passo Real, usina de 125 MW sinistrada em 09-05-95. Estes trabalhos foram executados com mão-de-obra própria da CEEE, num total de 250 pessoas de diversas localidades do Estado. A conclusão da recuperação da primeira máquina ocorreu em 30-12-95 e a conclusão da segunda dar-se-á em 30-01-96.

Com relação à UTE Candiota III, acompanhou-se, durante 1995, a tramitação, junto ao Congresso Nacional, do Projeto de Lei do Poder Executivo para a federalização da dívida deste empreendimento. Como resultado, em dezembro/95, o referido projeto foi aprovado e sancionado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Em agosto de 1995, foram concluídas a ampliação da subestação de Santiago, duplicada sua capacidade de 8 para 16 MVA, o que representou um investimento superior a R\$ 880 mil, e a ampliação da Subestação de São Vicente, agregando mais 59,5 MVA, ou seja, mais que duplicando sua capacidade, o que exigiu investimentos da ordem de R\$ 4,8 milhões.

Em setembro, a Subestação Cacequi teve ampliada a sua capacidade em 4 MVA, o que representou um investimento de R\$ 640 mil e foi concluída a implantação da Subestação Osório 2, incorporando 166 MVA ao sistema local, com o que foram beneficiados todos os municípios do Litoral, Centro e Norte, implicando tal empreendimento em um investimento total da ordem de R\$ 11,6 milhões.

Em outubro, foi concluída a ampliação da Subestação de Viamão, passando de 9,37 MVA para 25 MVA, a um custo de R\$ 1 milhão. Neste mês, também entraram em operação dois circuitos de transmissão, com 9,5 km, para atender os municípios de Gravataí e Cachoeirinha, a um custo de R\$ 1,66 milhões.

Em novembro, entrou em operação a Linha de Transmissão com 138 kV entre Palmares e Mostardas, com 68 km, empreendimento que exigiu um investimento da ordem de R\$ 3,9 milhões, garantindo um melhor atendimento aos municípios de Mostardas e Tavares.

A Subestação Rosário do Sul, em dezembro, teve sua ampliação concluída, tendo sido acrescidos 8 MVA, a um custo de R\$ 585 mil.

Ao encerrar o ano de 1995, a CEEE mantém em construção um elenco significativo de mais de duas dezenas de obras, cujo término está previsto para o ano que se inicia.

Com relação ao sistema de distribuição, em 1995 foram construídos 2.762 km de novas redes de alta e baixa tensão. Face a esta realização, o sistema de distribuição da CEEE atingiu a extensão total de 130.569 km. Neste período, foram implantados 28.000 novos postes e 3.760 novos transformadores de distribuição, crescendo 111 MVA em potência instalada ao sistema.

- Programa de Renovação das Concessões - Nesta gestão, foi iniciado o Programa de Renovação das Concessões, tanto no que diz respeito à geração, como à distribuição de energia.

Quanto às concessões de geração, os requisitos e procedimentos necessários para renovação das concessões estão definidos nas Leis 8.987 de 13-02-95, Lei 9.074 de 07-07-95 e Decreto 1.717 de 24-11-95. Por determinação da Diretoria, foi composto Grupo de Trabalho para estudo do prazo de concessão de cada usina geradora, concluído em julho/95, abordando os prazos e requisitos necessários à prorrogação das concessões.

Com relação às obras atrasadas, UTE Candiota III e UHE Dona Francisca, o Plano Efetivo de Conclusão do Empreendimento foi apresentado ao poder concedente, no prazo estabelecido, em atendimento à exigência da Lei 8.987/95.

A prorrogação das concessões de 11 usinas hidrelétricas da CEEE deverá ser requerida ao DNAEE até 08-07-96, com apresentação dos elementos que comprovam qualificação e adimplemento de encargos. Em virtude do prazo estabelecido e da importância do assunto, será composto um Grupo de Trabalho no âmbito da CEEE, com atribuição específica de reunir os documentos necessários ao requerimento de prorrogação e manter conhecimento atualizado sobre a regulamentação da legislação.

No tocante a concessões de distribuição, pela Resolução de Diretoria nº 256, de 3 de outubro de 1995, a empresa criou um programa específico para tratar do assunto, denominado Programa de Prorrogação das Concessões de Distribuição, constituído dos seguintes planos de ação específicos:

- Reagrupamento das atuais concessões de distribuição;
- Reestruturação contábil para atender ao reagrupamento;
- Classificação das instalações de transmissão;
- Controle de contratos de fornecimento de energia a consumidores, concessionários e permissionários.

- Abertura de Capital - Em adesão ao Programa de Reforma do Estado, constante do Projeto de Lei nº 528/95, do Poder Executivo, a Companhia vem desenvolvendo as medidas complementares, necessárias à abertura de capital e à negociação de suas ações em bolsa de valores, propiciando, com isso, a conversão em ações de parte de suas dívidas e,

principalmente, disponibilizando um importante mecanismo de democratização do capital social, à semelhança de inúmeras outras concessionárias no País.

A Companhia, embora já sendo considerada como sociedade anônima de capital aberto, tem seu registro restrito ao mercado de balcão e, de acordo com a Lei Estadual nº 4.136/61, que a criou, suas ações ordinárias, com direito a voto, somente podem ser subscritas por pessoas jurídicas de direito público, limitando significativamente o acesso do público ao seu capital social.

Através do Projeto de Lei nº 532/95, o Governo do Estado propõe alteração da mencionada Lei Estadual, eliminando tais restrições e impedimentos, para possibilitar que a Companhia possa se desenvolver mais e verdadeiramente tornar-se uma empresa de capital aberto. Suas ações, ordinárias ou preferenciais, poderão ser amplamente negociadas em bolsa de valores, com livre acesso da população em geral, oportunizando uma administração mais transparente e integrada aos anseios da comunidade.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM

- **Reestruturação Operacional** - A CRM iniciou, no ano de 1995 uma forte reestruturação empresarial, visando adequar seus custos operacionais à realidade do mercado. Neste processo, foram eliminados 11 cargos de chefias e alterado o quadro de funcionários de 946 para 607, com uma redução de 35,8% do efetivo.

- **Produtividade** - Neste ano, a CRM alcançou sua produção recorde, atingindo cerca de 1.907.661 toneladas de carvão contra uma média de 1.707.056 toneladas nos últimos seis anos. A produtividade, em termos de carvão vendável, aumentou de 6,86 t/homem/dia (média/94), para 9,88 (out./95). Foi regularizado o fluxo de caixa operacional da empresa e eliminados os débitos e os atrasos com fornecedores.

- **Contrato de Gestão** - A Companhia assinou com o Governo do Estado um Contrato de Gestão. Os indicadores de qualidade, produtividade e segurança do trabalho acordados no referido contrato foram plenamente atingidos no ano de 95. A relação despesa/receita operacional foi reduzida em 8,1% em relação ao ano de 94.

- **Fornecimento de Carvão** - A CRM venceu a licitação para o fornecimento de carvão para a usina de São Jerônimo, assegurando o fornecimento de 361.015 toneladas de carvão, durante cinco anos com valor total de R\$ 17.029.077,00 e estabeleceu Termo de Compromisso de Consórcio com a Copelmi para garantir o fornecimento da UTE Jacuí I, assumindo uma posição de liderança, com participação de 60%.

O Consórcio apresentou proposta na licitação de fornecimento de carvão para a Usina Jacuí I, estando já habilitada, aguardando a conclusão da licitação e preparando-se para a assinatura do contrato de 10 anos, no valor de R\$ 270 milhões. A assinatura deste contrato viabilizará a operação da mina do Leão II.

- **Pesquisa** - Foram retomados os trabalhos de pesquisa de ouro e cobre no município de Lavras do Sul com a aplicação de métodos geofísicos e a reavaliação dos dados existentes. A CRM tem mantido negociações visando o estabelecimento de parceria para a complementação das pesquisas e futura exploração.

A CRM firmou convênio de cooperação técnica que contempla experiências de lavra no subsolo da Mina do Leão I, buscando progressos técnicos no método de lavra que melhorem a produtividade e o resultado econômico da mina.

3.3.2 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Na infraestrutura de transportes, o Executivo Estadual orientou sua ação para a recuperação, a ampliação das capacidades e a modernização dos serviços prestados nos setores rodoviário, hidroviário, aeroportuário e ferroviário.

- **Reforma do Estado** - A Secretaria promoveu a extinção da CINTEA, ora em processo de liquidação e a reestruturação do DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER.

- **Modernização do Setor Rodoviário** - Estão sendo desenvolvidas tratativas para a agilização do Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais. O Programa prevê a restauração de 486 km e recapeamento de 1.976 km, com investimento global de US\$ 126,8 milhões, sendo 50 % financiado pelo BIRD e 50 % como contrapartida do Estado, num prazo de 5 anos, a iniciar em 1996.

O Programa de Corredores de Transporte prevê pavimentação de 900 km de rodovias estaduais, com investimento de US\$ 300 milhões, sendo 50 % financiado pelo BID e 50 % como contrapartida do Estado, num prazo de 4 anos.

Foi criado um grupo de trabalho para a Operação Safra, com participação das Secretarias da Agricultura e Abastecimento, Transportes e Justiça e Segurança, com o objetivo de coordenar a armazenagem, o transporte e a segurança do escoamento da safra/95.

- **MERCOSUL** - No tocante à Rodovia do MERCOSUL (Brasil, Uruguai, Argentina) o processo de concessão da rodovia está em fase de estudos iniciais nos 3 países, dependendo da definição dos aspectos legais, institucionais e operacionais. O Governo Uruguai está desenvolvendo estudos para apontar a melhor alternativa de traçado para a rodovia em seu território. No Brasil, o trecho ligando São Paulo - Osório está definido, através das BR-101, BR-376 e BR-116.

Também foram desenvolvidas negociações para a construção da Ponte Buenos Aires/Colônia, cuja obra, com 52 km de extensão, será viabilizada a partir da concessão da Rodovia do MERCOSUL, ligando o Brasil-Uruguai-Argentina. A Ponte Brasil (Jaguarão)/Uruguai (Rio Branco) depende da definição do traçado da Rodovia do Mercosul. Se o ponto de ligação Jaguarão/Rio Branco for o escolhido, a ponte obrigatoriamente deverá ser duplicada.

No que diz respeito ao Corredor Bioceânico, embora o Chile não seja integrante do MERCOSUL, existe o seu interesse em implantar este projeto que consiste na ligação terrestre entre os oceanos Pacífico (portos chilenos) e Atlântico (Porto de Rio Grande). As negociações encontram-se em fase inicial e está prevista uma visita do ministro de Obras Públicas do Chile ao Estado para tratar do projeto.

- **Obras de Arte** - No que diz respeito a obras de arte, a ponte São Borja-Santo Tomé está com o processo licitatório para a construção e exploração por parte da iniciativa privada, concluído e assinado o contrato, para início das obras no 1º trimestre de 1996.

Também foram reiniciadas as obras da ponte do Barracão, na BR-470, divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, com recursos do Estado, para posterior ressarcimento pela União.

- **Sistema Nacional de Viação** - Quanto ao Sistema Nacional de Viação, foram concluídas as tratativas com o Governo Federal para revisão do SNV e já definidos os 2.350 km de rodovias que serão transferidos para o Sistema Rodoviário Estadual. O Projeto de Lei encontra-se no Congresso Nacional para análise e deliberação.

- **Setor Ferroviário** - No que concerne ao setor ferroviário, está aberto o processo licitatório para o estudo de pré-viabilidade técnico-econômica da Ferrovia General Luz - Pelotas. Foram iniciadas, também, tratativas junto ao Batalhão Ferroviário de Lages para a implantação do projeto Ramal Ferroviário de Cachoeira do Sul, objetivando viabilizar o entroncamento rodoferro-hidroviário.

- **Setor Aeroviário** - No setor aeroviário, de acordo com a Lei Estadual nº 10.362, de 16 de janeiro de 1995, o DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO - DAE, foi extinto, com a transferência de suas funções e atribuições para a Secretaria dos Transportes.

No ano de 1996, deverão ser realizadas diversas obras para melhorias nos seguintes aeroportos: Torres, Horizontina, Santo Ângelo e Caxias do Sul. Na região da Serra, está em fase de identificação o novo local para o Aeroporto das Hortênsias.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER

A Autarquia retomou a construção de 83 trechos rodoviários num total de 1.400 km, sendo que 1.108 km são de rodovias estaduais e 292 km de rodovias coletoras, além de 4 pontes e 3 viadutos que perfazem 1.264 m. No ano de 1995, foram inaugurados 4 trechos de rodovias, num total de 35,4 km.

- **Pólos de Concessão Rodoviária (Pedágio)** - Foi concluído o estudo para identificação e análise da pré-viabilidade dos Pólos de Concessão Rodoviária, com vistas à implantação de conjuntos de postos de pedágios em parceria com a iniciativa privada, como forma de conservar e restaurar os trechos rodoviários localizados nas suas áreas de influências.

- **Conservação de Rodovias** - Encontra-se em análise o Programa de Gestão Contratada de Rodovias, que pretende a implementação de um programa de conservação de rodovias estaduais a ser executado pela iniciativa privada. Neste programa, competirá ao DAER identificar os conjuntos de trechos de rodovias, determinar as características técnicas dos mesmos, fixar os períodos de execução dos serviços e estabelecer os custos de conservação, para posterior lançamento dos editais de licitação. O Programa foi idealizado pelo Governo do Estado e vem sendo implementado pela International Road Federation - IRF, com apoio da GTZ, agência de assistência técnica do governo alemão. Caso aprovado, prevê-se o início das licitações, a partir do segundo semestre de 1996.

Foi desenvolvido o Programa de Recuperação da Malha Litorânea com o intuito de recuperar 11 trechos rodoviários da malha que atende a região litorânea do Estado, compreendendo serviços de recapeamento com massa asfáltica em 160 km e serviços de conservação rotineira em 260 km, além da sinalização horizontal e vertical nos 366 km de extensão. Os investimentos foram de R\$ 4,5 milhões e as obras ficaram concluídas em dezembro de 1995.

- **Segurança do Trânsito** - Em atendimento à Lei nº 10527, de 21/07/95, no segundo semestre, o DAER aplicou os recursos provenientes das multas oriundas do Batalhão de Polícia Rodoviária em sinalização horizontal e vertical, eliminação dos pontos e trechos críticos de rodovias estaduais, assim como em equipamentos e instalações da Polícia Rodoviária para o Projeto de Segurança do Trânsito.

- **Pavimentação Polidrica** - No Programa de Pavimentação Polidrica, que prevê assistência técnica e financeira para pavimentação de acessos rodoviários com pedras irregulares, a ser executado em convênio com as prefeituras municipais, deverão ser aceleradas as 13 obras que encontram-se em andamento, retomadas outras 16 obras já conveniadas e firmados mais 44 convênios, cujos recursos estão previstos no orçamento de 1996.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS - DEPRC

- **Dragagem** - O setor hidroviário, através do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS, concluiu os serviços de dragagem do canal de acesso ao porto de Rio Grande e da bacia de evolução do Superporto, com restabelecimento do calado de 40 pés, bem como, do canal de acesso e da bacia de evolução do Porto Novo, com restabelecimento do calado de 29 pés. Foram realizadas as dragagens de manutenção do rio Gravataí e do Projeto Barra Falsa (Bojuru). Também foram realizadas as dragagens do Canal da Feitoria e demais canais de acesso ao porto de Porto Alegre e do terminal do IIIº Polo Petroquímico.

- **Navegação Interior** - Objetivando estimular a navegação interior por meio de uma maior movimentação de cargas através da Lagoa dos Patos, que serve também para reativar o Porto de Porto Alegre, foi firmado contrato para a implantação dos Terminais de Contêineres para Navegação Interior nos Portos de Rio Grande e Porto Alegre. O contrato para a exploração dos terminais já foi firmado com a empresa vencedora da concorrência e tem data para entrada em operação em fevereiro de 1996.

- **Porto de Rio Grande** - No tocante às obras no Porto de Rio Grande, foi realizada audiência pública com vistas à transferência das operações e arrendamento do Pier Petroleiro para a iniciativa privada. Também foi realizada licitação para renovação do contrato de operação e ampliação do terminal de Contêineres - Tecon pela iniciativa privada.

Em consonância com o Programa de Parcerias do Governo do Estado para concessão de serviços públicos, estão em elaboração os editais para concessões dos seguintes terminais do Porto de Rio Grande: Terminal de Trigo e Soja - TT&S, Terminal de Graneis Líquidos - TGL, Armazém Frigorífico João Mascarenhas e 12 Armazéns no Porto Novo.

Foi reiniciada a recuperação dos Molhes da Barra de Rio Grande, com a liberação de R\$ 11 milhões por parte do Governo Federal, equivalentes a 1/3 dos recursos necessários.

- **Porto de Porto Alegre** - Quanto ao Porto de Porto Alegre (Projeto Porto dos Casais) além do Terminal de Contêineres para navegação interior, está sendo estudado o aproveitamento dos armazéns, dentro do Programa de Revitalização do Sistema Portuário Brasileiro, sendo possível ainda a transferência de outras instalações para o setor privado. Está para ser assinado contrato com o Instituto de Arquitetos do Brasil, visando a realização de um concurso nacional para o projeto de revitalização e aproveitamento cultural da área do Porto de Porto Alegre.

- **Porto de Pelotas** - No Porto de Pelotas está em estudo a transferência para o setor privado ou para o Município dos terminais e armazéns para uso público.

- **Porto de Cachoeira do Sul** - O Porto de Cachoeira do Sul está com obras em andamento para a construção do cais e do acesso rodoviário, com conclusão prevista para março de 1996.

- **Reestruturação do DEPRC** - Neste exercício, foi encaminhado à Assembléia Legislativa e posteriormente aprovado um Projeto de Lei, objetivando a reestruturação do DEPRC e a criação da Superintendência do Porto de Rio Grande, com autonomia administrativa e financeira.

3.3.3 - SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

- **FUNDURBANO** - O Fundo de Investimentos Urbanos, deste órgão, tem por objetivo dar suporte financeiro a planos, projetos e obras em segurança pública, saúde, habitação popular e infra-estrutura urbana, através de convênio entre o Estado e as prefeituras municipais, em regime de contrapartida da ordem de 30% dos recursos. Em 1995, foram aprovados 290 pedidos de financiamento, contemplando 320 projetos no valor total de R\$ 10.540.000,00.

- **Habitação** - No setor de habitação, com vistas ao cumprimento da Lei nº 10.357/95, foi estruturado o Departamento de Habitação, que tem por atribuição executar as funções operacionais da COHAB - RS na condução da Política Estadual de Habitação, tendo desenvolvido:

- Revisão e revalidação dos projetos enquadrados na Resolução 166/94 do CCFGTS (áreas da COHAB-RS financiadas com recursos do FGTS), sendo realizadas gestões junto à CEF para a liberação de empréstimos enquadráveis nesta Resolução;

- Renegociação da dívida da COHAB, mediante sua inclusão na rolagem da dívida geral do Estado, assim como renegociados os seus débitos fiscais, possibilitando novas contratações junto ao FGTS;

- Instituição do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, através da Lei Nº 10.529, de 20.06.95, que definiu a Política Estadual de Habitação Popular e o Conselho Estadual de Habitação, com a atribuição de definir as diretrizes e as estratégias para o setor habitacional;

- Fundo de Desenvolvimento Social - Este Fundo desembolsou parcelas para pagamento de obras de habitação que totalizaram R\$ 1.410.911,31, beneficiando 102 municípios;

- Programa Cesta Básica - A COHAB, mesmo em processo de liquidação, retomou, com recursos próprios, o Programa Cesta Básica em conjunto com o Financiamento da Construção, Aquisição ou Melhoria da Habitação de Interesse Social - FICAM, desembolsando R\$ 1.422.968,01, beneficiando mutuários em 66 municípios;

- Averbação e registro de loteamentos, sendo concluído o processo de averbação de 3.111 unidades do Conjunto Parque Marinha, em Rio Grande, e de 550 unidades no Conjunto Edmundo Traen na cidade de Passo Fundo.

- Processos de averbação e registro de oito conjuntos habitacionais nas cidades de Canoas, Guaíba, Porto Alegre, Horizontina e São Leopoldo, totalizando 19.342 unidades (em andamento).

- Programa Pró-Moradia - As ações desenvolvidas voltaram-se para a orientação, análise, hierarquização e seleção das propostas das prefeituras municipais, visando a construção de 17.904 habitações populares. Este programa foi criado para apoiar o desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, que resultem

na melhoria de vida por meio da solução de problemas habitacionais, da regularização fundiária e da urbanização de áreas.

Este Programa conta com um montante de recursos destinados ao Estado da ordem de R\$ 52.175.000,00, tendo sido apresentadas, no decorrer de 1995, 688 propostas e aprovadas 109, perfazendo um total de R\$ 20.571.861,19, beneficiando 5.182 famílias.

O órgão ainda prestou assessoramento e orientação técnica para viabilização do Pró-Moradia junto às prefeituras municipais. Houve a reformulação do Fundo de Desenvolvimento Social, com vistas à ampliação das alternativas para a obtenção dos recursos destinados aos investimentos habitacionais.

- Preparação de projetos para a produção de 1.243 unidades habitacionais nos municípios de Santo Ângelo, Marau, Porto Alegre, Ijuí, Passo Fundo, Carazinho e Santana do Livramento em áreas adquiridas com recursos do FGTS .

- Outros programas foram desenvolvidos pela Secretaria, como o "Cidade Informal", que tratou da recuperação de assentamentos humanos em áreas degradadas e com domicílios precários. Para tanto, foram realizadas ações para a urbanização de favelas, a melhoria e recuperação de loteamentos clandestinos e a relocação de domicílios;

- Dois projetos para zonas urbanas ou de expansão: o PROLOTE, com objetivo de construir lotes urbanizados com ou sem módulos sanitários e o MORAR 2.000, para construção de moradias em conjunto ou isoladas e fornecimento de materiais de construção. Para atender as demandas habitacionais do meio rural foi criado o projeto VILA RURAL;

- Programa para o acompanhamento, cadastramento e assessoramento técnico às cooperativas habitacionais;

- O Plano 200, para a concretização de uma parceria com a iniciativa privada, no sentido de engajá-la no esforço de aumentar a oferta de habitações populares, para a construção e concessão de financiamento em até 200 meses. No tocante à ação junto aos municípios, foi desenvolvido o Programa de Municipalização de Núcleos, que visa à administração e ao gerenciamento dos conjuntos habitacionais da antiga COHAB-RS pelas prefeituras e, com os recursos assim obtidos, a capitalização dos fundos municipais de habitação.

- Saneamento Financeiro - COHAB - A COHAB quitou débitos com o FGTS, PASEP e IR, num montante de R\$ 1.106.285,00. No que diz respeito ao INSS, foram quitadas parcelas pendentes de negociação que totalizavam R\$ 162.025,59, estando ainda em negociação pagamentos da ordem de R\$ 4.000.000,00.

- Saneamento e Recursos Hídricos - Objetivando o efetivo controle das cheias no Rio dos Sinos foram desenvolvidas todas as ações necessárias à viabilização da assinatura do convênio entre o Governo Federal e o Banco Kreditanstalt Für Wiederaufbau (Agência Oficial do Governo Alemão), no total de US\$ 10.500.000,00, para a retomada e conclusão das obras contra as cheias.

Com o objetivo de dotar de infra-estrutura básica de água e esgoto as pequenas comunidades urbanas e rurais, que não sejam sedes municipais e tenham população menor do que 5.000 habitantes, o Programa Estadual de Saneamento Rural passou a elaborar diagnóstico nas aproximadamente 7.000 localidades que se enquadram nesta situação.

Foram executadas as ações necessárias para que o Estado se adequasse às normas do Ministério do Planejamento e Orçamento, com vistas ao estabelecimento de convênio para implementação do Pró-Saneamento.

Com o Programa de Açudes e Poços, que tem como objetivo a perfuração de açudes e poços e o abastecimento de água potável para os núcleos habitacionais não atendidos por outros órgãos oficiais de saneamento, foram perfurados 183 poços em 123 localidades de 69 municípios.

O Conselho de Recursos Hídricos, responsável pela implantação do Programa Estadual de Recursos Hídricos, executou 16,0 Km de canais de irrigação do Sistema Arroio das Canas - São Gabriel, tendo 93% do projeto sido concluído. Foram também realizadas as obras dos canais de irrigação do Sistema Vacacaí - São Gabriel.

Foi iniciada a avaliação da disponibilidade hídrica dos rios Santa Maria e Quaraí, bem como do Litoral Norte, estando em realização a avaliação da aplicabilidade do princípio "usuário pagador" no Rio dos Sinos.

No que concerne à implantação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos - Lei 10.350/94, o órgão desenvolveu uma ação sistemática, objetivando o acompanhamento e a assessoria aos Comitês existentes nos rios Gravataí, Sinos e Santa Maria.

Foram criados novos Comitês de Assessoramento Técnico para os rios Cai, Taquari-Antas, Vacaria e Litoral Sul e Norte, estando em elaboração os seus Regimentos Internos e a estruturação das suas Comissões Provisórias. Iniciou-se também o processo de estruturação do Comitê Biestadual da Bacia do Uruguai.

Quanto à Lei 10.350/94, foi encaminhada ao Sr. Governador a documentação relativa à regulamentação do Sistema Estadual de Informações Básicas para o Gerenciamento e foi concluída a regulamentação básica para a criação dos novos Comitês.

No que concerne à concessão dos sistemas de irrigação para operação privada, estão em análise de viabilidade os Sistemas Vacacaí, Arroio das Canas-São Gabriel, Sangão e Gusmão -Dom Pedrito.

COMPANHIA RIO GRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

A CORSAN abastece com água potável 342 localidades, entre sedes municipais (302) e distritos ou povoados (40).

- **Atendimento às Populações** - Com serviços de esgotos sanitários são atendidas 41 localidades, sendo 11 municípios com estações de tratamento, 6 municípios em loteamentos, 10 municípios com coleta de esgoto e destino final no corpo hídrico e 13 municípios e 1 distrito com tratamento primário por fossas sépticas.

A população atualmente abastecida com água corresponde a 4.963.263 habitantes e a população servida pelos sistemas de esgotos atinge a 454.138 pessoas. O incremento obtido, em 1995, foi de 278.777 pessoas abastecidas com água potável e de 41.934 servidas por esgoto.

- **Investimentos** - Contando somente com financiamento oriundo do programa PIMES e, principalmente, com grande esforço da Companhia, através de recursos próprios, foi possível investir em projetos, obras e serviços de saneamento cerca de R\$ 11.055.137,00.

Quanto aos investimentos no setor de abastecimento de água, o órgão ampliou a rede de distribuição em 212.063 m³ e foram construídos reservatórios de água que totalizaram um volume de 3.610 m³. Foram também perfurados 150 poços profundos em diversas localidades. Desta forma, foram atingidas 1.619.971 economias ligadas, representando um acréscimo de 89.938 economias.

Foram executados 13.014 m de adutoras de água bruta e encontram-se em execução várias outras obras para a ampliação da produção e distribuição de água, entre as quais, podemos salientar o projeto de ampliação geral do sistema integrado Canoas/Esteio/Sapuçaia do Sul e o projeto de ampliação geral do sistema integrado Cachoeirinha/Gravataí.

No setor de esgoto, foi ampliada a rede de coleta de esgotos em 6.565 m nas localidades de Atlântida, Xangrilá, Capão da Canoa, Cruz Alta, Jaguarão, Santa Maria e Torres e estão em andamento ampliações de redes coletoras de esgotos, num total de 39.000 m, nas seguintes localidades: Passo Fundo, Cidreira, Tapes, Guaíba, Santo Ângelo, Uruguaiana e Canoas.

- Gerenciamento Empresarial - *No que tange ao gerenciamento empresarial, no início de 1995, a CORSAN apresentava uma situação econômico-financeira de grave desequilíbrio, tendo se avolumado várias dívidas com fornecedores e prestadores de serviços. Este quadro de dificuldades já estava em andamento, pois, no exercício de 1994, o balanço atualizado acusou um resultado bruto de R\$ 23.231.000,00 negativos.*

Diante dessa realidade, foram tomadas medidas urgentes, visando à redução de despesas operacionais, que redundaram numa economia consolidada de R\$ 20.820.000,00.

Além destas medidas restritivas nos gastos, houve grande empenho para se ampliar os investimentos em saneamento básico, o qual passava por uma grande carência de recursos. Atingiu-se, com este esforço, a garantia de investimentos no valor de R\$ 235.667.000,00, sob a forma de desembolso efetivo e novos financiamentos para obras a serem executadas até 31 de dezembro de 1998 (CEF, PIMES, PRÓ-GUAÍBA e parcerias).

A convivência com uma pesada estrutura organizacional, onde as decisões extremamente concentradas vinham dificultando as ações gerenciais, motivou a adoção de várias medidas de cunho institucional, tais como: assinatura do Contrato de Gestão com o Governo do Estado, onde foram fixadas metas rígidas de desempenho, aprimoramento de controles internos, com implantação do orçamento financeiro e dos indicadores de desempenho, alienação da CIEL e do SÍTEL (em andamento), parceria com a comunidade através da instalação de oito Conselhos de Consumidores no interior do Estado, projeto de Regionalização da Companhia, plano de incentivo à aposentadoria voluntária e extinção do FAE-RS, que possuía recursos no valor de R\$ 132.300.000,00 e que foram utilizados como aumento de capital do Estado na CORSAN.

Este conjunto de ações e providências já concretizadas permitiu projetar, para 1995, um resultado bruto de R\$ 5.399.000,00 positivos, possibilitando o início da recuperação da CORSAN.

Ainda no exercício de 1995, houve uma redução no quadro de pessoal de 706 funcionários, representando 11% do total do efetivo, o que, aliado às cláusulas econômicas do dissídio coletivo da categoria profissional, possibilitou uma substancial redução do comprometimento da arrecadação com a despesa de pessoal, da ordem de 41% (de 85% para os atuais 50%).

3.4 - ÁREA SOCIAL

3.4.1 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SE

- **Calendário Único** - Uma das primeiras ações da Secretaria foi atender as reivindicações da sociedade quanto ao restabelecimento gradativo de um único calendário para todas as escolas da Rede Pública Estadual, bem como implantar o processo democrático e participativo na escolha dos diretores de cada unidade escolar.

- **Conselho Estadual da Educação** - Para dar o apoio necessário às ações educacionais foram realizadas alterações no Conselho Estadual da Educação para que o mesmo, de fato e de direito, seja representativo da comunidade escolar.

- **Gestão Democrática** - Uma das medidas mais importantes para implantar a política educacional foi a aprovação da Lei que trata da Gestão Democrática do Ensino Público. A Lei tem como objetivo prover as escolas da rede pública estadual de autonomia financeira, administrativa e pedagógica, incluindo a comunidade escolar efetivamente em sua administração, através do Conselho Escolar, bem como instrumentalizar a escola com o fim de promover a possibilidade de ingresso, permanência e sucesso dos alunos e a qualificação do ensino público.

O curso de qualificação dos 3.365 diretores eleitos e empossados e dos técnicos da Secretaria e Delegacias, que vão dar apoio técnico qualificado a estes diretores de escola, foi um projeto extremamente importante para dar início ao processo de consolidação da gestão democrática.

- **Merenda Escolar** - Em julho de 1995, o Programa de Descentralização da Merenda Escolar foi implantado em parceria com aproximadamente 270 municípios, sendo executado com recursos do Governo do Estado e do Fundo de Atendimento ao Educando - FAE. Este Programa possibilita a descentralização na aquisição de gêneros alimentícios, proporcionando aumento de ICMS nos municípios e oportunizando um cardápio balanceado e adaptado aos costumes regionais.

- **Municipalização do Ensino** - Negociações com os municípios têm sido realizadas para estabelecer parcerias na oferta do ensino público universal e de qualidade, estabelecendo, de forma consensual entre o Estado e FAMURS, as respectivas competências.

- **Programa Nacional do Livro Didático - PNLD** - Trata da descentralização na seleção, indicação, aquisição e distribuição de livros as 3.042 escolas estaduais de 1º Grau e aproximadamente 9.000 escolas municipais, abrangendo todos os municípios gaúchos.

- **Pacto por um Rio Grande Alfabetizado e Escolarizado** - Um projeto que busca o fortalecimento da política da educação de jovens e adultos, mediante a sua institucionalização no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Ele também objetiva a participação dos municípios nas ações de alfabetização e escolarização, através de parcerias com FAMURS/CONSEME.

- **Modernização** - Em 95, foi encaminhado ao CNPq um Projeto que visa a instalação de redes de acesso à Internet em 15 escolas da Rede Pública Estadual, com abrangência para todos os níveis do ensino. Foram também solicitados ao MEC/SEDIAE 1.285 aparelhos de televisão e videocassetes, com as respectivas antenas parabólicas, para o desencadeamento do Programa TV Escola.

Foi ampliado de 4 para 22 o número de tele-postos destinados ao Programa Um Salto para o Futuro, mediante instalação gratuita de TV a cabo em escolas da Rede Pública Estadual, beneficiando 972 professores, nas diversas áreas do conhecimento.

Na área de pessoal, foi implantado um sistema "on line" para o lançamento das efetividades de todos os servidores a partir das Delegacias de Educação. Com isso, ganhou-se em qualidade e em tempo.

- **Ensino Superior** - O Programa Estadual de Crédito Educativo, destinado a jovens de baixo poder aquisitivo, que tem como finalidade conceder bolsas rotativas de estudo para o custeio das mensalidades de estudantes matriculados em cursos de graduação nas instituições de Ensino Superior Comunitárias, foi totalmente reformulado através de um Projeto de Lei aprovado pela Assembleia Legislativa. Os recursos previstos para este programa também foram ampliados para 0,5% da receita líquida de impostos. Técnicos da Secretaria da Educação e da Universidade Federal de Santa Maria elaboraram uma forma alternativa para o ingresso no ensino superior dos alunos do 2º grau, por intermédio de um sistema de avaliação permanente do seu desempenho.

- **UNICEF** - Os Projetos Direito de Aprender, Melhoria Social dos Meninos de Rua e o Mortalidade Infantil/Alfabetização/Escolarização são interinstitucionais e objetivam aprofundar a análise dos direitos e da problemática das crianças e dos adolescentes. Posteriormente serão elaborados sub-projetos, em nível municipal, para atacar os problemas detectados. O Programa é coordenado pelo Gabinete do Governador e envolve parcerias com diversos órgãos públicos, privados ou sem fins lucrativos, como a FAMURS, AJURIS, AMPRGS e UNICEF.

- **Biblioteca Escolar** - Para o acompanhamento e a avaliação dos trabalhos realizados pelas bibliotecas da rede escolar, foi criado o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares/SEBE, que envolve todas as 3.365 unidades escolares. Para tanto, foram criadas 290 Bibliotecas-Pólo, situadas em escolas de grande porte e Bibliotecas-Ramal, situadas geograficamente próximas às Bibliotecas-Pólo.

- **MERCOSUL** - Um grupo técnico da Secretaria integra a Comissão que está estabelecendo as ações conjuntas entre o Brasil e os países do MERCOSUL. A ênfase está na preparação de recursos humanos para atuarem no ensino da língua espanhola e no desenvolvimento de currículos com conteúdos comuns na área histórico-cultural dos povos latino-americanos.

- **Desporto** - A prática desportiva é imprescindível para a formação da personalidade, por isso foram estimulados diversos torneios envolvendo a faixa etária dos 15 aos 80 anos. Em 95, 181 municípios participaram das atividades esportivas programadas pela Secretaria. O município vencedor foi Porto Alegre e representou o Rio Grande do Sul nos Jogos Abertos Brasileiros em São Paulo, classificando-se em 5º lugar.

- **Obras** - Diversas obras estão sendo executadas para melhorar e ampliar as condições das edificações escolares. Há obras em parceria com prefeituras municipais em andamento e em processo de elaboração de contrato. O total de recursos previstos para as obras é de aproximadamente R\$ 31.504.827,00

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AO SUPERDOTADO NO RS - FADERS

- **Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência e à Pessoa Portadora de Altas Habilidades** - Consiste num instrumento que procura articular as ações realizadas pelos diversos níveis de governo e pelo setor privado. São dadas prioridades às ações desenvolvidas nas áreas da Educação, da Saúde e da Assistência Social.
- **Pólo Regional** - Numa experiência piloto foi implantado o primeiro Pólo Regional para a Descentralização do Programa Estadual de Atenção Integral às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) e às Pessoas Portadoras de Altas Habilidades (PPAH), onde as ações serão desenvolvidas de uma forma compartilhada entre o Governo Estadual (SE/FADERS/STCAS/FEBEM/FGTAS/SSMA), a Associação da Região Turismo, Serra e Mar, que abrange 24 municípios, e a FAMURS.
- **Sensibilização da Comunidade** - Todo um esforço foi realizado para sensibilizar e mobilizar a sociedade gaúcha para as questões referentes às Pessoas Portadoras de Deficiência e às Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, através de campanhas e eventos diversos, ressaltando a organização da Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência.
- **Qualificação de Recursos Humanos** - Um total de 2.000 profissionais foram preparados e aperfeiçoados através de cursos, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos, para poderem prestar um melhor assessoramento aos municípios no trato das questões referentes a pessoas portadoras de deficiência.
- **Atendimento ao Público** - As dez unidades de atendimento, bem como o Plantão de Atendimento ao Público, situado na sede da entidade, realizaram trabalhos que acabaram beneficiando 3.000 pessoas em todas as áreas de atuação da FADERS que são: Prevenção, Educação Infantil, Escolarização, Reabilitação e Preparação para o Trabalho.
- **Cadastro de Dados** - Foi atualizado o Cadastro de Dados de 500 Instituições que atendem e/ou representam as pessoas portadoras de deficiência e as pessoas portadoras de altas habilidades no Estado.

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA - FETLSVC

- **Matrícula** - A Fundação manteve em média 2.350 alunos matriculados e formou 279 técnicos em *eletrônica, mecânica, química, eletrotécnica e segurança do trabalho*.
- **Eventos e Seminários** - Realizou a 10ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia das Escolas Técnicas de 2º Grau da América do Sul, com a participação de 6 países, abrangendo 135 projetos e aproximadamente 600 pessoas. Também foi realizado o 2º Seminário Internacional do Ensino Técnico da América do Sul.

Houve participação em feiras e eventos educacionais e tecnológicos, entre os quais se destacam os seguintes eventos, onde os trabalhos da Fundação foram premiados: a Feira Internacional de Ciência e Engenharia, no Canadá; a VII Feira Nacional de Ciência, em Mato Grosso; a Feira Sul Americana Juvenil, no Chile; a 2ª Feira Brasileira de Educação Tecnológica; e a Olimpíada Sul Americana de Química, em Mendoza.

- **Convênios** - Foram assinados convênios com SEBRAE, FAPERGS e com diversas empresas para o desenvolvimento de pesquisas, consultoria, prestação de serviços e oferecimento de cursos de extensão e de curta duração.

3.4.2 - SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE - SSMA

- **Descentralização** - Em 1995, a gerência das ações e serviços de saúde foi descentralizada para mais 9 municípios, fazendo com que o sistema de municipalização da saúde passasse a contar com 150 municípios (131 na gestão incipiente, 16 na gestão parcial e 03 na gestão semi-plena). Além destes, 10 municípios manifestaram, formalmente, interesse na municipalização e 18 processos estão em análise.

A população atingida com a municipalização da saúde atingiu 4.864.644 habitantes, representando 50,3 % da população total do Estado.

- **Vacinação** - Foram distribuídas, em 1995, 111.782 vacinas contra a poliomielite, 111.646 contra difteria, coqueluche e tétano, 114.072 contra o sarampo e 120.575 contra tuberculose. Na prevenção do tétano, foram aplicadas 68.274 doses de vacina em pessoas maiores de 5 anos e 21.475 doses em gestantes. Na profilaxia da raiva, foram aplicadas 2.447 doses de vacina.

Realizaram-se duas outras campanhas de vacinação, uma contra a poliomielite, que conseguiu uma cobertura vacinal de 92,4 %, com 857.157 doses aplicadas, em crianças de 0 a 4 anos e a outra contra a meningite meningocócica do tipo C, em que foram vacinadas 1.279.333 pessoas no Estado.

- **Saneamento** - O saneamento básico sanitário é uma ação voltada para a redução da morbimortalidade por doenças veiculadas pela água. Nesse sentido, foram assinados convênios com os municípios para a implantação de:

- 125 sistemas simplificados de abastecimento de água, com investimento de R\$ 864.800,00;
- 45 extensões de rede de água, totalizando R\$ 163.900,00;
- 1.687 módulos sanitários, totalizando R\$ 300.000,00.

O total de investimentos, nessa área, atingiu R\$ 1.328.700,00, sendo beneficiadas 6.787 famílias e 30.935 pessoas. Foram realizadas, ainda, 8.435 melhorias domiciliares em águas, dejetos e lixo, 13.474 visitas domiciliares, 82 palestras e 510 reuniões para educação sanitária da população.

- **Medicamentos** - Em relação aos medicamentos especiais, foram levantados os tipos de medicamentos e o valor despendido, bem como realizado o cadastramento dos usuários para um maior controle. Estimou-se que o número de pessoas usuárias destes medicamentos, no mês de maio, era de 6000 e em outubro 15000. Em 1995, foram gastos, nessa área, um total de R\$ 8.000.000,00.

- **Programa de Agentes Comunitários de Saúde** - Esse programa é voltado para a redução da mortalidade infantil. Está sendo desenvolvido em parceria com órgãos dos âmbitos federal e municipal. Em 1995, com a adesão efetiva de 22 municípios, foram treinados 28 enfermeiros que coordenarão o programa no âmbito municipal, e selecionados, na 1ª etapa, 500 agentes de saúde.

- **Projeto Inverno com Saúde** - Essa ação objetivou reduzir a infecção respiratória aguda, responsável por 12,7% do total de óbitos registrados no Estado, principalmente em crianças e idosos. Foram distribuídos 8.015 unidades de medicamentos e equipamentos, como nebulizadores, otoscópios, estetoscópios, lanternas para exame, termômetros e kits de

nebulização para as unidades de saúde, além da capacitação de 598 médicos, enfermeiros e auxiliares, totalizando um investimento de R\$ 2.500.000,00. Essa ação proporcionou a redução das internações hospitalares em 7,14 %.

- **Operação Litoral** - Essa operação, em parceria com os Municípios da Região, objetivou a realização do atendimento ambulatorial e hospitalar da população que se deslocou para o Litoral. O Estado participou através do aporte de recursos financeiros, que atingiram R\$ 900.000,00, e da supervisão às atividades realizadas pelos municípios. Foram feitos 203.636 atendimentos ambulatoriais, 826 remoções para internações hospitalares e 3.774 vistorias na área de vigilância sanitária.

- **Qualificação de Recursos Humanos** - O aprimoramento e capacitação dos recursos humanos da Secretaria Estadual da Saúde e do Meio Ambiente concretizou-se, em 1995, através da realização de 52 eventos nas áreas de formação, integração docente-assistencial e atualização, envolvendo 2.070 profissionais da área da saúde. Destaque-se, também, a assessoria na realização de concursos em 16 municípios, atingindo 1.688 profissionais.

- **Convênios** - Visando à melhoria da infra-estrutura dos serviços de saúde, foram assinados convênios com prefeituras municipais para reformar 95 prédios da rede estadual, em regime de parceria, em que o Estado participa com recursos financeiros e os municípios com a mão-de-obra. Os recursos aplicados nessa ação totalizaram R\$ 853.821,00. Para a ampliação e otimização da rede hospitalar foram assinados convênios para a conclusão de 20 hospitais, totalizando repasses de recursos financeiros no valor de R\$ 2.000.000,00.

- **Assistência Ambulatorial** - Na área da assistência ambulatorial foram realizados, através da rede própria do Estado, municípios e prestadores conveniados ao Sistema Único de Saúde: 10.319.394 procedimentos de vigilância epidemiológica, imunização e outras ações não médicas, 15.485.403 consultas médicas, 1.660.758 procedimentos médicos, 3.591.831 procedimentos odontológicos, 1.349.047 exames radiológicos, 152.867 exames de medicina nuclear, 86.821 exames de ultrassonografia, 28.013 exames de imagenologia, 8.215.058 exames de patologia clínica, 5.334 exames hemodinâmicos, 891.550 exames especializados, 292.813 sessões de diálise, 284.411 sessões de radioterapia, 32.670 sessões de quimioterapia, 1.572.515 sessões de fisioterapia, 650.829 sessões de terapia especializada, 579.325 procedimentos de prótese e órtese, totalizando 45.188.639 procedimentos. O valor correspondente ao total de procedimentos realizados foi de R\$ 168.121.259,00, tendo sido pago pelo Ministério da Saúde ao Estado, municípios e prestadores conveniados valores da ordem de R\$ 151.223.707,00.

- **Assistência Hospitalar** - Na área da assistência hospitalar foram pagas, pelo Ministério da Saúde, 700.955 autorizações de internações hospitalares (AIHs) através do Sistema Único de Saúde, correspondendo a um gasto total de R\$ 214.535.545,54 com hospitais próprios e conveniados.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE - FEPPS

- **Exames** - O Laboratório Central do Estado realizou 7.544 exames parasitológicos, 26.951 exames bacteriológicos, 4.185 exames micológicos, 17.595 exames virológicos, 10.957 exames hematológicos e 1.125 exames toxicológicos, totalizando 68.357 exames de apoio à vigilância epidemiológica e aos programas de saúde, beneficiando um total de 8.880 pessoas. Nesta área, verificou-se um acréscimo de 84% em relação ao realizado em 1994. No apoio às ações de vigilância sanitária, foram realizadas 592 análises de alimentos, 728 análises de água, 1.741 dosagens de flúor na água e 15 outras análises.

- **Medicamentos Básicos** - Foram produzidas um total de 6.089.802 unidades de medicamentos básicos, com investimentos de R\$ 5.563.000,00 em insumos, equipamentos e obras.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM

- **Expedição de Documentos** - A FEPAM expediu 4.700 licenças de instalação, operação e de projetos arquitetônicos, emitiu 3.912 pareceres quanto a emissões atmosféricas e ocupação do solo por indústrias, realizou 13 análises de risco ambiental, 2.891 vistorias, aplicou 1.225 penalizações, tendo sido apreendidos 1.000 kg de agrotóxicos. Foram realizadas, ainda, 1.813 coletas, 25.671 análises laboratoriais, 73 atendimentos de emergência, duas audiências públicas e atendidas 662 requisições do Ministério Público.

3.4.3 - SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - STCAS

- **Convênio** - Foram captados recursos financeiros através da assinatura de convênio MTB/SINE/STCAS/FGTAS, para execução de projetos nas seguintes áreas: geração de emprego e renda, qualificação profissional, atendimento ao seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e informações sobre mercado de trabalho, através da pesquisa de emprego e desemprego (PED/RMPA).

- **PROGER** - No Programa de Geração de Emprego e Renda-PROGER URBANO, foram definidos como prioritários 153 municípios, sendo assim distribuídos: 21 no Vale do Rio dos Sinos, 30 na Metade Sul, 16 no Litoral Norte, 16 na Região Metropolitana e 70 em outras Regiões. Destes, 45 estão com projetos já aprovados e em operação.

- **Intermediação da Mão-de-Obra** - O programa de intermediação de mão-de-obra conta com um cadastro de 10.120 usuários que solicitam todos os tipos de serviços. Os mais procurados, por ordem de preferência, são, respectivamente, as faxineiras, as passadeiras, os bombeiros hidráulicos, os eletricitas, os azulejistas, os jardineiros, os gesseiros e, por último, os pintores. Foram prestados 4.341 atendimentos.

No que diz respeito ao convênio para intermediação de mão-de-obra, entre o SINE e a Fundação Gaúcha do Trabalho-FGTAS, no valor total de R\$ 9.966.715,00, foram inscritos 199.276 desempregados, sendo que destes 98.934 foram encaminhados para emprego e 23.354 postos de trabalho foram preenchidos.

No que tange ao atendimento especial oferecido para a intermediação de mão-de-obra de adolescentes, 5.709 foram cadastrados e 1.192 colocados. Com relação aos deficientes, 304 se inscreveram e 109 foram empregados.

- **Formação Profissional** - Atividade de grande realce realizada pela FGTAS foi a implantação de 485 cursos de formação profissional, que atenderam a 102 municípios com 24.640 trabalhadores inscritos, 1.232 turmas, totalizando 126.190 horas-aula. O orçamento desta atividade foi de R\$ 6.577.748,00. Este programa de treinamentos tem como objetivo a reinserção do desempregado no mercado de trabalho e a qualificação da mão de obra emergente.

- **Artesanato** - No Programa Estadual do Artesanato estão cadastrados 2.600 artesãos. A STCAS e a FGTAS prestaram vários serviços para a promoção das atividades de artesanato com vistas a geração de renda. Entre eles cabe destaque para:

- **Emissão e renovação da carteira de identidade profissional do artesão;**

- Orientação e assistência técnica ao artesanato;
 - Incentivo à comercialização com apoio e promoção de feiras e outros eventos e vendas de peças artesanais na loja da Casa do Artesão/Porto Alegre;
 - Apoio e assessoramento às Cooperativas e Associações de Artesãos;
 - Realização de cursos de artesanato;
- **Assistência Social** - Nessa área foi dada ênfase ao trabalho de elaboração da Política e do Plano Estadual de Assistência Social, que foram apreciados e referendados pela sociedade civil na II Conferência Estadual de Assistência Social.

A STCAS foi promotora e coordenadora da II Conferência Estadual de Assistência Social. Também se fez presente e participou ativamente em diversas Conferências Municipais de Assistência Social, como agente articulador, estimulador e orientador do processo de descentralização político - administrativa. Dessa política, surgiram 80 novos Conselhos Municipais de Assistência Social.

- **Casa da Assistência Social** - Inaugurada, em 1995, como resultado de uma negociação entre a STCAS e a Secretaria de Assistência Social do M.P.A.S.
- **Creches** - Foi prestado apoio técnico - financeiro às creches assistenciais e comunitárias, através do Projeto Apoio Suplementar às Creches Assistenciais e Comunitárias. Foram firmados convênios com 196 creches, na R.M.P.A., atingindo 12.856 crianças.
- **Projeto Conviver** - Atendeu 3.476 idosos de 58 municípios. Cabe destacar a implantação do Conselho Estadual do Idoso.
- **Ronda Social** - Em relação aos moradores de rua de Porto Alegre, os serviços patrocinados pela Ronda Social, no período de inverno, atingiram os seguintes números: 2.106 abordagens de adultos e 1.567 encaminhamentos, 433 abordagens de crianças e 74 encaminhamentos, 25.989 albergagens no Albergue Maria Flor Vieira, 57.252 refeições servidas e 4.183 auxílios concedidos.
- **I Encontro Estadual do Programa Comunidade Solidária** - O encontro reuniu os prefeitos dos municípios atendidos e representantes de órgãos estaduais e federais que integram o Programa. Também foram distribuídos, aos municípios integrantes do Programa Comunidade Solidária, bens de consumo perecíveis e não - perecíveis, sendo os recursos repassados ao Estado pela Receita Federal.
- **Cidadania** - Foi proposta a inclusão da disciplina " Educação para o exercício da Cidadania " no currículo escolar do ensino de 1º e 2º graus, em conjunto com a Secretaria do Estado da Educação.

Em 1995, foi realizado o Fórum Estadual de Cidadania e ainda outros sete Fóruns Regionais de Cidadania que ocorreram nos seguintes municípios: Taquara, Lajeado, São José do Ouro, Montenegro, Santo Antônio da Patrulha e Uruguaiana.

A STCAS organizou nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Montenegro, Lagoa Vermelha, São José do Ouro e Lajeado, os Fóruns Municipais de Cidadania, em caráter permanente e de forma articulada com a sociedade civil.

A Casa da Cidadania atendeu, ao longo de 1995, um total de 67.594 pessoas. Os órgãos que funcionam na Casa fizeram um atendimento médio por dia de: 120 no SISTECON, 17 na Defensoria Pública e 23 na ABMCJ/Jus - Mulher.

- Área de Proteção Especial - É a área que cuida das crianças e dos adolescentes que estão sob a responsabilidade da Fundação do Bem Estar do Menor - FEBEM.

A FEBEM deflagrou o processo de municipalização dos programas e serviços de atendimento em meio aberto e em abrigos institucionais, começando pelos municípios de Viamão, Cachoeira do Sul, Passo Fundo e Porto Alegre.

- Projeto Arquitetônico - A FEBEM elaborou o Projeto Arquitetônico das dez estruturas regionalizadas de atendimento, conforme as medidas sócio - educativas de privação de liberdade e semi - liberdade, nas comarcas sedes do Juizado da Infância e Juventude. Terrenos foram negociados com as prefeituras de Caxias do Sul, Santa Maria e Novo Hamburgo.

- Abrigo de Adolescentes - Foram reordenados os abrigos existentes, adequando e otimizando as suas estruturas físicas e ampliando os seus quadros funcionais. Inaugurado o abrigo José Leandro de Souza Leite, que passou a abrigar 47 crianças e adolescentes portadores de deficiência mental grave.

- Qualificação de Recursos Humanos - Diversos projetos de capacitação e educação continuada de seus servidores foram realizados destacando-se o Programa de Estágio Universitário Supervisionado nas áreas de terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição e educação especial, executado por meio de convênios com o IPA, a ULBRA, a UNISINOS e a PUC.

3.4.4 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA - SJS

- Sistema Estadual de Justiça e Segurança - Uma das primeiras ações da Secretaria foi a constituição do Sistema Estadual de Justiça e Segurança, visando a integração e coordenação das ações governamentais na área.

Buscando a funcionalidade do Sistema que está sendo implantado, foi profundamente reexaminada a base legal que regulamenta as atividades na área da segurança. Sendo assim, foram aprovadas diversas Leis e encaminhados para apreciação da Assembléia Legislativa vários Projetos de Lei, a seguir discriminados:

- Lei do Cinto de Segurança, que torna obrigatório o uso do cinto de segurança nas cidades;

- Lei de Segurança Bancária, que define as regras necessárias à segurança dos estabelecimentos bancários;

- Lei de Organização da Brigada Militar - LOB, que estabelece a nova estrutura organizacional da Brigada Militar.

- Lei que determina o afastamento prévio de servidores da Polícia Civil e da SUSEPE que estejam respondendo a processo administrativo - disciplinar;

- Lei que estabelece novas normas para os concursos de Delegados, Escrivães e Inspectores da Polícia Civil;

- Lei que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividades Operacionais - GAO, aos servidores policiais militares e civis, aos servidores penitenciários e aos servidores dos Institutos Periciais, que efetivamente exercem atividades operacionais.

Foram também elaborados decretos estabelecendo mudanças nos critérios de promoção e de movimentação na Brigada Militar.

- **Banco de Dados Informatizado** - A integração de informações e comunicações viabilizou-se pelo acesso recíproco aos sistemas informatizados de banco de dados da Polícia Civil, Brigada Militar, SUSEPE e Coordenadoria Geral de Perícias. Esta integração, paulatinamente, está se estendendo aos outros Órgãos da área, como o Poder Judiciário e a Polícia Federal.

- **Política de Integração Operacional e Cooperação Técnica** - A cooperação entre os órgãos de segurança do CODESUL e do MERCOSUL foi materializada através da criação do Conselho de Segurança do CODESUL. Convênios foram firmados com o Registro Nacional de la Propiedad del Automotor e com a Gendameria Nacional Argentina, com o objetivo de incrementar e melhorar a eficiência das ações de segurança pública nas regiões de fronteira e disciplinar a realização de operações conjuntas quando houver necessidade.

- **Programa de Visitas** - Já está sendo implantado o Programa de Visitas a áreas carentes, principalmente nas vilas periféricas da Região Metropolitana, com vistas a uma maior integração dos órgãos de segurança com essas comunidades. Para isso, têm-se mantido trabalhos conjuntos com os Centros Comunitários.

- **Política de Prevenção e Repressão ao Uso Indevido de Drogas** - A implementação dessa política foi materializada pelas seguintes iniciativas, empreendidas através do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN/RS):

- Assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça/Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN e a Secretaria da Justiça e da Segurança - Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN/RS, em 01/03/95;

- Elaboração do Projeto de Lei com vistas a regulamentação do Artigo 193 da Constituição Estadual de 1988;

- Elaboração do Projeto de Lei que altera a legislação do Fundo Especial de Reaparelhamento dos Serviços de Segurança Pública - FUNDESP, para poder receber os recursos do Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate ao Abuso de Drogas - FUNCAB;

- Elaboração e encaminhamento para publicação do Plano Estadual de Prevenção Integral Contra o Uso Indevido do Alcool, Tabaco e outras Drogas;

- Contatos com a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, com vistas a implantação, no Rio Grande do Sul, do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD;

- Assessoria a municípios do Rio Grande do Sul, para a criação dos Conselhos Municipais de Entorpecentes;

- Parceria com o Serviço de Informação de Substâncias Psicoativas - SISP, da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, para a publicação do livro "Conversando sobre Drogas" e outros informativos versando sobre álcool e tabaco;

- Instituição da "Semana Gaúcha contra o Uso Indevido de Drogas", pelo Decreto n.º 36.082, de 21/07/95.

- **Qualificação de Vida no Trabalho** - É prioridade da atual administração mudar o perfil dos investimentos em segurança, enfatizando a qualificação dos recursos humanos. Atendendo a essa prioridade, a Secretaria está elaborando um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, que visa fundamentalmente qualificar e propiciar melhores condições de trabalho ao servidor prestador de serviços em Segurança.

- **Reforma Estrutural** - A reforma, na SUSEPE, foi iniciada com o processo de participação da Brigada Militar na coordenação administrativa e operacional dos seguintes presídios e penitenciárias: Presídio Central - PC, Penitenciária Estadual do Jacuí - PEJ, Penitenciária Estadual de Charqueadas - PEC, Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas - PASC e Hospital Penitenciário - HP. Terá prosseguimento com a realização de diagnósticos e propostas de mudança no Sistema Penitenciário. Nessa ação, enquadra-se a criação, pela Lei nº 10.380, da Corregedoria Geral Penitenciária.

- **Desconcentração dos Presídios e a Desativação do Presídio Central** - Estas duas ações objetivam a melhoria das condições carcerárias e a diminuição das fugas e motins, através da realização de obras no Sistema Penitenciário. Já foram concluídas as obras de recuperação da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga e a construção de guarita e alojamento da BM no Presídio Estadual de Santiago.

- **Ressocialização do Preso** - Estão sendo realizados, através de assinatura de Protocolo de Ação Conjunta com Empresas e Prefeituras, cursos profissionalizantes com o objetivo de aprimorar a mão-de-obra prisional. Em 1995, foram realizados 129 cursos, atendendo 73 casas prisionais e beneficiando 2.000 presos.

Ampliou-se a abrangência do Projeto Previna, realizado através de convênios com o Ministério da Justiça e Saúde. Este projeto visa diminuir a incidência de doenças infecto-contagiosas, em especial as sexualmente transmissíveis, na população carcerária do Estado.

Foi implantada a nova sistemática de acompanhamento dos regimes fechados, aberto e semi-aberto, visando estimular a ressocialização do apenado e diminuir o número de fugas. Foram introduzidas inovações que permitirão o acompanhamento mais efetivo da evolução comportamental do apenado.

- **Serviços de Perícias** - Cumprindo determinação constitucional, foi encaminhado e aprovado, pela Assembléia Legislativa, Projeto de Lei Complementar que organiza a estrutura da Coordenadoria Geral de Perícias. Com vistas à qualificação dos serviços prestados pelos Institutos Periciais, foi montado um programa de parceria técnico-científica com as universidades gaúchas cujas ações se materializaram nas iniciativas a seguir descritas:

No Instituto de Criminalística - IC:

- Aquisição de 05 veículos;
- Realização de estudo para a descentralização do IC;
- Implantação de técnicas modernas de diagnóstico papiloscópico;
- Término da reforma do prédio do IC;
- Instalação de uma nova central telefônica.

No Instituto Médico-Legal - IML:

- Reforma do prédio do IML, ao custo de R\$ 129.000,00;
- Inauguração, em setembro, do Posto Médico Legal e Necrotério de Ijuí;
- Reforma do Prédio do Posto Médico Legal de Rio Grande e convênio com a Fundação Universitária de Rio Grande;
- Inauguração do Necrotério de Osório, que ficou responsável pela realização das necrópsias de Torres à Tavares e também em Osório e Santo Antônio da Patrulha;
- Implantação do Posto Médico Legal e Necrotério de Montenegro, que atenderá cerca de 20 municípios do Vale do Caí;
- Terceirização das remoções fúnebres em Porto Alegre;
- Instalação de um Posto Médico Legal no Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre.

No Instituto de Identificação - II:

- Descentralização do Instituto de Identificação;
 - Abertura de 17 Postos de Identificação nas Delegacias Distritais de Polícia em POA, com instalação de terminais de computador;
 - Convênio com o SESI, para abertura de 04 Postos de Identificação em POA (Rubem Berta, São João, Partenon e CEASA) e cerca de 30 no interior do Estado;
 - Término das filas no órgão central do II e diminuição do tempo para expedição das carteiras de identidade;
 - Identificação dos presidiários do Presídio Central;
 - Estudos para informatização da ICC (Identidade Civil e Criminal);
- **Policciamento Ostensivo** - O fortalecimento do policiamento ostensivo é uma das condicionantes da recuperação da eficácia dos serviços de segurança. Cumprindo esta meta governamental, a Brigada Militar empreendeu diversas iniciativas, visando transferir os recursos humanos das áreas meio para área fim.
- **Política de Valorização dos Recursos Humanos da Brigada Militar** - Foi implementada, através de medidas como o Decreto de Movimentações, Decreto de Substituições, modificação no Decreto de Promoções e estabelecimento de critérios para a função gratificada. Está sendo analisada a possibilidade de criação do Centro de Valorização de Recursos Humanos e já foram concluídos os estudos para o estabelecimento do Plano de Carreira do Oficial da Polícia Militar.
- **Corpo Voluntário de Militares da Reserva** - Foram concluídos estudos visando ampliar os serviços do Corpo Voluntário de Militares da Reserva. A finalidade é proteger servidores e guardar instalações e serviços pertencentes ao Poder Público Estadual, em especial a Rede Escolar Pública do Estado.
- **Ampliação da Base Organizacional** - A atividade da Polícia Civil necessita de uma permanente expansão da sua base organizacional em decorrência do aumento da criminalidade, do crescimento demográfico e da urbanização e, por último, pelo aumento do número de municípios no Estado. Em 1995 foram criados vários Órgãos Policiais.

No Departamento de Polícia do Interior - DPI:

- CIRETRANS em São Vicente do Sul, Cerro Branco, Três Cachoeiras, Campo Bom, Bom Jesus, Não-Me-Toque, Chiapeta e Selbach;
- Delegacias de Polícia em Cachoeira do Sul (2ª DP), Uruguaiana (2ª DP), Riozinho, Jaquirana, Nova Hartz e Erebangó;
- Posto Policial para a Mulher em Quintão, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo e Ijuí;
- 1ª Delegacia Regional de Montenegro.

Na área do Departamento de Polícia Metropolitana - DPM:

- 3ª Divisão Regional Metropolitana com sede em São Leopoldo;
- Delegacias de Polícia em Alvorada (3ª DP) e Sapucaia do Sul (2ª DP);
- DENARC - Departamento Estadual de Investigação do Narcotráfico.
- 3ª Divisão Regional Metropolitana com sede em São Leopoldo;
- 20ª Delegacia de Polícia Distrital;
- Delegacia para o Adolescente Infrator;
- Delegacia de Polícia para a Criança e Adolescente Vitima de Ilícito Penal;

- 22ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre - Estação de Porto Seco;
- 3ª Delegacia de Polícia de Viamão.

- **Nomeações** - No esforço de repor a força de trabalho necessária ao atendimento da demanda existente por serviços policiais, foram nomeados, em agosto de 1995, 704 escrivães e inspetores e 754 concursados estão realizando curso, para nomeação a partir de janeiro de 1996.

3.4.5 - SECRETARIA DA CULTURA - SEDAC

- **Artes Cênicas** - Os projetos de artes cênicas mais importantes e destacados foram: Bento em Dança - III Festival de Danças do MERCOSUL, Dança Alegre Alegrete - XIII Edição, Dança Sul - 7º Encontro Meridional de Dança, Festival de Teatro de Canela - VII Edição, Festival Internacional de Bonecos de Canela e Festival Gaúcho de Teatro Amador. Ênfase especial deve ser dada para o Convênio entre os Secretarias de Cultura e Educação, visando estimular e difundir o teatro estudantil nas escolas da Rede Pública Estadual.

- **Música** - No campo da música, as principais ações desenvolvidas pelo Instituto Estadual de Música e pela Discoteca Pública Natho Henn foram: Encontro dos Compositores do MERCOSUL, Verão Cultural, III Festival da Canção do Litoral, Cantamérica - I Encontro de Música Popular do CONESUL e o Musicâmara - *apresentações de música erudita na capital e interior.*

- **Artes Visuais** - Foi reestruturado o setor de artes visuais, passando o Instituto Estadual de Artes Visuais a exercer, de fato, as funções de coordenação geral, supervisionando o Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arte do RS. Foram realizadas 65 exposições com a participação de 99 artistas do Rio Grande do Sul e iniciada a organização da Bienal de Artes Visuais do MERCOSUL. Foram firmados convênios entre a Secretaria da Cultura, através do Instituto Estadual de Artes Visuais e entidades do Uruguai e da Argentina, para o desenvolvimento de ações culturais conjuntas, voltadas ao MERCOSUL. Realizou-se, em Buenos Aires, a exposição da obra de Iberê Camargo e uma exposição de gravuras do Rio Grande do Sul.

- **Bibliotecas Públicas** - O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, reativado em 1995, tem como atividade inicial o recadastramento e a atualização dos dados das Bibliotecas Públicas Municipais. Destacando a integração do Sistema com as Bibliotecas Públicas da Capital, foram realizadas, entre outras, as seguintes atividades conjuntas:

- I Ciclo de Palestras sobre Bibliotecas Públicas;
- Atuação do grupo "Salvarte" na restauração de obras de arte pertencentes à Biblioteca Pública do Estado;
- Comemoração dos 25 anos da Biblioteca Pública Romano Reif e 15 anos da Biblioteca Pública Leopoldo Boeck;
- VIII Seminário de Literatura e Bibliotecas Infanto-Juvenis da América Latina;
- Lançamento de livros: "Um Gauchinho nas Missões" - Iria M. Poças; "Meu Reflexo" - Gilda Mendonça; "O Incrível General Elton" - Mª Luiza Kaled; "Hora do Conto" - Gladis Barcelos - Iara Heses;

- **Museus** - Os museus do Estado desenvolveram atividades diversificadas realizando cursos, seminários, palestras e exposições sobre temas relativos ao seu campo de atuação. Destacam-se as exposições comemorativas de datas importantes como: Cinquentenário da II Guerra Mundial, 100 anos do nascimento do escritor Dionélio Machado, 70 anos do pintor

Danúbio Gonçalves, 300 anos da morte de Zumbi e 100 anos do Correio do Povo. Ressalta-se, ainda, a reativação e reorganização do Sistema Estadual de Museus.

Com relação ao patrimônio histórico e artístico, foram elaborados anteprojetos de Casas de Cultura em seis municípios, a saber: Lagoa dos Três Cantos, Charqueadas, Venâncio Aires, Rio Pardo, São Pedro do Sul e Carazinho. Outra ação importante foi a reafirmação e encaminhamento do projeto de restauro do MARGS. Cabe menção ao trabalho que está sendo feito no Cais do Porto de Porto Alegre, buscando reintegrá-lo à cidade.

- **Integração Cultural** - Com vistas à Integração Cultural entre os países do Cone Sul, o Instituto Estadual do Livro, com a participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, promoveu o Colóquio Internacional - *Discurso Crítico na América Latina*. O evento concretizou a internacionalização do Projeto de Pesquisa "Literatura Comparada no Cone Sul", que congrega pesquisadores brasileiros, uruguaios, argentinos, paraguaios e chilenos.

- **Cinema** - O 23º Festival de Cinema de Gramado - Cinema Latino, um dos mais importantes eventos cinematográficos do mundo, contou com a presença dos cinco países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), num total de 14 países participantes. No ano de 1995 ficou institucionalizado o Prêmio Estadual de Incentivo à Produção de Curtas Metragens.

- **Espaços Culturais** - Destaque especial deve ser dado à consolidação de espaços culturais e descentralização de equipamentos e ações culturais através do Projeto Casas de Cultura Municipais, que até o final de 1995 já contava com o encaminhamento de 62 Casas de Cultura no interior do Estado.

INSTITUTO FUNDAÇÃO GAÚCHA DE TRADIÇÃO E FOLCLORE - FIGTF

- **Apoio e Assessoria** - A Fundação apoiou e assessorou: o Festival Gaúcho de Arte e Tradição, promovido pelo Movimento de Tradição Gaúcha, o Congresso Nacional de Tradição Gaúcha, patrocinado pela Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha e os órgãos promotores dos 48 Festivais de Música que ocorreram no ano de 1995. Os técnicos do Instituto desenvolveram ainda palestras, oficinas e mostras itinerantes, onde destaca-se a exposição da indumentária gaúcha do Ciclo Farroupilha.

- **Pesquisas de Campo** - Pesquisas de campo sobre a cultura gaúcha foram realizadas nos Municípios de Santo Antônio da Patrulha, Santo Ângelo, São Pedro do Sul, Lagoa Vermelha, Bom Jesus e Guarani das Missões.

- **Projetos Especiais** - Foram desenvolvidos os seguintes projetos especiais: Parque Histórico Bento Gonçalves da Silva, em Cristal, Rio Grande Ontem, Hoje e Sempre, Projeto Piratini, e a Cavalgada Internacional da Paz.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO - FRTVE

- **Reestruturação** - Engloba a TVE e a Rádio FM Cultura. Encaminhou, ao longo de 1995, sua reestruturação a partir da alteração de seu Estatuto. Foi criado um novo e amplo Conselho Deliberativo, formado por 24 entidades e cidadãos representativos da sociedade, com a missão de estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelos dois veículos de comunicação.

FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO - FTSP

- **Espetáculos** - O teatro recebeu mais de 70 mil pessoas em suas salas em 1995. Foram 162 sessões de espetáculos de dança, música erudita e popular e teatro. Dos 45 diferentes espetáculos apresentados no centenário casarão, destaque deve ser dado para o Free Jazz Festival, que teve sua primeira edição no Estado.

FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE - FOSPA

- **Concertos** - A Fundação realizou dezoito concertos oficiais, sete especiais, treze no interior do Estado, oito dentro do Projetos OSPA - UFRGS, cinco Projetos Seis e Meia e dois em Brasília por ocasião da Semana do Meio Ambiente.

- **Projeto Especial** - Outra contribuição relevante à cultura do Estado foi o Projeto Especial "45 Anos da OSPA" que contou com uma exposição retrospectiva, a execução da Nona Sinfonia de Beethoven e a apresentação da ópera Carmina Burana, gravada na íntegra pela TVE, para apresentação em todas as TV's culturais e educativas do país.